



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL COM
IDENTIDADE CULTURAL NO ESTADO DO PARANÁ:
POSSIBILIDADES E BLOQUEIOS
Estudo de caso no município de Palmeira, na região de
Santa Bárbara - PR**

DOUTORADO

Rodrigo Augusto Kovalski

**Florianópolis
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS

Rodrigo Augusto Kovalski

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL COM
IDENTIDADE CULTURAL NO ESTADO DO PARANÁ:
POSSIBILIDADES E BLOQUEIOS**
Estudo de caso no município de Palmeira, na região de
Santa Bárbara - PR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira

Co-Orientador: Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella

Área de Concentração: Sociedade e Meio Ambiente

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Conflitos e
Políticas Públicas

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Kovalski, Rodrigo Augusto

Desenvolvimento territorial sustentável com identidade cultural no Estado do Paraná : possibilidades e bloqueios: estudo de caso no município de Palmeira, na região de Santa Bárbara - PR / Rodrigo Augusto Kovalski ; orientador, Paulo Henrique Freire Vieira ; coorientador, Ademir Antônio Cazella. - Florianópolis, SC, 2015.
268 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 2. Ciências Humanas. 3. Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural. 4. Trajetória de Desenvolvimento Local. 5. Patrimônio Histórico-Cultural. I. Vieira, Paulo Henrique Freire. II. Cazella, Ademir Antônio. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Rodrigo Augusto Kovalski

Desenvolvimento territorial sustentável com identidade cultural no estado do Paraná: Possibilidades e bloqueios - Estudo de caso no município de Palmeira, na região de Santa Bárbara - PR

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor(a) em Ciências Humanas* e aprovada, em sua forma final, no dia 11 de junho de 2015, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Florianópolis, 11 de junho de 2015.

Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira (orientador(a))

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella (coorientador(a))



Prof. Dra. Teresa Kleba Lisboa

Coordenador (a) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

Banca Examinadora:



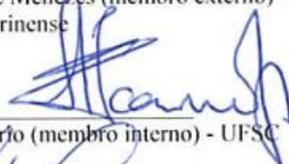
Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira (orientador(a)) - UFSC



Prof. Dra. Melissa Vivacqua Rodrigues (membro externo) - UNIFESP -
Universidade Federal de São Paulo



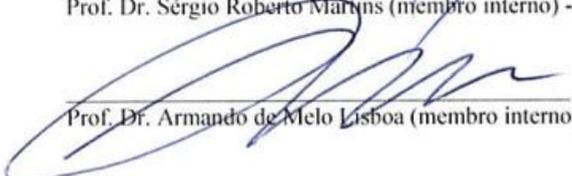
Prof. Dr. Carlyle Torres Bezerra de Menezes (membro externo) - UNESC -
Universidade do Extremo Sul Catarinense



Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cário (membro interno) - UFSC



Prof. Dr. Sérgio Roberto Martins (membro interno) - UFSC



Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa (membro interno) - UFSC

Aos imigrantes poloneses,
exemplos de coragem e
perseverança.

É preciso previamente tomar
consciência da natureza e das
consequências dos paradigmas
que mutilam o conhecimento e
desfiguram o real.
(MORIN, 1990, p. 21).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus pelo dom da vida, força e saúde. E a Nossa Senhora Aparecida, por me ajudar nesta caminhada e na realização de um sonho.

A meu orientador, Professor Paulo Freire Vieira, brilhante e incansável, pelos inúmeros ensinamentos durante os anos do doutorado. Sou imensamente grato por este encontro.

Ao Professor Ademir Antonio Cazella, pela disponibilidade em assumir a co-orientação da tese, pela leitura e orientações fundamentais para a concretização desta tese.

As pessoas entrevistadas, por aceitarem participar da pesquisa e pela confiança em me conceder informações.

As/aos professoras/res do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC (PPGICH), pelo acolhimento e aprendizagens. Agradeço, especialmente aos Professores Javier Ignacio Vernal e João Eduardo Pinto Basto Lupi pelas orientações.

Aos colegas do PPGICH/UFSC, pelas discussões e aprendizagens durante o curso das disciplinas.

Ao funcionário da Secretaria do PPGICH, Jerônimo Ayala, pelo auxílio recebido no decorrer de todo o curso.

A meus pais, Odair e Ivonete Kovalski, pela sempre dedicação, amor e acompanhamento, à minha vida.

À minha irmã, Fernanda Maria Kovalski, pelos auxílios, sempre prestados.

À minha família e amigos, pelo apoio e incentivo.

Por fim, à minha esposa, Cristiane, que esteve sempre ao meu lado, fornecendo forças para prosseguir e expressando paciência, carinho e compreensão ao longo desta trajetória. E ao meu filho Heitor, por ser um presente em nossas vidas.

RESUMO

Nesta tese realiza-se um diagnóstico atualizado da trajetória de desenvolvimento da Colônia Santa Bárbara, localizada na zona rural do município de Palmeira, no estado do Paraná e marcada em suas origens pela presença da etnia polonesa. O trabalho coloca em destaque um conjunto de inovações sociotécnicas que ali emergiram nos últimos tempos, visando explorar as potencialidades e os obstáculos à criação de uma dinâmica alternativa de *Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural*. O referencial teórico foi construído a partir de uma revisão da bibliografia disponível sobre os custos sociais e ecológicos de estratégias “produtivistas” de desenvolvimento num planeta de recursos finitos. Integrando o campo das *ciências sociais do ambiente*, essas concepções enfatizam a urgência de se colocar em prática *um novo estilo de desenvolvimento*, inspirado no pensamento sistêmico-complexo e numa plataforma ético-política capaz de superar as limitações constitutivas da tradição utilitarista. Neste sentido, o trabalho mobiliza o enfoque “clássico” de *ecodesenvolvimento*, entendido como uma construção que vem sendo continuamente aprimorada desde a sua difusão no início dos anos 1970. O resgate da trajetória de desenvolvimento local foi efetivada mediante pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas realizadas com uma amostra de agentes governamentais, empresários, pesquisadores, representantes de organizações civis e moradores. A análise das interrelações entre os mesmos no contexto do planejamento e da gestão do desenvolvimento local permitiu a identificação de potencialidades e obstáculos à superação dos desequilíbrios gerados pela reprodução do modelo dominante. Na parte final o trabalho apresenta como resultados da pesquisa um exercício de prospectiva territorial que distingue dois cenários possíveis para os próximos anos, a saber, uma tendência de reprodução acrítica do *status quo* e uma outra que aponta no sentido de um cenário baseado no enfoque de DTS-IC. Além do demonstrativo que as iniciativas de dinamização socioeconômica implantadas na área não se encontram ainda maduras o suficiente para abrigar ou mesmo impulsionar a criação de uma estratégia de valorização do

conjunto de bens naturais e históricos disponíveis e compatíveis com o enfoque de DTS-IC.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural. Trajetória de Desenvolvimento Local. Patrimônio Histórico-Cultural. Imigração Polonesa. Turismo Cultural.

ABSTRACT

In this thesis carried out an updated diagnosis of the development trajectory of the Colony Santa Barbara, located in rural Palmeira, in the state of Paraná and selected in their origins by the presence of ethnic Poles. The work puts highlighted a set of socio-technical innovations that there emerged in recent times, which explores the potential and obstacles to the creation of a dynamic alternative *Sustainable Territorial Development with Cultural Identity*. The theoretical framework was built from a review of the available literature on the social and ecological costs of strategies "productivist" development on a planet with finite resources. Integrating the field of *environmental social sciences*, these conceptions emphasize the urgent need to put in place a *new style of development*, inspired by the systemic-complex thinking and an ethical-political platform capable of overcoming the limitations of constitutive utilitarian tradition. In this sense, the work mobilizes approach "classic" *eco-development*, understood as a construct that has been continually improved since its diffusion in the early 1970. The redemption of the local development trajectory was effected by bibliographic and documentary research, and interviews with a sample of government officials, entrepreneurs, researchers, representatives of civil organizations and residents. The analysis of the interrelationships between them in the context of planning and local development management allowed the identification of potential and obstacles to overcome the imbalances generated by playing the dominant model. In the final part of the work presented as search results territorial foresight exercise that distinguishes two possible scenarios for the coming years, namely a reproduction of trend uncritical of the *status quo* and another that points towards a scenario based on focus DTS-IC. In addition to the statement that the socioeconomic proactive initiatives implemented in the area are still not mature enough to house or even boost the creation of a recovery strategy of the set of natural and historical assets available and compatible with DTS-IC approach.

Key-words: Sustainable Territorial Development with Cultural Identity. Local Development trajectory. Historical and Cultural Heritage. Polish immigration. Cultural tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização de Palmeira no mapa do Brasil	106
Figura 2 - Os imigrantes (óleo de Antonio Rocco, Pinacoteca do Estado de São Paulo)	107
Figura 3 - Mapa da Europa com demarcação da Galícia, parte na Polônia, parte na Ucrânia.	109
Figura 4 - Cinco regiões do “Paraná Tradicional”, onde se concentravam os eslavos.....	112
Figura 5 - Localização geográfica do Município de Palmeira / PR	114
Figura 6 - Imagem de Nossa Senhora de Chestochowa, padroeira dos poloneses, a qual também é padroeira da colônia de Santa Bárbara. Imagem trazida pelos imigrantes da Polônia, em aproximadamente 1890.....	123
Figura 7 - Igreja de Santa Bárbara, fundada em 1922 pelos imigrantes poloneses	124
Figura 8 - Imagens do interior da Igreja de Santa Bárbara	125
Figura 9 - Grupo folclórico polonês Nadzeija (Esperança).....	126
Figura 10 - Casa típica polonesa, construção do modelo das casas do século XVII e XVIII, quando da chegada dos poloneses no Brasil.	127
Figura 11 - Imagens do Museu Sítio Minguinho	134
Figura 12 - Imagens do Memorial Colônia Cecília em Santa Bárbara	135
Figura 13 - Algumas das casas remanescentes da estética arquitetônica polonesa em Santa Bárbara.....	156
Figura 14 - Imagens do público presente na Festa típica polonesa, em agosto de 2012.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Colônias oficiais do Vale Médio do Iguaçu (Organizado a partir de Balhana, Pinheiro Machado & Westphalen. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 164-167, 182-183.).....	113
Quadro 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, nos anos 2000 e 2010.....	129
Quadro 3 - Cenários alternativos de desenvolvimento territorial para a colônia de Santa Bárbara	187

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APL	– Arranjo Produtivo Local
BRASPOL	– Associação Brasileira de Poloneses
CNUMAD	– Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
DTS	– Desenvolvimento Territorial Sustentável
DTS-IC	– Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural
D.O.	– Denominação de Origem
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER/PR	– Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ONU	– Organização das Nações Unidas
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SPL	– Sistema Produtivo Local
UEPG	– Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNICENTRO	– Universidade Estadual do Centro-Oeste
VBPA	– Valor Bruto da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO DO DEBATE EM CURSO SOBRE DINÂMICAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	41
1 INTRODUÇÃO	41
2 A VISÃO SISTÊMICO-COMPLEXA DA CRISE SOCIOAMBIENTAL CONTEMPORÂNEA	41
2.1 FUNDAMENTOS DE UMA GESTÃO INTEGRADA E COMPARTILHADA DE SISTEMAS SOCIOECOLÓGICOS COMPLEXOS.....	42
3 ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO	47
3.1 A CRISE DO MODELO ECONOMICISTA-PREDATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO E OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL.....	51
3.2 ECOLOGIA E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO.....	55
3.2.1 Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável	58
3.2.2 A reapropriação do conceito de <i>território</i> na reflexão sobre alternativas de desenvolvimento	76
4 CULTURA E IDENTIDADE COMO ELEMENTOS BÁSICOS DO ENFOQUE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	83
4.1 GLOBALIZAÇÃO ASSIMÉTRICA E GESTÃO COMPARTILHADA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	84
4.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE: MOBILIZANDO O <i>POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO</i>	87
4.2.1 Sobre a noção de <i>valor cultural agregado</i>	89
4.3 COOPERAÇÃO E CONFLITO EM SISTEMAS DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	92
4.4 DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO EM REDE DE DINÂMICAS DE DTS.....	97
5 SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE DINÂMICAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	101

CAPÍTULO II - ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SANTA BÁRBARA	105
1 CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA DE IMIGRAÇÃO, OCUPAÇÃO E DINAMIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO	106
1.1 A CHEGADA DOS IMIGRANTES E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO.....	108
1.2 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	115
1.3 IDENTIDADE, CULTURA, RELIGIOSIDADE E TRADIÇÕES.....	119
2 A CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	128
2.1 CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	128
2.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO E SOCIOCULTURAL.....	129
2.2.1 Mapeamento do cenário produtivo no meio rural	136
2.3 IMPACTOS SOCIOECOLÓGICOS DA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	136
2.4 SÍNTESE.....	138
CAPÍTULO III -PADRÕES DE INTERAÇÃO ENTRE STAKEHOLDERS NO CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	143
1 REPRESENTAÇÕES DA PROBLEMÁTICA SOCIOECOLÓGICA	143
1.1 A QUESTÃO SOCIOECOLÓGICA (DES)PERCEBIDA PELOS <i>STAKEHOLDERS</i>	144
2 A SOCIOECONOMIA EM DEBATE	147
2.1 FATORES CONDICIONANTES DA SOCIOECONOMIA LOCAL.....	147
2.2 PRÉ-REQUISITOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA DO ENFOQUE TERRITORIAL.....	151
2.3 CONSENSOS E DISSENSOS.....	153
3 VISÕES DE CULTURA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO	154
3.1 FATORES CULTURAIS, IDENTITÁRIOS E DO PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS.....	155
3.2 ABORDAGENS CONTRASTANTES DA DIMENSÃO CULTURAL: MERCADOLÓGICA E IDENTITÁRIA.....	160

4 OPORTUNIDADES E COAÇÕES IMPOSTAS PELA CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DOMINANTE	163
4.1 ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA GOVERNANÇA TERRITORIAL	163
4.1.1 Considerações sobre o Plano Diretor Municipal.....	168
4.2 CONDICIONANTES EXTERNOS E INTERNOS.....	171
5 SÍNTESE	175
CAPÍTULO IV - RUMO A UM POSSÍVEL CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL COM IDENTIDADE CULTURAL	179
1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	179
2 ANÁLISE DE DRIVERS INTERNOS E EXTERNOS	180
3 CONDICIONANTES EXOGENOS E ENDOGENOS DA DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO	181
3.1 OS FATORES EXTERNOS COMO CONDICIONANTES... 181	
3.2 OS FATORES INTERNOS E SUA DINÂMICA NA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS INTEGRADOS E SETORIAIS.....	184
4 POTENCIALIDADES E BLOQUEIOS	186
4.1 PROSPECTIVA DE UMA DINÂMICA TERRITORIALIZADA.....	187
4.2 COAÇÕES GERADAS PELA FORÇA DE INÉRCIA DO MODELO DOMINANTE.....	189
4.3 NOVOS DESAFIOS NO “JOGO-DE-ATORES”.....	191
5 SÍNTESE	196
CONCLUSÕES	203
REFERÊNCIAS	215
ANEXO 1 - Modelo de Análise Adaptado	233
ANEXO 2 - Estrutura das Entrevistas	243

INTRODUÇÃO

A humanidade vive atualmente num cenário de crise socioecológica em escala global. As características desta crise são complexas, exigindo a adoção de enfoques sistêmicos, capazes de desvelar não só os seus condicionantes estruturais, mas também alimentar a busca de alternativas consistentes mediante a mobilização de coletivos de pesquisa transdisciplinar, imbuídos do assim chamado *pensamento complexo* (TREMBLAY; VIEIRA, 2011). Para um segmento crescente da comunidade científica, os princípios organizadores dos sistemas sociais contemporâneos tornaram-se simplesmente incompatíveis com as exigências de reprodução dos sistemas socioecológicos no longo prazo e, por implicação, com a ética do *respeito pela vida* (VIEIRA; RIBEIRO, 1999; MORIN, 1990; KAPP, 1972, p. 91). Mais precisamente, os principais fatores condicionantes desta crise podem ser encontrados nas modalidades convencionais de regulação da dinâmica do desenvolvimento socioeconômico, que geralmente não leva em consideração uma avaliação criteriosa dos custos sociais e ambientais implicados (VIEIRA, 2000).

Por outro lado, a teoria econômica hegemônica, de corte neoliberal, destaca-se como um dos condicionantes estruturais da crise. Vários autores, a exemplo de Kapp (1972), Passet (1979), Furtado (1974), Georgescu-Roegen (1976), Sachs (2007), Castoriadis (1987), Leff (2001), Hurtubia (1976), Godard (1998) e Vieira (2004), têm apontado as limitações constitutivas desta concepção face aos dilemas colocados pela problemática dos custos sociais e ecológicos das estratégias de “produtivistas” de desenvolvimento num planeta de recursos finitos. Todos eles insistem na urgência de se colocar em prática *um novo estilo de desenvolvimento* (SACHS, 1986; 2007), inspirado no pensamento sistêmico-complexo e numa plataforma ético-política capaz de superar as limitações constitutivas da tradição utilitarista (VIEIRA; RIBEIRO, 1999; VIEIRA; WEBER, 2000; LAVILLE, 2000; MAUSS, 2002; MORIN, 1990; KERN, 1993; NORGAARD, 1995).

Quarenta e dois anos após a Conferência de Estocolmo, nosso País continua distante deste novo e exigente *ideal regulativo*. Apesar dos avanços induzidos pela Constituição de

1988, permanecem escassas as iniciativas consistentes voltadas para a harmonização das dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica das novas estratégias de desenvolvimento que se tornaram imprescindíveis. Mais especificamente, no que diz respeito às práticas que vêm sendo incentivadas no setor agrícola em nosso País, pode-se constatar o caráter ainda incipiente de um novo estilo de produção e consumo, capaz de favorecer não só a oferta de produtos diversificados e saudáveis (ou seja, livres de veneno) ao conjunto da população, mas também uma dinâmica de fomento simultâneo da autonomia local, da diversidade cultural, da multifuncionalidade agrícola, da soberania alimentar, do consumo consciente e da aprendizagem adaptativa – a ser cultivada em sistemas de *gestão integrada e compartilhada de recursos de uso comum* (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005; VIEIRA; CAZELLA; CERDAN; CARRIÈRE, 2010; RUSCHEINSKY, 2004).

Contudo, e paradoxalmente, o acirramento do debate ambiental, nas últimas décadas, vem abrindo possibilidades para uma nova compreensão sobre o papel do mundo rural na contemporaneidade (SCHIMANSKI; BRONOSKY, 2011). Já que no Brasil rural “temos o exemplo de um país-continente, onde as populações das zonas rurais, histórica e politicamente, são pouco valorizadas e, portanto, pouco representadas” (SABOURIN, 2002, p. 22).

Diante disso, este trabalho foi concebido visando, sobretudo, resgatar a trajetória de desenvolvimento da Colônia Santa Bárbara, localizada no município de Palmeira (Estado do Paraná / Brasil) para compreender melhor de que maneira o senso de *identidade cultural* dos seus moradores tem influenciado a gestão das dinâmicas de desenvolvimento territorial desde a época da colonização. Mas, além disso, buscou-se oferecer subsídios para uma possível transição rumo a um novo modelo de desenvolvimento local afinado com a evolução dos debates no campo das ciências ambientais aplicadas.

No contexto específico do estado do Paraná, mesmo diante das suas particularidades sociais, econômicas, socioecológicas e político-institucionais, vem sendo possível identificar um conjunto de traços comuns em relação aos demais estados da Federação. Onde a economia paranaense se destaca

como a quinta maior do país. O estado respondendo atualmente por 5,60 do PIB nacional¹. Os traços mais importantes estão relacionados à hegemonia alcançada pelo atual modelo de desenvolvimento tanto rural quanto urbano, gerador de processos de degradação ecossistêmica e de exclusão social de uma parcela majoritária da população brasileira.

O município de Palmeira, situado em zona rural a 75 km da capital Curitiba, reflete de forma exemplar as contradições desse estilo de desenvolvimento. Mas nele podemos constatar a presença de inovações sociotécnicas² que, em princípio, poderiam ser consideradas como indutores potenciais de novas estratégias de desenvolvimento. Uma delas diz respeito à existência, em Palmeira, da colônia Santa Bárbara, que apresenta um perfil *sui generis*, que consideramos significativo para uma análise científica rigorosa ajustada ao debate em curso no campo da ecologia política contemporânea.

Trata-se de uma comunidade que foi colonizada por imigrantes poloneses, que consolidaram ao longo do tempo um estilo de vida com características peculiares em relação às outras comunidades da região. Considerada como a única colônia de tendência anarquista implantada experimentalmente no Brasil, ocupa o território da extinta Colônia Cecília, adquirida de D. Pedro II em 1890.

Uma revisão preliminar de dados sobre a área revelou a possibilidade de um estudo de caso onde poderiam ser analisados os fatores favoráveis e os obstáculos à formação/formatação de um território com identidade cultural particular, mediante a mobilização do debate atual sobre os limites do modelo de desenvolvimento dominante e as condições de viabilidade de um modelo alternativo, capaz de aliar a busca de satisfação de necessidades básicas das populações com os princípios de autonomia local e prudência ecológica.

¹ Dados retirados do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em: 12/07/15.

² Este conceito designa aqui a capacidade de diferentes grupos sociais de e organizarem de forma colaborativa na busca de novas estratégias de desenvolvimento. A sua viabilização pressupõe geralmente transformações lentas, de médio e longo prazo, por meio de mudanças cumulativas (HERRERA; UGARTE, 2008).

Questões Norteadoras e Hipótese de Trabalho

Para ajudar a estruturar o trabalho e formular a hipótese e objetivos, foram colocadas algumas questões-chave (norteadoras) de pesquisa, a nível:

DESCRITIVO

- a) Como caracterizar a trajetória de desenvolvimento da região? Quais as principais inovações que afetaram a dinâmica do sistema socioecológico ao longo do tempo, levando-se em conta as suas dimensões socioeconômicas, socioculturais, sociopolíticas e socioecológicas? Quais foram às principais inovações sociotécnicas introduzidas pelos imigrantes poloneses?
- b) Como caracterizar o cenário do desenvolvimento do atual território, levando-se em conta as inovações sociotécnicas mais recentes e suas repercussões nos contextos intermunicipais, estaduais e nacionais?
- c) Quais as representações dos *stakeholders* locais a respeito dos processos de degradação socioecológica no território em pauta?

EXPLICATIVO – COMPREENSIVO

- a) Quais os principais fatores que ajudam a explicar o atual processo de desenvolvimento do território nas dimensões político-institucionais, socioculturais, econômicas e ecológicas com seus conflitos e suas proposições?
- b) Como interpretar os processos de degradação ecossistêmica, bem como as coalizões e os conflitos que emergiram ao longo da trajetória de desenvolvimento e que se reproduzem no cenário contemporâneo?

- c) Como interpretar o fenômeno da intensificação dos focos de degradação ecossistêmica à luz das análises do “jogo-de-atores” implicados no sistema de planejamento e gestão das estratégias de desenvolvimento territorial sustentável?

PROSPECTIVO

- a) Quais seriam as consequências mais prováveis da reprodução acrítica do modelo dominante, não obstante as experiências pontuais de criação de inovações?
- b) O que poderá acontecer no tocante à identidade cultural em consequência da fragmentação das famílias de etnia polonesa da região - a curto, médio e longo prazo?
- c) O que poderia ser feito em nome do enfoque de DTS e quais seriam os principais trunfos a serem valorizados e os principais obstáculos a serem superados daqui em diante?

Considerando as questões norteadoras de pesquisa elaboradas, a hipótese central foi enunciada da seguinte maneira:

As iniciativas de dinamização socioeconômica implantadas na área (Colônia Santa Bárbara, localizada na zona rural do município de Palmeira) podem impulsionar a criação de uma estratégia de valorização do conjunto de bens naturais e históricos disponíveis e compatíveis com o enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural. Neste sentido, tais iniciativas contribuem para resgatar o *ethos* da *resiliência ecossistêmica* e da *cooperação* embutido no tecido cultural da etnia polonesa, potencializando ao mesmo tempo a geração de novas oportunidades de emprego e renda e configurando uma experiência exemplar no cenário contemporâneo do desenvolvimento rural no estado do Paraná.

Objetivos

Assim, a partir das questões norteadoras de pesquisa e da hipótese central, foi elaborado o objetivo geral do trabalho, o qual pretende:

Oferecer um diagnóstico atualizado da trajetória de desenvolvimento da Colônia Santa Bárbara, localizada na zona rural do município de Palmeira, no estado do Paraná, destacando um conjunto de inovações sociotécnicas que surgiram no cenário contemporâneo com o propósito de explorar as possibilidades e os bloqueios à criação de uma dinâmica alternativa de *Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural* nos próximos tempos.

Além do objetivo geral, foram eleitos objetivos específicos como forma de apoio na busca das possibilidades e também dos bloqueios da trajetória de desenvolvimento do território, sendo eles:

- a) buscar compreender melhor o processo de construção social da trajetória de desenvolvimento da região, resgatando como foram gestadas e elaboradas as estratégias correspondentes e mapeando as principais transformações socioeconômicas, socioculturais, sociopolíticas e socioecológicas resultantes;
- b) como parte de um diagnóstico atualizado do cenário contemporâneo, oferecer uma imagem mais precisa do conjunto de bens e serviços disponíveis na região, mas ainda subutilizados ou mesmo desconhecidos dos planejadores e gestores tendo em vista a exploração de novas alternativas de geração de emprego e renda consistentes com uma representação sistêmica do fenômeno do desenvolvimento; e
- c) exercitar a técnica de análise prospectiva na elaboração de um cenário exploratório de *DTS com Identidade Cultural*.

Justificativa

No que tange às justificativas para este estudo, destaca-se inicialmente o fato de que a crise socioecológica aponta para a necessidade urgente de estudos que possam balizar a construção de novas formas de relacionamento entre seres humanos e entre seres humanos e o meio ambiente biofísico e construído. Neste sentido, pretende-se oferecer subsídios para o debate travado na comunidade científica nacional sobre a viabilidade de novos conceitos de desenvolvimento territorial

baseados numa visão sistêmica dos impasses que cercam hoje em dia o enfrentamento consequente da crise global.

Do ponto de vista teórico, a intenção é explorar a fecundidade do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural na busca de alternativas para a unidade de análise em pauta. Seria importante destacar ainda que o trabalho está inserido no âmbito do *Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, reconhecido na comunidade científica como um espaço de vanguarda no campo das investigações comparativas norteadas pelo enfoque de DTS-IC.

Por sua vez, de um ponto de vista pragmático, pretende-se com esta tese oferecer subsídios atualizados para intervenções concretas conduzidas pelo leque de atores sociais envolvidos na dinâmica de planejamento e gestão do desenvolvimento territorial. Pois se trata de uma pesquisa aplicada, motivada pela necessidade de resolver problemas concretos: no caso em pauta, contribuir para a concepção de uma estratégia de reconfiguração do atual sistema de planejamento e gestão.

Metodologia

A situação-problema desta pesquisa foi focalizada à luz do enfoque de *DTS-IC*. Para tanto, foi mobilizado o arcabouço analítico de dois projetos implementados nos últimos dez anos (mediante parcerias com o Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFSC) e intitulados “*Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina*” (Projeto CAPES/COFECUB nº 449/04)³ – implementado no período de 2003 a 2008; e “*Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do estado de Santa Catarina – Brasil. Definição de estratégias integradas e baseadas na valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais*” (Projeto RIMISP). Uma síntese do mesmo pode ser encontrado no Anexo 01).

³ O projeto foi desenvolvido sob a coordenação dos professores Paulo Freire Vieira (PPGSP/UFSC) e Ademir Antonio Cazella (PPAGR/UFSC).

O enfoque de DTS-IC enfatiza, em primeira linha, a dimensão da *endogeneidade* das dinâmicas locais. Pressupõe o fomento da capacidade dos atores locais de assumirem iniciativas e de se tornarem protagonistas dessas dinâmicas em sistemas alternativos de planejamento e gestão integrada e compartilhada de *recursos de uso comum* – ou “*commons*” (CERDAN; POLICARPO, 2013; PECQUEUR, 2006; VIEIRA, 2006; VIEIRA; CAZELLA; CERDAN; CARRIÈRE, 2010; VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005).

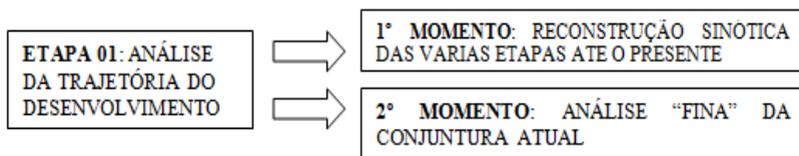
A aplicação deste enfoque levou em conta dois pontos de referência essenciais: (i) a identificação da área onde existem evidências de processos de dinamização socioeconômica com inclusão social (FAVARETTO; ABRAMOVAY, 2009), e (ii) a busca de entendimento do papel exercido pela valorização do patrimônio cultural da comunidade nos processos de desenvolvimento rural sensível à problemática socioecológica - tendo em vista a diminuição das desigualdades e a inclusão social das populações mais pobres. Para tanto, a valorização do patrimônio cultural passando a ser considerado como um vetor essencial de criação de novas oportunidades de inclusão econômica, social e política na região estudada.

Mais precisamente, segundo Vieira (2013, p. 57), o *enfoque territorial* tem sido utilizado, desde o final dos anos 1980, para redesignar o local vinculando-o (i) aos chamados *efeitos de proximidade* (ZAOUAL, 2005), (ii) aos critérios de *endogeneidade* e *especificidade*, (iii) à *lógica da reciprocidade* na valorização de *recursos territoriais* e, finalmente (iv), aos *regimes territoriais de governança*. A intenção de requalificar o critério de *endogeneidade*, tornando-o um eixo estruturante das novas estratégias de desenvolvimento local, indica “*que existem modos de organização da vida social e da produção que são ancorados territorialmente, ou seja, para os quais o contexto sociocultural e histórico (a especificidade do território) é importante*” (GUMUCHIAN; PECQUEUR, 2007, p. 5). Assim, a diretriz de *territorialização* do desenvolvimento local passou a evidenciar “*a eficácia das relações não exclusivamente mercantis entre os homens para valorizar as riquezas de que eles dispõem*” (PECQUEUR, 1989, p.17).

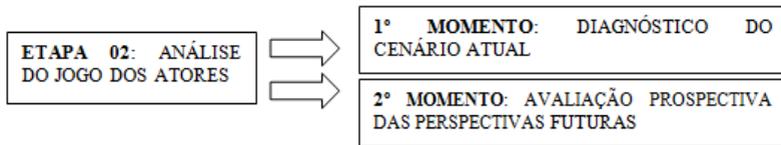
Consideradas dessa forma, as novas dinâmicas territoriais de desenvolvimento estariam inseridas numa estratégia de adaptação “ofensiva” à globalização: abertura de espaços de

manobra para uma recomposição social ajustada a um novo projeto de sociedade. Para as empresas locais, trata-se de escapar da concorrência induzida pelos preços e pelos custos de produção, privilegiando a dimensão da *qualidade territorial* e as relações de *cooperação sinérgica* entre os diversos atores sociais envolvidos (PECQUEUR, 2004). A inovação desempenha aqui um papel fundamental. Além disso, valorizando a adoção de um novo padrão de funcionamento centrado no nível local-comunitário, o enfoque territorial se distancia dos processos hierárquicos e piramidais que se tornam cada vez menos adaptados às condições atuais de abertura global das economias e das culturas.

Levando em conta a experiência obtida na implementação de ambos os projetos, o primeiro passo (ou etapa 01) da análise correspondeu à descrição e à busca de elucidação da especificidade da trajetória de desenvolvimento territorial (1º momento: reconstrução sinótica das várias etapas até o presente), incluindo-se ainda um diagnóstico criterioso das características inovadoras que emergiram no contexto atual (2º momento: análise “fina” da conjuntura atual) como demonstra a imagem abaixo:



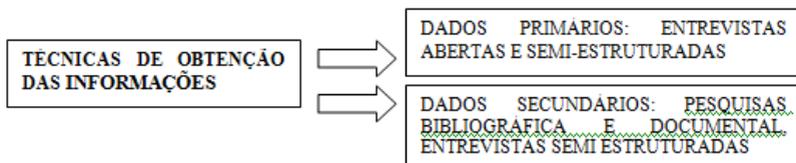
O segundo componente correspondeu à análise do que se poderia chamar de *padrões de interação*, ou *jogo-de-atores*, envolvendo o conjunto dos atores sociais que integram o sistema de planejamento e gestão do desenvolvimento territorial. A intenção foi entender com mais rigor os seus posicionamentos diante do cenário atual e das perspectivas de evolução das dinâmicas de dinamização socioeconômica a curto, médio e longo prazo. No roteiro de análise foram incluídos os processos de cooperação e as dinâmicas conflituosas geradas pela flagrante diversidade de representações dos desafios que cercam as dinâmicas de desenvolvimento nos níveis local, regional, estadual e federal.



O primeiro passo previsto no esquema de análise dos fatores favoráveis e dos obstáculos para a concepção de um processo sustentável de desenvolvimento territorial com identidade cultural (indicadas no 1º momento) consistiu no levantamento de informações que permitiram a reconstituição dos aspectos mais essenciais da trajetória local de desenvolvimento. Foram coletadas informações que permitiram o resgate de quais foram, e como foram elaboradas as estratégias e as políticas de desenvolvimento, além daquelas que nos ajudaram a especificar as principais linhas de força da atual conjuntura. Em síntese, tratava-se de identificar os momentos decisivos das dinâmicas de transformações socioeconômicas, socioculturais, sociopolíticas e socioecológicas pelas quais passou o território em estudo, mediante o envolvimento dos representantes do setor governamental, do setor privado e do chamado Terceiro Setor.

Complementando o que já foi sinalizado acima, o segundo passo na implementação do modelo de análise consistiu no resgate do posicionamento dos diferentes grupos de atores locais, de suas relações com agentes de intervenção externa, dos principais conflitos que têm emergido e das formas de negociação que têm sido exercitadas, dos processos de cooperação, e do funcionamento dos sistemas de gestão locais no bojo das conexões transescalares, dentre outras. Dessa forma, as informações foram organizadas levando-se em conta as interrelações envolvendo as dimensões socioeconômicas, socioculturais, sociopolíticas, e socioecológicas. Em outras palavras, tratou-se de agrupar um conjunto de variáveis que foram utilizadas para a compreensão de como tem funcionado o *jogo-de-atores* no sistema de planejamento e gestão.

No rol das principais técnicas de coleta desses dados foram incluídas entrevistas abertas, semi-estruturadas e grupais, além de pesquisas bibliográficas e documentais, (como indica o quadro abaixo).



As pesquisas bibliográfica e documental contemplaram a revisão ordenada de livros, artigos, relatórios de pesquisa e documentos oficiais (políticas de governo, dados estatísticos, registros históricos etc.). Foram consultados trabalhos relacionados ao cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região e suas variações, além do Índice de Exclusão, do grau de empreendedorismo, do Índice de Renda per Capita, e do Índice de Gini, Estas fontes contribuíram para uma compreensão mais rigorosa das especificidades da região do ponto de vista político-institucional, socioeconômico, sociocultural e socioecológico. Além disso, foram realizadas entrevistas abertas e semi-não estruturadas com os *stakeholders* atuantes na gestão local do desenvolvimento (agricultores, vinicultores, empregados rurais, comerciantes e agentes governamentais). Estágios de observação participante foram também efetivados.

A segunda parte da pesquisa levou a um aprofundamento do levantamento de informações relevantes sobre os principais aspectos favoráveis e os obstáculos à promoção do desenvolvimento territorial. Para tanto, foram entrevistados atores-chave vinculados a diferentes órgãos públicos municipais, estaduais e federais. No rol das instituições entrevistadas estão incluídas: a Prefeitura Municipal (Secretarias Municipais de Meio Ambiente, de Turismo, de Ação Social, e de Planejamento Urbano e Rural), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR), o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), o Sítio Museu Minguinho, e a Associação de Agricultores de Palmeira e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira. Além disso, foram entrevistados alguns atores locais, considerados atores-chave, que dispunham de informações relevantes a respeito do processo de desenvolvimento da região (como consta do Anexo 02).

Essas entrevistas permitiram uma compreensão mais ampla e profunda dos processos de negociação entre os atores sociais envolvidos (como mostra o quadro a seguir).

1. Viticultores

Identificação	Produtos e Serviços
VT1	Uva; Policultura;
VT2	Uva; Policultura
VT3	Uva; Policultura; Pluriatividade
VT4	Uva; Pluriatividade

2. Vinicultores

Identificação	Produtos e Serviços
VN1	Vinho; Turismo.
VN2	Vinho; Sucos; Policultura
VN3	Vinho; Turismo; Pluriatividade

3. Agricultores (Monocultura)

Identificação	Produtos e Serviços
AM1	Monocultura
AM2	Monocultura
AM3	Monocultura
AM4	Monocultura
AM5	Monocultura
AM6	Monocultura; Pecuária.
AM7	Monocultura; Pecuária.

4. Agricultores com atividades turísticas

Identificação	Produtos e Serviços
AT1	Turismo
AT2	Turismo; Policultura.
AT3	Turismo; Pluriatividade.
AT4	Turismo; Pluriatividade.

5. Agricultores (Policultura)

Identificação	Produtos e Serviços
AP1	Policultura
AP2	Policultura
AP3	Policultura
AP4	Policultura
AP5	Policultura
AP6	Policultura
AP7	Policultura
AP8	Policultura; Pluriatividade.
AP9	Policultura; Pluriatividade.
AP10	Policultura; Pluriatividade.
AP11	Policultura; Pluriatividade.
AP12	Policultura; Pluriatividade.
AP13	Policultura; Pluriatividade.
AP14	Policultura; Pluriatividade.
AP15	Policultura; Pluriatividade.

6. Organizações Não-Governamentais

Identificação	Área de atuação
ONG1	Agricultura
ONG2	Meio Ambiente
ONG3	Social

7. Sindicato dos trabalhadores Rurais

Identificação	Área de atuação
STR1	Patronato
STR2	Agricultura Familiar

8. Poder Público

Identificação	Função
PP1	Secretaria de Turismo
PP2	Secretaria de Agricultura
PP3	Secretaria de Ação Social
PP4	Secretaria de Planejamento Urbano e Rural
PP5	Secretaria de Meio Ambiente
PP6	EMATER
PP7	EMBRAPA
PP8	IAPAR

Essas entrevistas permitiram a obtenção de informações complementares às obtidas na primeira etapa, revelando como os diferentes atores sociais estão imbricados nos processos de desenvolvimento local. Por sua vez, as experiências de observação participante foram implementadas em reuniões promovidas em sindicatos, cooperativas locais e agências governamentais.

Cabe enfatizar novamente que esta estruturação da metodologia levou em conta a pertinência de uma visão sistêmica das dinâmicas de desenvolvimento, centrada na compreensão das inter-relações entre as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica. Isto conferindo a este tipo de pesquisa um perfil interdisciplinar na busca de apreensão dos elementos característicos do território analisado.

Finalmente, na etapa da construção de cenários foram levados em conta os vetores de extrapolação linear das tendências em curso e de concepção normativa de um cenário ideal do ponto de vista do enfoque analítico adotado. No primeiro momento, buscou-se construir uma imagem do futuro mediante a adoção de modelos determinísticos, onde o resgate do passado acaba moldando a compreensão dos espaços de manobra para a resolução de problemas atuais (LIMA, 2005). E no segundo momento da construção, correspondendo ao *Cenário de DTS-IC*, o futuro foi visto como múltiplo e constitutivamente incerto, onde as relações são dinâmicas e as estruturas sempre em evolução. Neste caso, foram consideradas sobretudo (mas não exclusivamente) variáveis qualitativas, conhecidas ou ocultas,

que influenciam o desempenho dos sistemas sociais numa perspectiva sistêmica (LIMA, 2005).

Segundo Godet (1982), a prospecção de cenários pressupõe a compreensão das dinâmicas dos componentes que estão presentes nas relações entre os atores sociais. Por sua vez, Johnson e Marcovitch (1994) argumentam que esse tipo de ferramenta torna-se essencial nas análises da dinâmica de sistemas complexos no longo prazo. A perspectiva sistêmica entende que uma decisão tomada no presente pode influenciar eventos subsequentes e os resultados finais, configurando-se como mecanismo importante no planejamento de novas estratégias de desenvolvimento capaz de se mostrar viável em horizontes temporais mais amplos relativamente àquilo que constitui o *mainstream* da economia neoliberal (WEBER, 2000; MAKRIDAKIS; WHEELWRIGHT, 1989).

Estruturação dos Capítulos

A tese foi dividida em quatro capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo são abordados os conceitos e a base teórica, considerados essenciais para a análise das condições de viabilidade de um novo estilo de desenvolvimento territorial sustentável com identidade cultural. Como pano de fundo, foram apresentados os principais resultados da revisão bibliográfica sobre a crise socioecológica global e sobre as perspectivas do seu enfrentamento pela via do enfoque de DTS-IC.

O segundo capítulo apresenta uma síntese da trajetória de desenvolvimento da região de Palmeira e, mais especificamente, da comunidade de Santa Bárbara. Sendo dividido em duas partes: na primeira, sintetizamos o processo de ocupação e de dinamização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica da região; e na segunda, delineamos a configuração atual.

Mais precisamente, na primeira parte são analisados os elementos essenciais que permitem resgatar o processo de imigração e adaptação dos imigrantes poloneses. Além disso, tematizamos as iniciativas voltadas à formação de um complexo agrícola com características peculiares, que oferece ainda hoje pontos de referência para um processo de resgate criativo e hibridização com novos aportes técnico-científicos inspirados na pesquisa ecológico-humana. Além da descrição das principais

características sociais, econômicas e ambientais, a segunda parte do capítulo oferece alguns indicadores de desenvolvimento socioeconômico do município e da região, bem como uma imagem atualizada das características essenciais das ações dinamizadoras e dos processos de transformação que estão ocorrendo na área.

Por sua vez, o terceiro capítulo reproduz os resultados da análise dos padrões de interação entre os agentes sociais envolvidos na dinâmica de desenvolvimento da Colônia Santa Bárbara atualmente. Neste sentido, este capítulo aborda: (i) a problemática socioecológica, sobretudo do ponto de vista das percepções diferenciadas dos *stakeholders* locais; (ii) as condições de viabilidade socioeconômica de um cenário alternativo para a área, além dos espaços de manobra para a recriação do sistema de planejamento e gestão; (iii) as transformações ocorridas no território e que guardam sintonia com a cultura, identidade e o patrimônio cultural da comunidade local e; (iv) os condicionantes político-institucionais da configuração progressiva do sistema de governança ali instalado, além dos fatores internos e externos que afetam a comunidade;

Finalmente, no quarto capítulo são apresentados dois cenários delineando as perspectivas possíveis de evolução das dinâmicas em curso, privilegiando as possibilidades e os bloqueios à criação de uma estratégia baseada no enfoque de DTS-IC.

As considerações finais contemplam um resgate das questões norteadoras, uma síntese da linha de argumentação proposta na busca de respostas às mesmas, um mapeamento de lacunas e a oferta de pistas de pesquisa visando o aprofundamento da reflexão que foi feita no caso de Santa Bárbara.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO DEBATE EM CURSO SOBRE DINÂMICAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentados os fundamentos do enfoque analítico adotado, refletindo a síntese da revisão bibliográfica realizada. Ele está dividido em três partes: a primeira oferece uma imagem cursiva da crise socioecológica, à luz do enfoque sistêmico-complexo na epistemologia contemporânea. A seguir, o texto focaliza a crise dos modelos dominantes de desenvolvimento, entendida como um dos condicionantes estruturais da crise, além do surgimento do debate sobre o nexos ecologia e desenvolvimento. Nesta parte, são caracterizadas as controvérsias envolvendo a utilização dos conceitos de ecodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável. Finalmente, a linha de argumentação leva em conta a apropriação do conceito de territórios sustentáveis nesse debate. Neste sentido, o foco incide na relevância dos conceitos de cultura e identidade na experimentação com novas dinâmicas territoriais de desenvolvimento sustentável.

2 A VISÃO SISTÊMICO-COMPLEXA DA CRISE SOCIOAMBIENTAL CONTEMPORÂNEA

O século XX foi um período da história da humanidade muito marcante, um período onde o virtual passa a coexistir com o real, onde o progresso tecnológico e o crescimento econômico pautam as políticas não mais nacionais, mas sim globais. Foi um século que além de mostrar a outra face do modelo cartesiano, com o capitalismo, pautou as sociedades com base na política do descartável e da aparência. No entanto, foi também um século no qual a humanidade começa a assumir os riscos de sua finitude ao levar em conta os sinais de alerta evidenciados nos impactos destrutivos de suas intervenções na biosfera. Emergiu assim uma tomada de consciência de novas opções de desenvolvimento e de gestão, para além dos modelos

dominantes incorporados à dinâmica de globalização econômica e cultural. Desta forma, na primeira parte do capítulo pode ser encontrada uma breve análise do debate contemporâneo sobre este tópico. Além de apresentar os enfoques de ecodesenvolvimento e de desenvolvimento territorial sustentável, procuramos reenfatizar a importância da busca de integração inter e transdisciplinar na gestão de sistemas socioecológicos complexos.

2.1 FUNDAMENTOS DE UMA GESTÃO INTEGRADA E COMPARTILHADA DE SISTEMAS SOCIOECOLÓGICOS COMPLEXOS

O pensamento racional científico e os instrumentos conceituais e metodológicos que utilizamos para conhecer melhor o mundo nunca deixaram de evoluir, de se transformar no decorrer da nossa história. Longe de ser doutrina ou ideologia, a interdisciplinaridade se caracteriza por gerar constante dúvida e estar em permanente reconstrução. A interdisciplinaridade assim, se apresenta no contemporâneo como uma questão central dentro das esferas científicas, e por consequência, fora delas junto aos atores sociais (RAYNAUT, 2011 *apud* PHILIPPI JR, SILVA NETO, 2011).

Segundo Leis (2005), o termo interdisciplinaridade aparece no início do século XX nos movimentos de reforma curricular das universidades norte-americanas e, desde então, sua concepção evolui dentro de algumas correntes⁴. Passando a ser entendida como um processo de resolução de problemas ou de abordagem de temas que, por serem muito complexos, não podem ser trabalhados por uma única disciplina. Dessa forma, a interdisciplinaridade é percebida em uma integração de visões disciplinares diversas construindo uma perspectiva mais abrangente. A interdisciplinaridade residindo assim na capacidade de integrar várias disciplinas para produzir um avanço ou salto de conhecimento a um patamar que seria

⁴ i) uma delas associada à cultura científica francesa, fixada em dimensões epistemológicas dos saberes disciplinares, centrada na busca do significado; ii) associada a cultura científica anglo-americana, entendida como forma metodológica, busca uma funcionalidade social, e portanto, profissionalizante; iii) associada a cultura científica brasileira, a qual privilegia as dimensões humanas e afetivas, ou seja, privilegia a procura do próprio ser.

impossível de ascender por meios disciplinares (LEIS, 2011 *apud* PHILIPPI JR, SILVA NETO, 2011).

Já Claude Raynaut entende que a interdisciplinaridade é sempre um processo de diálogo entre disciplinas firmemente estabelecidas em sua identidade teórica e metodológica, mas conscientes de seus limites e do caráter parcial do recorte da realidade sobre o qual operam. Isso implica, por parte dos pesquisadores, respeitar o saber produzido por outras disciplinas, recusando qualquer hierarquia *a priori* entre elas, relativa ao poder explicativo dos fatos sobre os quais trabalham. Implica também, fundamentalmente, o desejo de aprender com os outros e a ausência de toda postura defensiva de um território de poder simbólico ou institucional. (2011, *apud* PHILIPPI JR, SILVA NETO, 2011).

A interdisciplinaridade pode ser definida assim,

Como um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora. (LEIS, 2005, p. 9).

Assim, autores que trabalham com linhas interdisciplinares demandam o desmantelamento das fronteiras artificiais do conhecimento, recomendando fortemente o trabalho interdisciplinar sobre os problemas prementes de nossa época, algo que continua sendo pouco atendido, por enquanto no dia a dia das universidades. (LEIS, 2005, p. 4)

Como a história demonstra, todas as disciplinas que foram sendo desenvolvidas criaram suas próprias perspectivas e linguagem, distanciando-se uma das outras⁵. Esta formulação

⁵ Morin (1990) estabelece uma crítica à forma como se estruturaram as ciências modernas, segundo ele, organizadas sobre três princípios, cujo conjunto denominou como paradigma da simplificação, e que são: (i) disjunção, ou seja, a separação do sujeito e do objeto, e o isolamento radical dos três macro-campos do conhecimento científico moderno (física, biologia e ciência do homem); (ii) redução, saindo-se do que seja complexo para o simples, fazendo parecer que o corte do real é próprio real, eliminando-se possíveis interações entre os elementos do sistema, impedindo a percepção de múltiplos efeitos; e (iii) abstração, com a anulação da diversidade, justapondo-se sem conceber a

das disciplinas, isoladas, permitiu um aprofundamento no conhecimento científico de forma paradigmática, ao mesmo tempo em que evoluíram se distanciaram. No entanto, as ciências modernas compreendem que, sozinhas não conseguem visualizar respostas aos problemas, principalmente socioambientais, devido à complexidade dos sistemas hoje.

Morin (1990) a respeito da complexidade dos problemas inerentes aos sistemas propõe uma nova abordagem, a do pensamento complexo, onde busca a ideia da unidade complexa, ligando o pensamento analítico-reducionista das ciências modernas e o pensamento da globalidade. No sentido contrário de buscar a ordem no universo, expulsando a desordem, como quer o paradigma da simplicidade da ciência moderna, procura a relação da ordem e da desordem, que se complementam. A desordem é a irregularidade, o aleatório, aquilo que não está dentro do que é previsível e não pode ser dissociado da ordem, para poder ser analisada a totalidade do sistema.

Já Jollivet e Pavé (2000) propuseram a compreensão da complexidade de um sistema através da distinção de três tipos de complexidade: (i) a complexidade aleatória, onde se considera complexo tudo aquilo que é longo, não se tornando redutível, e que contém numerosos componentes e interações; (ii) a complexidade organizada ou lógica, que se refere a um objeto, composto por uma associação múltipla de símbolos, com base num sistema, e que está relacionado à forma não linear das inter-relações; e (iii) a complexidade de natureza metodológica, onde a análise só é possível a partir de várias disciplinas especializadas.

No entanto, Garcia (1994) afirma que a complexidade de um sistema não é determinada apenas pela heterogeneidade dos elementos que o compõe. A principal característica está na interdefinibilidade e dependência mútua das funções que esses elementos cumprem dentro do sistema, com uma interação de múltiplos processos fazendo com que a estrutura do sistema funcione como uma totalidade organizada. Isto conduz a uma outra característica básica de sistemas complexos, que é o fato de que qualquer alteração em uma parte se propaga de diversas

formas no conjunto das relações que configuram a estrutura do sistema complexo.

Com estes pensamentos, nota-se a importância da ação e da estratégia para a compreensão dos sistemas complexos (MORIN, 1990). Enquanto num meio estável a noção de programa atende às necessidades, já que as coisas são previsíveis e repetitivas, para o pensamento complexo, onde as mudanças e as incertezas estão presentes, é necessário efetuar estratégias. As estratégias se baseiam em cenários para as ações e podem estar permanentemente em transformação.

Para Morin (1990), a complexidade é um desafio científico a ser enfrentado por equipes interdisciplinares e não uma resposta, na medida em que se deve na célebre afirmação de Pascal – conhecer as partes sem conhecer o todo e conhecer o todo sem conhecer as partes.

Essas considerações cursivas nos ajudam a perceber que o tratamento das incertezas e ambivalências, que caracterizam a busca de compreensão da dinâmica não linear dos sistemas socioecológicos, exige o aprendizado de um “pensamento complexo”, capaz de

Situar todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente - cultural, social, econômico, político e, é claro, natural. Aprendemos não só a situar um acontecimento em seu contexto. Além disso, aprendemos a perceber melhor como este contexto o modifica, ajudando-nos a entendê-lo de outra maneira. Um tal pensamento torna-se, inevitavelmente, um pensamento sintonizado com a problemática da complexidade, pois não basta inscrever todas as coisas ou acontecimentos num 'quadro' ou numa 'perspectiva'. Trata-se de procurar sempre as relações e inter-retroações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes. Ao mesmo tempo, a intenção é reconhecer a unidade na diversidade, a diversidade na unidade; é

reconhecer, por exemplo, a unidade humana em meio às diversidades individuais e culturais, as diversidades individuais e culturais em meio à unidade humana. Enfim, um pensamento unificador abre-se de si mesmo para o contexto dos contextos: o contexto planetário. Para seguir por este caminho, o problema não é tanto o de se abrir as fronteiras entre as disciplinas, mas o de se transformar aquilo que gera essas fronteiras: os princípios organizadores do conhecimento (MORIN, 2000, p. 25).

Dessa forma, caos e ordem, unidade e diversidade, continuidade e descontinuidade, reversibilidade e irreversibilidade se interpenetram numa imagem unitária de seres-humanos-em-ecossistemas (GUNDERSON; HOLLING, 2002).

E a respeito disso, Holling *et al* (1998) indicam que os esquemas de causalidade não-linear exigidos pela análise dos recursos naturais de uso comum denotam um novo tipo de abordagem. Pois, nos sistemas socioecológicos, a complexidade se caracteriza pelas amplas interligações entre os elementos biológicos e as dinâmicas sociais, e podem ter origem em intervenções de diferentes níveis institucionais.

E para se enfrentar a problemática socioecológica presente no contemporâneo o primeiro e importante passo é o da construção de uma abordagem interdisciplinar, o qual para Garcia (1994) descende de um marco epistemológico. Esse marco deve responder a pergunta sobre a viabilidade de serem constituídas bases conceituais gerais para uma pesquisa interdisciplinar, de comum acordo entre as disciplinas, e sobre a possibilidade de se considerar as relações dos fragmentos com a totalidade. Como expõe Garcia, sem o apoio desse marco construído coletivamente, não se consegue obter, como resultado final, um diagnóstico integrado, um estudo realmente sistêmico.

A interdisciplinaridade então seria um método de trabalho para uma efetiva integração entre todos os que estão envolvidos, do planejamento a execução de projetos de desenvolvimento de uma região. Pois quando se trabalha com a interdisciplinaridade,

esta tem como base e veemência a permanente reconstrução e produção de conhecimentos.

Desta forma, com esta construção interdisciplinar do conhecimento e o entendimento da complexidade inerente aos sistemas, estes poderiam, por exemplo, auxiliar no embate entre desenvolvimento e prudência ecológica, temas que serão melhores discutidos no próximo item.

3 ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

A crise socioecológica contemporânea constitui um sintoma adicional de uma crise que afeta simultaneamente as dimensões socioeconômica, sociocultural e sociopolítica das sociedades modernas. Tratando-se de uma crise da visão ocidental do mundo, que se nutre dos avanços da tecnociência e da sua aplicação no campo do planejamento do desenvolvimento desde o final da segunda Guerra Mundial. Neste sentido, a racionalização dos processos produtivos baseia-se numa representação antropocêntrica da natureza, entendida como uma fonte inesgotável de recursos a serem explorados “a qualquer custo” pelos seres humanos. Segundo Oliveira (1995), a trajetória de evolução desse modelo estende-se por quatro etapas, que correspondem ao pré-capitalismo (do século XII ao século XV), ao capitalismo comercial (do século XV ao século XVIII), ao capitalismo industrial (do século XVIII ao século XX) e ao capitalismo financeiro (a partir do séc. XX)⁶.

Em outras palavras, trata-se de uma concepção na qual o desenvolvimento social identifica-se com o crescimento econômico, medido com base em índices quantitativos agregados, a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB). Tanto nas economias liberais, quanto nas socialistas, o alvo do processo torna-se a produção cada vez mais intensa de bens e serviços com uma visão de curto prazo e que permanece atrelada àquilo que Ivan Illich (1973) denominava “contraprodutividade

⁶ As origens do atual modelo de desenvolvimento podem ser identificadas ainda nos pensamentos filosóficos e econômicos dos séculos XVIII e XIX, em teorias evolucionistas pré-darwinianas, mas também nas filosofias de evolução social do século XIX (Hegel, Marx, Spencer, etc.) e na economia clássica (Smith, Ricardo, etc.). Assim, o desenvolvimento é sempre denotado como sinônimo de evolução, progresso, complexidade crescente ou avanços e melhoramentos (SCHRODER, 2011).

estrutural” de riqueza. Assim, a ênfase maior foi dada mais ao aspecto quantitativo que ao qualitativo, às custas da qualidade de vida para a maior parte da população mundial (CAVALCANTE, 1998).

Mas se o problema central da crise socioecológica é a reprodução, com diferentes roupagens, desse modelo de desenvolvimento, como caracterizar a etimologia do termo “desenvolvimento⁷”? Segundo Castoriadis (1987, p. 142), o termo pode ser entendido por analogia a “um organismo que se desenvolve na medida em que progride em direção à sua maturidade biológica”, entendida como uma “forma final” a ser atingida. Neste sentido, “não pode haver desenvolvimento sem um ponto de referência, um estado definido que deve ser atingido; e a natureza fornece para todo ser, um estado final desse tipo” (CASTORIADIS, 1987, p. 144). Em contraponto,

Deste histórico de construção das significações imaginárias sociais surge a ideia de “crescimento indefinido”. Entendido como sinônimo de desenvolvimento. Esta significação está mudando, mas ainda é predominante nas dinâmicas de regulação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Hoje estamos vivendo a crise representada pelo acúmulo maciço dos impactos sociais, humanos e ambientais destas significações e das ações desencadeadas por seu complexo de valores e atitudes (GONÇALVES, 2007, p. 37).

Ainda neste mesmo diapasão, Cavalcante (1998, p. 16) considera que:

⁷ O termo desenvolvimento é usado metafóricamente na biologia para explicar o crescimento natural das plantas e dos animais. No entanto, foi no final do século XVIII que ocorreu a transferência da metáfora biológica para a esfera social, tendo aparecido como processo gradual de mudança social. Posteriormente, Marx revelou o desenvolvimento “como um processo histórico que se desdobra com o mesmo caráter necessário das leis naturais”. A metáfora absorveu um poder colonizante e converteu a história em programa, sendo que o modo de produção industrial, que na verdade é apenas uma forma de vida social, tornou-se o objetivo e estágio final da evolução social. A história foi sendo assim reformulada em termos do ocidente (ESTEVA, 2000, p. 62, 63).

Há em marcha, um profundo processo de transformações que atinge o Estado. No contexto atual, a crise por que passa o Estado consiste na sua incapacidade de reproduzir seus compromissos frente à sociedade a que pertence. Essa crise de reprodução do Estado está associada à da economia nacional (ao nacional) num rápido e intenso contexto de globalização/mundialização dos mercados. A crise do Estado (nacional) implica na sua capacidade de intervenção econômica (nacional), perdendo forças para a livre iniciativa ou para os agentes privados. Daí emerge com força a ideologia neoliberal em que o mercado é visto como a entidade máxima capaz de regular com eficácia a economia. Nesse contexto, a crise se instaura como “menos Estado” (Estado Mínimo), “mais mercado”; “menos economia nacional” e, portanto, mais economia globalizada/mundializada.

A redução do tamanho do Estado à condição de Estado Mínimo, defendido pelo “Consenso de Washington”⁸ está levando as sociedades contemporâneas, principalmente as ocidentais, a uma condição de “desterritorialização societal” e “transculturação” (CAVALCANTE, 1998). A respeito, Furtado (1974) atribui a crise a um fenômeno decorrente da generalização do “mito do desenvolvimento econômico”. Mito esse que foi baseado na tendência “a homogeneização dos padrões de consumo” que aumentou em muito a pressão sobre os recursos não reprodutíveis do planeta.

⁸ No “Consenso de Washington”, o Estado deve se ausentar do controle, comando ou da vida da sociedade e mais particularmente da vida econômica, deixando-a à mercê da empresa privada, outorgando-lhe plena liberdade de atividade (*laissez-faire* e *laissez-passer*). O livre mercado passaria a comandar, controlar e satisfazer as principais necessidades de produtos e serviços da sociedade. Nesse contexto, o Estado se restringirá a produzir aquilo que não interessar ao mercado ou às empresas privadas. Esta redução do tamanho do Estado é defendida por organismos internacionais e releva o Estado à condição de Estado Mínimo (CAVALCANTE, 1998).

Por sua vez, buscando identificar a tipologia e natureza da crise atual, Martins (1991) afirma que a sociedade atual vivencia três tipos de crise:

- a) crise da ordem econômica internacional: no bojo dessa crise está o “*american way of life*”, baseado no consumismo e no individualismo;
- b) crise ecológica: expressa em desmatamentos, desertificação e erosão; esgotamento dos recursos naturais não renováveis e perda de biodiversidade; diminuição dos estoques e degradação dos recursos hídricos; e aquecimento global, dentre outros.
- c) crise do sistema de valores que norteia a assim chamada “civilização ocidental”, materialista-consumista e ecologicamente predatória.

Em Furtado (1974) podemos encontrar pontos de referência para a valorização de enfoques interdisciplinares para o entendimento e discussão dos principais problemas que têm sido gerados pelo modelo dominante de desenvolvimento. E em Sachs (2009) a noção de desenvolvimento inclui como uma de suas dimensões o respeito ao conjunto dos direitos humanos fundamentais, na linha de uma “apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente” (SACHS, 2009, p. 60). Finalmente, Amartya Sen (2010) analisa o processo de desenvolvimento da perspectiva de uma nova abordagem da noção de liberdade. Sua análise coloca em primeiro plano a expansão das “capacidades” dos atores sociais.

A lição que se tira da presente crise socioeconômica e ambiental é a urgente necessidade de uma nova gestão da economia mundial, “holística, de longo prazo, interdisciplinar (pluridimensional), interdependente (de cooperação e de solidariedade intra e intergeracional) e democrática / participativa” (CAVALCANTE, 1998, p. 13). Estes elementos são considerados atualmente indispensáveis à elaboração de políticas e programas de planejamento de longo prazo de um novo modelo de desenvolvimento, para que seja realmente sustentável em termos ecológicos e sociais.

3.1 A CRISE DO MODELO ECONOMICISTA-PREDATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO E OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Nas últimas décadas do século XX, e com o advento do novo milênio, todos os estados, povos e indivíduos do planeta tornaram-se progressivamente parte de um mundo econômico e culturalmente globalizado. Como em outros momentos de grandes mudanças históricas, as relações entre as diversas partes do todo sofreram profundas alterações com a nova ordem global.

Segundo Leis e Viola (2003) a globalização foi extraordinariamente acelerada pelo fim da Guerra Fria e pelo colapso da União Soviética. A década de 1990 foi marcada simultaneamente pela intensificação da globalização econômica e pela erosão da governabilidade baseada nos estados nacionais. De acordo com a teoria da globalização multidimensional, elaborada por D. Held, A. McGrew, D. Goldbatt e J. Perraton (HELD *et al*, 1999) (KEOHANE; NYE, 2001), a globalização não deve ser pensada como uma condição singular, mas como um processo ou conjunto de processos interconectados que se desenvolvem em várias dimensões (econômica, política, militar, ecológica, social e cultural).

Assim, para compreender as mudanças produzidas nas relações internacionais do nosso tempo, torna-se necessária a identificação de alguns pontos centrais, tais como:

- a) a pós-industrialização, devido ao desenvolvimento de tecnologias que reduzem as distâncias globais e promovem um rápido movimento de pessoas, de bens, de capitais e de ideias a nível internacional;
- b) o surgimento de problemas planetários, que não se resolvem a nível dos estados;
- c) a aparição de novos atores;
- d) a declinação das possibilidades dos estados nações para dar solução aos múltiplos déficits que hoje os afetam;
- e) a proliferação de regionalismos e a constituição de blocos econômicos (LAREDO, 2001).

Desta forma, a partir da última década do século XX, no mundo constituído pelos países desenvolvidos e pelos países emergentes houve uma aceleração simultânea das quatro sub-

dimensões da globalização econômica: comercial (crescimento intensivo do comércio internacional), financeira (grande expansão de mercados financeiros de escopo global), produtiva (transnacionalização crescente das cadeias produtivas intra-corporativas e inter-corporativas) e tecnológica (extraordinária onda de inovação tecnológica com elevação substancial do nível de produtividade sistêmica da tecnologia). A aceleração da globalização econômica manteve o alto nível de integração social das sociedades desenvolvidas. Nas sociedades de renda média, a aceleração da globalização tendeu a manter ou aumentar a marginalidade / exclusão de vastos setores da população. E a maior parte dos países de renda baixa se manteve excluída da globalização econômica (LEIS; VIOLA, 2003).

Como notado, a globalização não é apenas uma tendência de mercados nacionais ou internacionais, mas sim um processo inevitável, onde a população ajusta-se passivamente, não havendo muita base de manobra em relação a esse processo. Assim, trata-se de um processo resultante de uma série de transformações objetivas, que é preciso considerar, como sendo parte da história contemporânea, cuja tendência é justificar ou racionalizar aspectos dessa propensão do mundo atual.

E em consequência dessas mutações sociais, Laredo (2001) argumenta que no sistema internacional coexistem e atuam forças centrípetas (que tendem a globalização) e forças centrífugas (que tendem a fragmentação e a regionalização). Estas últimas podem se constituir em etapas intermediárias em direção a uma inserção passiva e ativa no sistema globalizado internacional (funcional e disfuncional do mesmo). E Zaidan Filho (2001, p. 71) acrescenta que a partir destas referências, a globalização implica ainda “um processo de desterritorialização que provoca mudanças e subverte as noções tradicionais de espaço e tempo”. Assim, indiscutivelmente, no fenômeno da globalização podemos identificar manifestações de profundas mudanças no cenário internacional.

Neste sentido, Anthony McGrew (1992) argumenta que a globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implicando,

Um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da 'sociedade' como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço. (GIDDENS, 1990, p. 64).

Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais estão entre os aspectos mais importantes da globalização incidindo na formação de novas identidades culturais.

No entanto, Giddens (1990, p.63) nos lembra que a globalização não é um fenômeno recente: “a modernidade é inerentemente globalizante”. Como argumentou David Held (1999), os Estados Nação nunca foram tão autônomos ou soberanos quanto pretendiam. E, como informa Wallerstein (1979, p.19), o capitalismo “foi, desde o início, um elemento da economia mundial e não dos Estados Nação. O capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais”. Assim, “tanto a tendência à autonomia nacional quanto a tendência à globalização estão profundamente enraizadas na modernidade” (WALLERSTEIN, 1991, p. 98).

Existiriam três possíveis consequências, atreladas à globalização sobre as identidades culturais, sendo elas:

As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”;

As identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização;

As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar (HALL, 2005, p. 69).

E a respeito do impacto da globalização sobre as identidades nacionais, Harvey (1989, p. 240) argumenta que:

À medida que o espaço se encolhe para se tornar um “aldeia global” de telecomunicações e uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas – para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas – e à medida que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais.

Partindo da globalização como uma realidade inerente a todos, Ferrer (1998) assinala a deformação da realidade que se está operando (centrada no mercado e nos interesses hegemônicos dominantes), o que tem conduzido a um fundamentalismo determinista que tende a desestimular o protagonismo da sociedade civil. Dentre os argumentos utilizados pelos ideólogos desta “ficção da realidade”, assinalam-se os seguintes:

- a) Por um lado, a revolução tecnológica e a transnacionalização das decisões econômico-financeiras internacionais tem conduzido a uma conformação de uma “aldeia global”, sobre a qual os atores sociais e os estados nacionais não têm controle algum.
- b) A formação de mercados globais tem impactado os mercados nacionais, gerando políticas públicas ajustadas aos interesses dominantes e relegando a segundo plano modalidades integrativas e compartilhadas de planejamento e gestão das dinâmicas de desenvolvimento.
- c) A aplicação dessas políticas vem sendo associada aos fenômenos de desregulamentação, flexibilização e terceirização, atraindo investimentos externos visando ganhos crescentes de competitividade nos mercados globalizados (FERRER, 1998).

Cabe enfatizar ainda que os frutos deste modelo de desenvolvimento são estendidos a toda a “aldeia global”, o que acaba agravando ainda mais o desenvolvimento de áreas periféricas.

Sendo assim, das circunstâncias do mundo atual podem ser extraídas várias conclusões. Hoje, por exemplo, não apenas se verificam alterações no peso relativo de cada um dos estados nações, de acordo com sua inserção e capacidade de ação do novo contexto. Ao mesmo tempo, vivenciamos uma aceleração e intensificação das mudanças que acontecem no cenário dessa nova ordem. Porém, ninguém fica fora da globalização. De um modo ou de outro, todos contribuem e são afetados pelas transformações globais em curso. O fenômeno não se restringe às dinâmicas dos mercados interconectados, exigindo para a sua compreensão a análise de suas repercussões sociopolíticas, socioculturais e socioecológicas.

Desta forma, pode-se concluir que a globalização caminha em paralelo com um reforço das identidades locais e com um processo de fragmentação das identidades nacionais. Este retorno ao local, propiciado pelo movimento antagônico da globalização, está sendo denominado 'revolução do local', 'movimento de localização', 'globalização do local' ou 'glocalismo' (FRANCO, 2003, 2004). A globalização permite também que cada local neste fluxo mostre a sua identidade, o seu diferencial de competitividade. As mesmas condições que possibilitaram que localidades distantes se tornassem interagentes permitem que os elementos de cada local se tornem igualmente interagentes (KRONEMBERGER, 2011). Na perspectiva de Dowbor e Martins (2000, p. 17), "quanto mais a economia se globaliza, mais a sociedade tem também espaços e necessidades para criar as âncoras locais".

A globalização desta forma sendo caracterizada como um processo desigual, a qual tem sua própria "geometria de poder". Essa dinâmica está alterando as identidades culturais em toda parte, quase que por um processo (rolo compressor) de homogeneização cultural global (HALL, 2005). E, entende-se assim, que os impactos da globalização atingem não só a economia, a cultura ou a política, mas também as representações sociais (ou as formas pelas quais entendemos o mundo).

3.2 ECOLOGIA E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

A crise socioecológica atual está impondo, de maneira inexorável, a necessidade de se aprofundar o debate sobre o

conceito de sustentabilidade. A emergência deste conceito indica que existe um conflito entre os modelos de desenvolvimento contemporâneos, de um lado, e a humanidade e a natureza, de outro. As sociedades, principalmente ocidentais, guiadas pelo capitalismo neoliberal procuram cada vez mais o consumo e a necessidade do progresso material como formas de atingir um determinado “bem viver”. Desta forma Ruscheinsky (2004, p. 30) coloca que:

Estamos enredados numa bola de neve: para gerar desenvolvimento é necessário mais consumo, que, por sua vez, exige mais produção, que gera a busca de recursos naturais, que gera mais renda do trabalho e de novo ampliação do consumo. Assim vai se consolidando o círculo vicioso da economia, da sociedade da abundância e da miséria, o inverso da sustentabilidade.

E para Lowi (2005) o modelo econômico atual está nos conduzindo a um desastre ambiental de dimensões incalculáveis, que já é possível de ser presenciado na atualidade. Portanto, desenvolvimento sustentável já não é mais um discurso para as próximas gerações, mas sim uma tarefa para agora.

Assim, a crítica à sociedade do consumo a partir da crise socioecológica implica na crítica radical da racionalidade econômica baseada na ética utilitarista. No bojo do debate sobre o tema, Ruscheinsky (2004, p. 31) coloca algumas questões dignas de registro:

Como orientar o desenvolvimento da economia, do consumo? Como modificar a concepção de trabalho e lazer? Como reinventar um significado para a vida em sociedade? Como romper com relações sociais e de poder viciados? Como colocar a preservação do ecossistema em lugar do risco?

Com certeza, para responder de forma consistente a tais desafios, urge alterar radicalmente os estilos dominantes de produção e consumo levando-se em consideração uma

combinação de crescimento econômico com equidade social e levando em conta os limites impostos pela busca de reprodução dos sistemas de suporte da vida na ecosfera (CAVALCANTE, 1998).

Em outras palavras, esse “outro desenvolvimento” (SACHS, 1993) deve buscar a harmonia entre desenvolvimento humano e meio ambiente de modo que as gerações futuras possam usufruir as mesmas benesses da geração atual. E no esforço de administrá-lo de maneira sustentável, devemos trabalhar com uma visão de longo prazo, com estratégias concretas de intervenção corretiva. Tais estratégias estariam norteadas pela combinação de três princípios básicos: (i) aqueles que são afetados por um projeto de desenvolvimento devem participar dos processos de planejamento e gestão; (ii) o planejamento e a gestão devem basear-se numa metodologia sistêmico-complexa, isto é, integrativa e; (iii) importa prever a valorização da endogeneidade dos processos de dinamização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica. Neste sentido, a invenção de *ecotécnicas*⁹ levaria em conta o “diálogo de saberes”, ou seja, saberes vernaculares em relação de sinergia com o conhecimento científico de ponta.

Já para Vieira (2002), a sustentabilidade deveria ser entendida como norteador da pesquisa sistêmico-complexa de um novo estilo de desenvolvimento – *ecodesenvolvimento* - orientado prioritariamente pela busca da satisfação das necessidades básicas e pela promoção da auto-confiança (ou *self-reliance*) das populações envolvidas no processo. Neste sentido o *ecodesenvolvimento* designaria um enfoque participativo de planejamento e gestão de estratégias plurais, ecologicamente prudentes e socialmente inclusivas de intervenção, adaptadas criativamente a contextos socioambientais específicos.

⁹ Ecotécnicas é um conjunto de intervenções tecnológicas no ambiente que se baseia na compreensão dos processos naturais e tem como foco a resolução de problemas com o menor custo energético possível e com uso eficiente de bens naturais (SILVA; MAGALHÃES, 1993).

3.2.1 Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável

Caracterizamos acima a crise socioambiental como um fenômeno global e de escopo civilizatório. Procuramos endossar o ponto de vista segundo o qual os princípios organizadores dos sistemas econômico, político, cultural e social hegemônicos demonstram-se “incompatíveis com as exigências dos sistemas ecológicos e com a satisfação das necessidades básicas humanas” (KAPP, 1972, p. 91).

De acordo com Vieira (2000, p. 18):

Os principais fatores condicionantes da crise podem ser encontrados nas modalidades convencionais de regulação da dinâmica do desenvolvimento socioeconômico, que geralmente não leva em consideração uma avaliação criteriosa dos custos sociais e ambientais implicados.

Dessa forma, no que se segue a intenção é precisar a noção de ecodesenvolvimento, levando em conta o debate que tem marcado a sua evolução no campo das pesquisas sobre o nexo desenvolvimento e ambiente desde os anos 1970 até hoje. Procuramos mostrar ainda em que sentido preferimos adotar o termo ecodesenvolvimento ao invés do termo “desenvolvimento sustentável” que vem se impondo no debate acadêmico e social desde o início dos anos 1990.

Crise Ambiental: o despertar da humanidade para a degradação ecossistêmica

A humanidade ao longo de sua evolução, mas principalmente, no último século, começou um projeto grandioso, o de criar um mundo paralelo ao natural, um mundo visualizado por meio da economia e da tecnologia, num mundo global. No entanto, este mundo virtual, vem afetando de maneira plural a qualidade de vida do homem e sua permanência neste meio, devido ser um mundo com base insustentável.

Este novo mundo criado pela humanidade é uma consequência do modelo de produção e desenvolvimento adotado, o qual via a natureza como fonte infinita de recursos,

onde de tudo se poderia retirar, sem a menor consciência do ato ou nenhum pensamento futuro a respeito do equilíbrio entre o homem e seu meio.

Segundo Seiffert (2011, p. 6):

A questão da sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento capitalista-industrial, vista a partir da perspectiva da lei da entropia¹⁰, mostra o quadro de insustentabilidade, pois se trata de duas forças que caminham em direções opostas. Enquanto a lei da entropia aponta para os limites materiais e energéticos, o capital aponta para uma necessidade inerente de expansão infinita. Enquanto a entropia aponta para uma questão qualitativa, o desenvolvimento do capitalismo é orientado e sancionado pelas regras quantitativas do mercado.

Em virtude deste cenário, a partir da década de 1960, iniciam lentamente um processo de preocupação para com a conservação e preservação da qualidade ambiental, iniciativas preconizadas pelos países desenvolvidos. Pois já que datam deles, os principais acidentes/incidentes ambientais que chamaram a atenção do mundo para a importância da qualidade ambiental.

E a partir destas preocupações é que se configuram uma série de eventos, os quais de maneira histórica começam a embasar o pensamento e crítica a respeito do sistema vigente de mercado e do desenvolvimento e o amadurecimento de conceitos de desenvolvimento, atrelados ao sustentável e à educação ambiental.

¹⁰A entropia é discutida pela 2ª Lei da Termodinâmica e estabelece que parte da energia que circula em um sistema tende a perder-se para o meio, não podendo ser utilizada para produzir trabalho ou biomassa. Ela mede o grau de desorganização ou ineficiência de um sistema. Os sistemas gerados pelo homem são extremamente entrópicos quando comparados aos sistemas naturais. (AULETE, 1964, p. 1439)

Década de 1960

Data desta década os primeiros estudos e comissões ligadas aos impactos ambientais em relação à natureza e ao próprio homem, eventos que devido ao impacto social que tiveram, promulgaram os que viriam em seguida.

Em 1968, foi criado o *Clube de Roma*, por iniciativa de Aurélio Peccei e Alexander King e formado por outros trinta e seis cientistas e economistas. Este coletivo estimulou a pesquisa pioneira sobre os limites do crescimento material que fundamentou a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972 (MEADOWS *et al.*, 1972). Buscava-se um entendimento mais rigoroso dos componentes variados, mas interdependentes (econômico, político, sociais e naturais), que formam o sistema global em que vivemos, chamando a atenção dos decisores e dos cidadãos comuns para este novo modo (sistêmico) de entender uma crise que coloca em risco as chances de sobrevivência da espécie humana. Os membros do Clube de Roma concentravam-se, assim, em problemas,

De tanta complexidade e tão inter-relacionados, que as instituições e os planos de ação tradicionais já não eram capazes de superá-los nem mesmo de enfrentá-los em seu conjunto. (MEADOWS *et al.*, 1972, p. 11).

Década de 1970

A Conferência de Estocolmo contou com 113 países participantes, além de 250 organizações não governamentais e vários organismos da ONU. Nela emergiu o debate sobre assimetrias Norte-Sul no campo do desenvolvimento: os países do Norte preocupados com a poluição industrial, a escassez de recursos energéticos, a decadência de seus mercados de ação; e aqueles associados ao bloco do Hemisfério Sul preocupados com o agravamento da pobreza e com o direito de se desenvolverem nos moldes que se conheciam até então (BARBIERI, 1997).

Nos termos colocados por Ignacy Sachs,

No início dos anos 1970, duas correntes diametralmente opostas se confrontavam. Os defensores do crescimento a qualquer preço percebiam o meio ambiente como sendo um mero capricho de burgueses ociosos, ou então como mais um obstáculo colocado ao avanço dos países do hemisfério Sul em processo de industrialização. Segundo eles, haveria tempo de sobra para nos ocuparmos do meio ambiente, a partir do momento em que os países periféricos atingissem os níveis de renda *per capita* dos países do Centro. À esquerda e a direita compraziam-se, além disso, em cultivar um otimismo epistemológico a toda prova baseado no pressuposto de que a humanidade encontraria sempre as inovações técnicas necessárias para prosseguir em sua marcha ininterrupta rumo ao progresso material. No outro extremo, os catastrofistas que anunciavam o apocalipse para o dia seguinte dividiam-se em duas facções: por um lado, aqueles que apregoavam o fim iminente em consequência do esgotamento dos recursos naturais; e por outro, aqueles que anteviam a chegada da catástrofe em consequência da poluição excessiva. (SACHS, 1986, p. 1).

Dessa forma, a Conferência de Estocolmo passou a ser considerada como:

A primeira manifestação dos governos de todo o mundo para discutir as consequências da economia sobre o meio ambiente, quando foi inicialmente delineado o conceito de um outro desenvolvimento. (SEIFFERT, 2011, p.12).

Apesar das divergências e da complexidade das questões em debate, este evento representou um marco fundamental na evolução da percepção dos problemas relacionados ao binômio Desenvolvimento & Meio Ambiente. Dele emergiram a Declaração sobre o Ambiente Humano e um Plano de Ação Mundial, com o objetivo de orientar o uso racional dos recursos

naturais e a melhoria no ambiente humano. Outro resultado importante do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), encarregado de monitorar o avanço dos problemas ambientais no mundo (DIAS, 2006).

Segundo Barbieri (1997, p. 19-20):

O Brasil nessa Conferência defendeu o desenvolvimento a qualquer custo e não reconheceu a gravidade dos problemas ambientais. A poluição da pobreza também foi a posição defendida pela representação brasileira. Explica-se tal posição, mas não se justifica. O Governo brasileiro naquela época (1972) empenhava-se na sustentação de uma política desenvolvimentista através da industrialização substitutiva de insumos industriais e da expansão das fronteiras agrícolas e dos distritos minerais em áreas de ecossistemas frágeis. Essa política foi altamente desastrosa tanto do ponto de vista ambiental, quanto social.

Coube a Maurice Strong, dentro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente utilizar pela primeira vez o termo “ecodesenvolvimento”, referindo-se a um novo estilo de desenvolvimento que levava em conta o agravamento de uma crise socioecológica em escala global.

Segundo Vieira:

No contexto da Conferência de Estocolmo e como parte das iniciativas de criação e implementação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), coube a Maurice Strong introduzir o conceito de ecodesenvolvimento para designar uma ideia-força capaz de impulsionar, de forma criativa, iniciativas de dinamização socioeconômica sensíveis aos fenômenos de degradação ecossistêmica e marginalização social, cultural e política. Pensava-se inicialmente nos desafios suscitados pela situação característica das zonas rurais dos

países pobres. Os adeptos desta concepção essencialmente antitecnocrática, ou de baixo para cima (*bottom-up*), preconizavam uma gestão mais racional de recursos comuns, capaz de valorizar o *know-how* e a criatividade endógena das comunidades locais. (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005, p.344)

O ecodesenvolvimento surge então, como uma resposta à necessidade de colocar em sincronia os processos ecológicos e os processos socioeconômicos, gerindo-se a produtividade dos sistemas ecológicos, com o propósito de satisfazer as necessidades básicas da população a curto, médio e longo prazo (HURTUBIA, 1976). Coube a Sachs (1993, p.24-27) tempo depois delinear as cinco dimensões constitutivas do *enfoque de ecodesenvolvimento* no campo do planejamento e da gestão:

1. Sustentabilidade social: está relacionada à construção de processos de desenvolvimento baseados em outro tipo de crescimento e outro tipo de sociedade, a chamada civilização do ser e não do ter;
2. Sustentabilidade econômica: possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. [...] a eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade microempresarial;
3. Sustentabilidade ecológica: de maneira paulatina, deve possibilitar uma intensificação do uso dos recursos potenciais dos distintos ecossistemas com o mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida. Buscar limitar o consumo de recursos não-renováveis e produtos facilmente esgotáveis, substituindo-os por recursos renováveis. Redução da poluição (através da reciclagem) e diminuição do consumo. Intensificação da pesquisa com o fim de produzir tecnologias

limpas e, por fim, definir regras para proteção ambiental, bem como de um aparato institucional que assegure o cumprimento das normas propostas;

4. Sustentabilidade espacial: almeja a melhoria da relação rural-urbano através de um equilíbrio na distribuição territorial das pessoas e suas atividades;

5. Sustentabilidade cultural: está relacionada à [...] busca das raízes endógenas nos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitam as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Ainda segundo Sachs (1986, p. 15), devemos levar em consideração seis variáveis-chave na busca de operacionalização deste conceito:

1. a estrutura de consumo: depende da distribuição da renda e dos valores da sociedade;

2. o regime político: a forma como este se responsabiliza pelos custos sociais. Ou seja, se meramente através de regras de mercado – regras das economias capitalistas, de externalizar custos, se por intermédio dos princípios de economias planificadas, ou formas mistas.

3. as técnicas empregadas: despoluição associada à escalada de produção e dos seus danos, a utilização de técnicas não destruidoras, que internalizam a dimensão ambiental.

4. modalidades dos recursos naturais e de energia: analisadas sob aspectos dos desperdícios de recursos raros, das possibilidades da reciclagem dos desperdícios e do controle da taxa de obsolescência de certos bens duráveis e de equipamentos, para se diminuir a utilização dos recursos raros neles incorporados.

5. as formas de ocupação dos solos, visto que produções e atividades idênticas acarretam efeitos muito diversos, segundo a sua localização.

6. o tamanho, o ritmo de crescimento e a distribuição da população (contudo, deve-se levar em consideração o consumo *per capita*).

Com base nestes pressupostos, Sachs define ecodesenvolvimento como:

[...] um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso, aí desempenhando papel importante à adaptação ao meio postulada pelos antropólogos (SACHS, 1986, p.18).

Em síntese, nos termos literais cunhados por Vieira e Weber (2000), trata-se de um “estilo” de desenvolvimento aplicável a projetos localizados não só em áreas rurais, mas também urbanas, oposto à diretriz mimético-dependente tradicionalmente incorporada pelos países pobres, orientado prioritariamente pela busca de satisfação de necessidades básicas e pela promoção da autoconfiança das populações envolvidas no processo. Num segundo momento, o conceito de ecodesenvolvimento designava também um enfoque de

planejamento e gestão participativa de estratégias plurais de intervenção adaptadas à especificidade de cada contexto socioecológico. Ignacy Sachs refere-se aqui a uma diretriz fundamental de “harmonização” entre as iniciativas de dinamização socioeconômica, a consolidação e o aprofundamento de uma cultura política democrático-participativa, a distribuição equitativa da riqueza e a gestão ecologicamente prudente da base de recursos naturais. (VIEIRA *et al.*, 2005).

Em 1974 a Assembleia Geral da ONU, na sua sexta seção especial, adotou uma declaração sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial baseada na equidade, autodeterminação, interdependência, interesse comum e cooperação entre os estados-membros. Entre as questões citadas na Declaração merecem destaque a regulamentação e supervisão das atividades das corporações transnacionais em função dos interesses nacionais; a necessidade de implementar relações de trocas internacionais justas; acesso à ciência e tecnologia pelos países em desenvolvimento; a necessidade de por fim aos desperdícios dos recursos naturais; e a necessidade dos países não desenvolvidos de usar seus recursos nos seus processos de desenvolvimento (BARBIERI, 1997).

Também em 1974, foi apresentada a Declaração de Cocoyoc, e o Relatório *Que Faire*, apresentado pela Fundação *Dag Hammarskjöld* no final de 1975, por ocasião da 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas, a qual atualiza o modelo esboçado por Sachs, mas sem que o termo ecodesenvolvimento tenha sido veiculado de forma explícita. Segundo Vieira:

A bibliografia especializada faz alusão a outros termos – um outro desenvolvimento ou desenvolvimento endógeno, por exemplo – que passaram a fazer parte dos esquemas de comunicação social das organizações internacionais envolvidas com a questão do meio ambiente naquela época. Isto pode ser talvez explicado pelo fato de que tais denominações refletiam conotações supostamente menos radicais em termos ideológicos e coerentes, relativamente a uma diretriz de negociação diplomática cautelosa,

com a ideia de uma nova ordem econômica internacional. (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005, p. 345)

Década de 1980

Em 1980, foi elaborada a *Primeira Estratégia Mundial para a Conservação*, por iniciativa da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em colaboração com o PNUMA e com o *World Wildlife Fund* (WWF). O texto contém um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No referido documento, aparece pela primeira vez o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”¹¹ (DIAS, 2006 *apud* SEIFFERT, 2011). De acordo com esse documento, uma estratégia mundial para a conservação da natureza deve alcançar os seguintes objetivos:

- (1) manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do Ser humano;
- (2) preservar a diversidade genética; e
- (3) assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana. (BARBIERI, 1997, p. 23)

O objetivo da conservação, segundo esse documento, é o de manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento, e este deve, por sua vez, levar em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações.

Em 1983, foi formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela ex-Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. A comissão deveria atualizar os dados disponíveis sobre a crise e apresentar um novo elenco de propostas consideradas viáveis numa fase de transição ecológica. Alguns destes objetivos eram

¹¹ A expressão ecodesenvolvimento aos poucos foi sendo substituída por desenvolvimento sustentável, embora ainda seja bastante utilizada em diversos países europeus, asiáticos e latino-americanos, como informa Sachs (1993, p.2).

- (1) propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante;
- (2) recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento;
- (3) considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; e (4) ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente. (CMMAD, 1991, p.11)

No entanto, apenas em 1987 foi publicado o “Relatório Brundtland”, intitulado “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*). Esse relatório apontava para a desigualdade existente entre os países e para a pobreza como uma das principais causas ligadas aos problemas ambientais, contribuindo para disseminar o conceito de sustentabilidade. Partia-se para tanto da premissa segundo a qual o desenvolvimento econômico deve se realizar sem comprometer as necessidades das futuras gerações (FERNANDES, 2005).

O relatório define as premissas do que seria o Desenvolvimento Sustentável, o qual contém dois conceitos-chaves: o de “necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade”; e “a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades das gerações presentes e futuras”. (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Conforme o relatório, o desenvolvimento sustentável deve ser visto como:

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991, p. 49).

Os principais objetivos das novas políticas públicas derivadas dessa proposta de conceituação seriam:

Retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia; atender as necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório. (CMMAD, 1991, p. 53)

Essas recomendações, nesse sentido apontam para um novo tipo de multilateralismo, baseado numa vinculação estreita entre comércio internacional, meio ambiente e crescimento econômico global. A ideia básica seria a de se alcançar uma economia mundial sustentável.

Porém, para se chegar à ideia de uma economia mundial sustentável, o relatório Nosso Futuro Comum mostra que:

O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as consequências da destruição ambiental. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Elas fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito (1991, p.40).

Neste sentido, o relatório aponta três questões importantes para o entendimento da sustentabilidade: (i) os desgastes do meio ambiente formam um sistema; (ii) os desgastes ambientais e os padrões de desenvolvimento econômico se interligam e; (iii) a problemática socioecológica decorre de um leque multivariado de fatores socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos, transcendendo as fronteiras nacionais (BARBIERI, 1997). Por isso o relatório recomenda que:

Não pode haver um único esquema para o desenvolvimento sustentável, já que os sistemas econômicos e sociais diferem muito de país para país. Cada nação terá de avaliar as implicações concretas de suas políticas. Mas apesar dessa diferença, o desenvolvimento sustentável deve ser encarado como um objetivo de todo mundo (CMMAD, 1991, p. 44).

Década de 1990

Nesta década foi colocado em circulação ampla o conceito de desenvolvimento sustentável. Em outubro de 1990, em Genebra, ocorreu a Conferência Mundial sobre o Clima, promovida pela Organização Mundial de Meteorologia, na qual se aprofundou o debate sobre o tema (DIAS, 2003).

A II Estratégia Mundial para a Conservação, “Cuidando da Terra”, ocorreu em 1991. Dela emergiu, por iniciativa do IUCN, do PNUMA e do WWF, um documento mais abrangente do que o formulado anteriormente, baseado no Relatório Brundtland, preconizando novas ideias para a construção de uma sociedade mais sustentável (DIAS, 2006).

Em 1992, representantes de 178 países, incluindo cerca de 100 chefes de estados, estiveram presentes na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (CNUMAD). Simultaneamente a este evento oficial de caráter intergovernamental, realizou-se o Fórum Global das ONGs, reunindo cerca de 4.000 entidades da sociedade civil do mundo todo. Este evento teve como resultado 36 documentos e planos de ações elaborados durante este Fórum. A esses dois

eventos se denominou popularmente de Eco-92 ou Rio 92 (BARBIERI, 1997).

A CNUMAD teve como resultado a aprovação de vários documentos, envolvendo convenções, declarações de princípios e a Agenda 21, considerada como um dos resultados mais importantes. Todos eles aprovados após negociações intensas e desgastantes, que muitas vezes desfiguraram os seus objetivos originais. Os documentos oficiais aprovados nessa Conferência foram os seguintes:

- a) Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o desenvolvimento;
- b) Convenção sobre Mudanças Climáticas;
- c) Declaração de Princípios sobre Florestas;
- d) Convenção sobre a Biodiversidade; e
- e) Agenda 21

Pode-se dizer que a CNUMAD inicia um novo ciclo de conferências sobre o desenvolvimento e meio ambiente no âmbito da ONU, destacando-se, entre outras, a Conferência sobre Direitos Humanos realizada em Viena em 1993; Conferência sobre população e desenvolvimento realizada no Cairo em 1994; Conferência sobre desenvolvimento social, em Copenhague, sobre mudança climática, em Berlim e sobre a mulher, em Pequim, todas realizadas em 1995, e sobre assentamentos urbanos (Habitat II) realizada em Istambul em 1996. Este novo ciclo de conferências objetivou implementar os tratados e convenções produzidos pela CNUMAD, bem como aprofundar os temas tratados nesta Conferência (BARBIERI, 1997).

Em 1997, no Japão acontece a 6ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP6), onde foi assinado o Protocolo de Kyoto¹². A conferência reuniu representantes de 166 países para discutir providências em relação ao aquecimento global.

¹² Segundo Seiffert (2011, p. 17) o Protocolo funciona como uma espécie de adendo à Convenção do Clima e estabeleceu como meta para 38 países industrializados reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito estufa em 5,2%, no período de 2008 até 2012, em relação aos níveis existentes em 1990.

Século XXI¹³

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2000, organiza a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDS), conhecida como Rio +10, a qual ocorreu em Johannesburg, África do Sul, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, e que teria como objetivo avaliar a situação do meio ambiente global em função das medidas adotadas na CNUMAD (DIAS, 2006).

Deste evento resultaram dois documentos: a Declaração Política e o Plano de Implementação. A Declaração política tem como título “O Compromisso de Johannesburgo por um desenvolvimento Sustentável”. E está estruturada em seis grandes temas:

- a) Desde nossas origens até o futuro;
- b) Desde os Princípios do Rio até o Compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável;
- c) Os grandes problemas que devemos resolver;
- d) O compromisso de Johannesburgo por um desenvolvimento Sustentável;
- e) O multilateralismo é o futuro;
- f) Como lográ-lo.

Na sequência, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi uma Conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro. Considerada o maior evento já realizado pelas Nações Unidas, a Rio+20 contou com a participação de chefes de estado de 190 nações que propuseram mudanças, sobretudo, no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta. Além das questões ambientais, foram discutidos, durante a CNUDS, aspectos relacionados a questões sociais como a falta de moradia, pobreza, agricultura, entre outros.

¹³ Nesta menção do subitem serão apenas mencionados as duas Rios (+10 e +20), e por uma questão de síntese, os demais eventos e conferências ocorridas neste milênio não serão mencionadas, não por seu caráter menor, pelo contrário, tiveram tanta ênfase quanto os que são mencionados, mas apenas por fator de escolha e síntese não serão citados.

O objetivo da Conferência era assegurar um comprometimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes. Os dois temas em foco na Conferência foram: a) a economia verde¹⁴ no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e; b) o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Ambos os temas norteiam que o desenvolvimento sustentável demonstra uma abordagem holística, equitativa e clarividente à tomada de decisões em todos os níveis, não enfatizando apenas a forte performance econômica, mas equidade intra e intergeracional.

E paralelo à Rio+20, a Cúpula dos Povos foi um evento organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países. O evento aconteceu entre os dias 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo. As ações da cúpula foram norteadas por três eixos:

¹⁴ Economia Verde é uma expressão de significados e implicações ainda controversos, relacionada ao conceito mais abrangente de Desenvolvimento Sustentável, consagrado pelo Relatório Brundtland, de 1987, e assumido oficialmente pela comunidade internacional na Rio-92, gradualmente tomando o lugar do termo “ecodesenvolvimento” nos debates, discursos e formulação de políticas envolvendo ambiente e desenvolvimento. A ideia central da Economia Verde é que o conjunto de processos produtivos da sociedade e as transações deles decorrentes contribuem cada vez mais para o Desenvolvimento Sustentável, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais. Para isso, propõe como essencial que, além das tecnologias produtivas e sociais, sejam criados meios pelos quais fatores essenciais ligados à sustentabilidade socioambiental, hoje ignorada nas análises e decisões econômicas, passem a ser considerados. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) concebe a economia verde como aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Sustentando-se sobre três pilares: i) é pouco intensiva em carbono; (ii) é eficiente no uso dos recursos naturais e; (iii) é socialmente inclusiva. Assim, por ser um conceito relativamente novo, o debate a nível social e acadêmico é bastante amplo. Enquanto alguns acreditam ser uma possibilidade de inserir concretamente demandas relacionadas ao desenvolvimento sustentável nas práticas econômicas, outros dizem ser o termo confuso, irrelevante e apresentam críticas contundentes apontando-o como ineficiente e inadequado diante dos desafios já instaurados (BERMANN; DINIZ, 2012).

- a) a denúncia das causas estruturais e das novas formas de reprodução do capital;
- b) as soluções e novos paradigmas dos povos;
- c) as agendas, campanhas e mobilizações que articulam os processos da luta anticapitalista após a Rio+20.

As múltiplas vozes e forças que convergiram em torno da Cúpula dos Povos denunciaram a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico. Da mesma forma, a Cúpula denunciou a dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente os povos oprimidos do mundo, e que deve ser assumida pelos países altamente industrializados, os principais propositores das múltiplas crises que se vive hoje.

Assim, a Cúpula dos Povos foi um momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que proporcionou novas convergências entre movimentos (de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadore/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões) de todo o mundo¹⁵.

Dessa maneira, sem pretender se tornar uma alternativa ideológica para o crescimento, o conceito de Desenvolvimento Sustentável se amplia, visando atender às necessidades de superação da pobreza, da degradação ambiental e do caráter perverso do crescimento econômico. O mesmo, podendo também ser entendido como:

Um processo criativo de transformação do meio, com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades reais de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. Promovê-lo é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas

¹⁵ As informações citadas acerca da Cúpula dos Povos foi retirado do documento "Documentos Finais da Cúpula dos Povos na Rio + 20 por Justiça Social e Ambiental". Disponível em: www.rio20.gov.br.

repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para receber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica (SACHS, 2007, p. 78).

Numa visão sintética da trajetória de aproximadamente cinco décadas de pesquisas e debates, podemos constatar que, embora seja um conceito amplamente utilizado, não existe uma única visão do que seja o desenvolvimento sustentável. Para alguns teóricos, alcançar o desenvolvimento sustentável passaria pela promoção de crescimento econômico convencional de forma contínua, mediante um manejo mais racional dos recursos naturais e a utilização de tecnologias mais limpas e eficientes. Para outros, trata-se, antes, do desafio de construir um projeto social e político mais complexo, destinado a erradicar a pobreza local e a promover a qualidade de vida para o conjunto dos seres humanos, resguardando uma relação simbiótica com os sistemas de suporte da vida na ecosfera (DIAS, 2006; SEIFFERT, 2011).

Considerando que o conceito de desenvolvimento sustentável sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades básicas, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, passa a incorporar o significado de manutenção e conservação *ab aeterno* dos recursos naturais. Isso exige avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, bem como novos conceitos de necessidades humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

Não se discute que o desenvolvimento sustentável, após sua longa caminhada histórica de evolução representa para a humanidade um novo paradigma para lidar com a complexidade, o qual envolve para sua compreensão um conhecimento interdisciplinar e transdisciplinar. Desta forma nota-se que embora possa se discutir o desenvolvimento sustentável por vários vieses, o indiscutível é que de todas as formas, o mesmo deveria se tornar, na realidade, uma “expressão de uma crítica radical a ideologia economicista subjacente à suposta civilização industrial-tecnológica” (VIEIRA, 2009, p. 32).

3.2.2 A reapropriação do conceito de *território* na reflexão sobre alternativas de desenvolvimento

O conceito de território relaciona-se ao domínio de espécies animais e vegetais de uma referida área (ALBAGLI, 2004). E passa a ser utilizado pela Geografia, como um conceito de delimitação de espaço, recursos naturais e relações de poder.

Para Raffestin (1993), o conceito de espaço estaria relacionado ao patrimônio natural existente numa determinada região, enquanto o conceito de território leva em conta a ação dos diferentes atores sociais. Nota-se assim, que a incorporação das ações dos atores sociais está ligada ao território, devido à dominação do espaço (limites físico-geográficos), local e conceito onde são incorporados os “jogos de poder” e onde se delimitam fatores identitários e culturais.

O território compreende, portanto, um determinado recorte de espaço cognitivo (parte de município, um município, bacias hidrográficas, vales, serras) que:

1. possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, históricos, etc.)
2. mantenha ou tenha capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento;
3. promova ou seja passível de uma integração econômica e social, no âmbito local. (LAGES; BRAGA; MORELLI, 2004, p.285)

Assim os territórios não devem ser vistos apenas “como dimensões administrativas e, ainda menos, como realidades puramente físico-geográficas, mas como redes locais de cidadãos” (LAGES; BRAGA; MORELLI, 2004, p. 286).

Deste modo, o território surge como um espaço de relações sociais onde há o sentimento de pertencimento, de ação coletiva e de apropriação, criando-se laços entre os atores locais (BRUNET, 1990). E por se entender como um processo de construção social, é que Pecqueur (1996) coloca que o território é algo mutável e inacabado, porque pode estar sempre em transformação pela dinâmica das relações sociais.

Para Santos (1994), o lugar abarca uma permanente mudança, decorrente da própria lógica da sociedade e das inovações técnicas que estão sempre transformando o espaço geográfico. A compreensão do lugar no movimento das contradições exige entendê-lo pautado nos seus pares dialéticos: o interno e o externo; o novo e o velho; o local e o global. O interno abarca as variáveis que estão presentes no lugar, “aquilo que aparece como local”, e o externo constitui-se o que está fora do lugar e se apresenta como uma escala de ação maior. Contudo, os lugares têm variáveis internas e externas, sendo que o externo ao se inserir no lugar se internaliza. De acordo com o referido autor, a concepção de lugar está intimamente relacionada à própria definição de espaço:

Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (SANTOS, 1994, p.97).

O território, com esta perspectiva, dispõe de identidade e fronteiras construídas socialmente¹⁶. Desta forma, a formação de

¹⁶ A identidade do lugar tem relação com o espírito deste, cujo enraizamento e o sentimento de familiaridade dependem das qualidades físicas e das mudanças que as gerações lhe atribuem (HOLZER, 1997). Relph (1980) menciona que a relação entre o indivíduo e a comunidade com o seu lugar permite e reforça a identidade destes, mesmo com as modificações introduzidas. Para Buttimer (1982), a identidade cultural está intrinsecamente relacionada à identidade com o lugar. As dimensões culturais, emocionais, políticas e biológicas permitem ao indivíduo possuir redes de interações baseadas no lugar. Mesmo diante das transformações no lugar, para o indivíduo e para a comunidade, a sensação de que as características antigas permanecem, reforçam a identidade com o lugar. A identidade de um lugar depende tanto das experiências intersubjetivas como das aparências. Ferreira (2002), com base nas fundamentações de Relph, pontua que a identidade deveria ser considerada a partir de quatro pontos: 1. Seus componentes constituintes; 2. Suas formas e níveis de externidade (*outsideness*) e internidade (*insideness*) da identidade com o lugar; 3. Das ligações das imagens de lugares com sua identidade; 4. Dos modos pelos quais as identidades se desenvolvem, são mantidas e se modificam. A localização física estática, as atividades, os significados e o espírito do lugar compõem a sua identidade. “Quanto mais profundamente se

territórios exprime um processo de construção, identificada com os limites definidos pelas coletividades envolvidas, onde a identidade é uma manifestação relacional, tendo como referência fatores de diferença com outros grupos sociais. E a partir da forma de relação entre os grupos ou comunidades é que se pode compreender o fenômeno identitário. Segundo Santos (1999, p. 65), “o sentimento de pertencimento a um determinado lugar constrói uma introspecção de valores que condiciona o modo de vida dos indivíduos”. No caso dos territórios, a dimensão do espaço geográfico é agregado à identidade social construída (FLORES, 2007). E para Cazella (2002, p. 30) “o território é, ao mesmo tempo, uma criação coletiva e um recurso institucional.”

Assim, no debate atual sobre políticas de desenvolvimento, a noção de território vem sendo incorporada como um aprofundamento do conceito de ecorregião ou de localidade, o qual segundo Flores (2007) comporta diversas dimensões, que seriam: a dimensão física (ou seja, o patrimônio natural associado às transformações provocadas pelos atores sociais); a dimensão econômica (ligada aos custos envolvidos); a dimensão simbólica (relações sociais e culturais entre os atores, relacionados ao espaço); e a dimensão sociopolítica (relações de poder). Esses componentes da dimensão territorial proporcionam a diferenciação entre territórios, dando-lhe suas especificidades, o que implica em trajetórias ou processos particulares de desenvolvimento. Assim a “noção de território é visto como uma construção social, coletiva, com base em relações histórico-culturais, formando uma identidade distinta, e que é especialmente delimitado” (FLORES, 2007, p. 67). Todavia, o pensamento de Santos (2004) não restringe o território apenas ao espaço vivido, como apreendido pela fenomenologia; ao contrário, acrescenta o cotidiano e a relação dialética do global e do local, do novo e do velho.

Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar (SANTOS, 2005, p. 161). No contexto atual, a sociedade depara-se com um conjunto de acontecimentos que ultrapassam as fronteiras do local, pois são eventos globais, mas sua

está dentro de um lugar mais forte a identidade com ele” (FERREIRA, 2002, p.48).

repercussão se materializa no lugar. Aliás, o lugar é o depositário final dos eventos (SANTOS, 2003).

Com estes entendimentos, nota-se uma relação direta entre o território e a identidade como elementos importantes para o desenvolvimento, assim cada identidade territorial configurará condições diferentes para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento.

E com uma abordagem em construção, o Desenvolvimento Territorial Sustentável busca ligar as perspectivas do desenvolvimento territorial e do desenvolvimento sustentável, a partir de uma releitura da abordagem originária do ecodesenvolvimento. Neste sentido, o DTS procura incorporar ao desenvolvimento territorial as preocupações concernentes aos custos ecológicos e sociais implicados nas estratégias de desenvolvimento.

O que se pretende com o DTS,

É a busca de estratégias de transição, na tentativa de reorientar o processo de desenvolvimento de uma lógica capitalista (neoliberal) para uma lógica voltada para o enfoque territorial, vinculada a um referencial teórico e normativo do ecodesenvolvimento. (VIEIRA *et al*, 2005, p. 17).

O Desenvolvimento Territorial Sustentável é uma área de entendimento que integra as dimensões de dinâmicas de desenvolvimento a territorialidade e sustentabilidade ecológica e social, ou seja, é um processo que engloba uma dimensão de endogeneidade de dinâmicas locais. Assim, esta capacidade é dada aos atores locais, os quais podem assumir iniciativas e se tornarem protagonistas dessas dinâmicas em âmbitos de planejamento e gestão participativa e integrada. Segundo Berdegué essa abordagem busca uma alternativa para o “recorrente fracasso das políticas públicas de desenvolvimento rural criadas nas últimas três décadas” (2003, p. 12).

Muniz e Sant’Ana Junior (2009, p. 258) colocam que o conceito de DTS pode tentar

Estabelecer meio ambiente e desenvolvimento como um binômio indissociável, em que questões sociais,

econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais encontram-se sobrepostas. Essa proposta assume um significado político-diplomático na medida em que estabelece os princípios gerais que norteiam um compromisso político em escala mundial com vistas a proporcionar o crescimento econômico sem a destruição dos recursos naturais.

Consideradas dessa forma, Vieira (2013, p. 127) coloca que as novas dinâmicas apresentadas pelo DTS estariam inseridas numa “estratégia de adaptação ‘ofensiva’ à globalização, com a abertura de novos espaços de manobra para uma recomposição social ajustada a um novo projeto de sociedade”.

E Vieira (2013) ainda acrescenta que o enfoque territorial é um elemento chave para o redesignar do local, vinculando-o (i) aos chamados efeitos de proximidade (ZAOUAL, 2005); (ii) aos critérios de endogeneidade e especificidade; (iii) à lógica da reciprocidade na valorização de recursos territoriais; e, finalmente (iv), aos regimes territoriais de governança. A intenção, segundo este mesmo autor, é requalificar o critério-chave de endogeneidade, tornando-o um eixo estruturante das novas estratégias de desenvolvimento local, onde indica “que existem modos de organização da vida social e da produção que são ancorados territorialmente, ou seja, para os quais o contexto sociocultural e histórico (a especificidade dos territórios) é importante” (GUMUCHIAN; PECQUEUR, 2007, p. 17). Assim, a diretriz de territorialização do desenvolvimento passa a evidenciar “a eficácia das relações não exclusivamente mercantis entre homens para valorizar as riquezas de que eles dispõem” (PECQUEUR, 1989, p. 17).

Dessa forma, entende-se que o conceito de DTS é multidimensional, pois reflete a preocupação pela adoção de uma visão territorial do planejamento e da gestão de estratégias de dinamização socioeconômica.

O conceito de DTS releva ainda a importância do processo contínuo de conscientização, o qual seja produtor de um processo de mudança de perspectivas, sobre a forma de

tratamento ao ecossistema. Segundo Gonçalves (2007, p. 25-26) o DTS, deve:

1. Repousar nas iniciativas de atores locais, valorizando os recursos naturais, o patrimônio cultural e arquitetônico e o conhecimento local disponíveis na área, e leva em conta simultaneamente a lógica das necessidades básicas, a prudência ecológica e a governança local;
2. Constitui um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas;
3. Estimula relações de complementaridade, num mesmo território, entre as diferentes atividades produtivas ou não, implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada;
4. Entende e leva em conta as relações complexas entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural, ambiental);
5. Busca alcançar ao máximo possível a autonomia da população local em relação às oscilações dos sistemas estadual, nacional e internacional;
6. Não se reduz a uma simples justaposição de iniciativas locais (mesmo bem sucedidas), exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão realmente descentralizado, capaz de assegurar as integrações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política.

Trata-se, portanto, de “associar nas políticas públicas de desenvolvimento, a noção integradora e espacial de construção de territórios sustentáveis vista como complemento às abordagens setoriais” (SABOURIN, 2002, p. 25). Assim, as políticas públicas devem adotar abordagens que levem em conta o DTS, e não apenas proliferar políticas que relevem o capital financeiro, ou seja, contemplar o viés econômico mas em equidade aos capitais sociais, culturais e identitários.

No Brasil, o desenvolvimento territorial, relativo às áreas rurais, foi marcado por um completo desprendimento da consciência em relação a seus danos socioambientais, vindo na natureza apenas uma fonte inesgotável de recursos, da qual tudo se poderia retirar em prol do sustento do ser humano.

Segundo Vieira (2000, p. 17):

As evidências empíricas acumuladas sobre os impactos ecológicos das ações humanas parecem colocar em xeque as formas usuais de gestão das relações sociedade e natureza. (2000, p. 17).

Nesse sentido, tornam-se extremamente relevantes as pesquisas, estudos e reflexões acerca do Desenvolvimento Territorial Sustentável, pois estas, embora sejam reflexões que interagem de maneira prática ou paliativa, possibilitam uma melhor elaboração do enfoque desenvolvimento, o qual instaure em seu contexto, a problemática socioambiental. E justamente é neste entremeio, que o Desenvolvimento Territorial Sustentável pode ser uma alternativa, uma proposta que ajuda a refletir sobre como poder se desenvolver, porém, sem ignorar fatores socioambientais, características identitárias locais e culturais, e conseqüentemente, respeitando o ecossistema. Pois, como há imposição de determinadas realidades, outras menos privilegiadas, passam a ser desconfiguradas, ou seja, o paradigma economicista hegemônico é ditado como forma maior a todas as sociedades, sendo difícil outro discurso, alternativo, ser perpetuado.

Morin (1990, p. 21) acrescenta que “é preciso previamente tomar consciência da natureza e das conseqüências dos paradigmas que mutilam o conhecimento e desfiguram o real.” Assim, o Desenvolvimento Territorial Sustentável propõe uma

condicionante ao sistema, defendendo uma hipótese de alternativa viável à realidade desfigurante e insustentável na busca do resgate de identidades locais.

4 CULTURA E IDENTIDADE COMO ELEMENTOS BÁSICOS DO ENFOQUE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Cidades e municípios, regiões e nações, por exemplo, são claramente produtos da ação humana. Essas formações socioespaciais constituem realidades de natureza político-jurídica associadas ao controle social e à coercitividade, sendo reguladas por princípios - explícitos ou implícitos - de inclusão / exclusão. Estas formações territoriais dizem respeito a fronteiras, direitos e critérios de pertencimento, ou seja, ao “estar dentro” ou “fora” de espaços e práticas sociais (ARANTES, 2004, *apud* LAGES; BRAGA; MORELLI, 2004).

Nesse contexto, entende-se que o território pode ser o espaço suficiente e necessário para se produzir uma inter-relação dinâmica entre diferentes atores: sociais, privados, públicos e não-governamentais com o objetivo de criar efeitos que levam o local a um desenvolvimento. Assim, o território tende a ser o local com claros sinais de identidade coletiva, onde por expectativa pode haver a convergência de fatores para o desenvolvimento do espaço comum.

A partir da questão territorial, considera-se que o espaço geográfico delimitado, caracterizado por uma definida identidade cultural e por laços de proximidade e de interdependência, pode se tornar um significativo espaço de mercado para os sistemas produtivos locais (rurais). Além disso, apresenta-se como um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e serviços (FLORES, 2004 *apud* LAGES; BRAGA; MORELLI, 2004).

Desta forma, no subitem anterior foi discutida a reapropriação do conceito de território na reflexão sobre alternativas de desenvolvimento. Na sequência, buscamos reforçar o pressuposto segundo o qual a cultura e a identidade constituem dois elementos constitutivos do enfoque de DTS. Além disso, serão discutidos aspectos relativos à relação local-global na busca de dinamização socioeconômica, bem como relativos aos espaços de manobra existentes, tendo em vista a

formação de dinâmicas territoriais de desenvolvimento sustentável.

4.1 GLOBALIZAÇÃO ASSIMÉTRICA E GESTÃO COMPARTILHADA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nas últimas décadas acelera-se e aprofunda-se o processo de globalização, não só em termos econômicos, mas também tecnológicos, culturais, sociais, comunicacionais. Tudo isso acarreta mudanças nas formas de pensar, informar, produzir, consumir, gerir e fazer política, ou seja, afeta o modelo de desenvolvimento e com isso, a globalização, deve ser repensada.

Ainda que o tratamento do fenômeno da globalização permaneça sujeito a controvérsias conceituais e ideológicas dentro e fora da academia¹⁷, podemos extrair desse debate algumas conclusões importantes para as finalidades desta tese. Inicialmente, consideramos que a globalização não se impôs ainda como uma problemática consolidada na comunidade científica (PASSERON, 1991). Em segundo lugar, ainda hoje as referências à globalização não convergem no reconhecimento de que ela corporifica um novo paradigma de desenvolvimento, como se esperava. Assim, a globalização mais do que uma ordem social ou um processo único, é resultado de múltiplos movimentos, em parte contraditórios, com resultados abertos, que implicam diversas conexões “local-global e local-local” (MATO, 1996).

Ainda a respeito da posição em relação às diferentes teorias da globalização, Renato Ortiz chama a atenção para algumas imagens que desempenham o papel de conceitos (ORTIZ, 1997, p. 14): “sociedade amébrica” (Kenich Ohmae), “aldeia global” (Marshall McLuhan) e, “terceira onda” (Alvin Toffler). Octavio Ianni amplia a lista “Disneylândia global”, “tecnocosmo”, “nova babel”, “shopping Center global” (IANNI, 1998, p. 15-16). E George Soros (1997) caracteriza em termos metafóricos a globalização como um processo de “atirar em um

¹⁷ Também se discute se o processo deve ser denominado “globalização” ou “mundialização”, diferença que não apenas distingue quem escreve em inglês ou francês, mas que tem a ver com divergências conceituais (ORTIZ, 1997).

alvo móvel”. Por sua vez, Marc Abéles a considera “o papel de um sintoma em que projetamos nossas decepções das aventuras modernas e nossas esperanças do que poderíamos encontrar na dita globalização” (ABÉLÈS, 1994, p. 38). Existem, portanto, atualmente múltiplas narrativas sobre o que significa globalizar-se. Por implicação, existem várias propostas de entendimento daquilo que seria o fenômeno do desenvolvimento territorial.

No mesmo período de consolidação do processo de globalização, podemos constatar, paradoxalmente, um relativo avanço nas proposições teóricas e nas implementações práticas de políticas focadas no desenvolvimento territorial. Cazella (2002) apresenta duas razões para o surgimento do enfoque local de desenvolvimento no bojo da dinâmica de globalização neoliberal a partir dos anos 1980. Uma delas diz respeito aos esforços realizados pelo Estado para reduzir os efeitos da crise planetária através da valorização das potencialidades locais. A outra razão está relacionada a iniciativas de fortalecimento do associativismo civil.

No contexto da realidade francesa, podem ser identificadas quatro dinâmicas políticas que têm favorecido a construção dos dois enfoques de desenvolvimento, citados acima: “o movimento dos ‘payses’¹⁸, o movimento dos neo-rurais, o sindicalismo agrícola progressista e minoritário e o movimento ecologista” (CAZELLA, 2002, p. 10-11). No entanto, o desenvolvimento local não surge em decorrência de uma suposta dicotomia entre Estado e sociedade civil. Para Cazella (2002), o desenvolvimento local teve seu reconhecimento de forma progressiva, impulsionado a partir da adoção das leis e descentralização que ocorreram em várias partes do mundo, no decorrer dos anos 1980, e particularmente na França. No Brasil, este novo conceito aparece no texto da nova constituição, promulgada em 1988.

Santos (2002) considera que a globalização corporifica a transposição de algo local para diversas partes do mundo. Sua definição parte do princípio de que a globalização não deveria

¹⁸ O sentido de “pays” na França envolve o reconhecimento de uma região, pela população de todo o país, não necessariamente institucionalizada como estrutura governamental, mas que possui uma identidade historicamente construída, diferenciada em seu patrimônio histórico-cultural em relação às demais regiões.

ser vista como um processo consensual, mas um campo de conflitos e a produção da globalização sendo entendida como:

Um conjunto de trocas de sinais pelo qual um determinado produto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais, desenvolvendo uma capacidade de designar como local outro produto, condição, entidade ou identidade (SANTOS, 2002, p. 63).

E o mesmo autor propõe ainda a formulação de políticas de apoio à elaboração de estratégias de desenvolvimento local, buscando a estruturação de uma “globalização contra-hegemônica”. Sua proposta busca superar uma abordagem estritamente produtivista, sintonizada com a competição por mercados, em uma perspectiva de valorização do pluralismo cultural e a experimentação com novos estilos de vida.

Para Flores (2007), o multiculturalismo, baseado em estratégias de desenvolvimento territorial tendo como base a diversidade sociocultural, é apresentado como uma importante ferramenta. E Scheren-Warren (1998) coloca que a interface entre o saber local e a ação global provoca interpretações locais que se diferem de acordo com a própria cultura local, favorecendo o pluralismo cultural. A autora defendendo uma hipótese segundo a qual a formação de redes solidárias entre diferentes culturas fortalece as possibilidades de se construir processos de desenvolvimento sustentável e que preservam as diferenças culturais.

Deste modo, Santos (2002) entende que o processo em curso de desterritorialização da economia e da cultura, estaria ancorado exatamente na reterritorialização, ou seja, na redescoberta do “sentido de lugar” e de comunidade.

O desenvolvimento territorial pode ser assim uma via de enfrentamento dos desafios sociais, econômicos, ecológicos, culturais e políticos, ao mesmo tempo. Nota-se, nesta perspectiva de compreensão do local no cenário global, que a interação entre os dois níveis (global *versus* local) é considerada essencial, mas ao mesmo tempo, no atual modelo de

desenvolvimento, é incompatível com relações de intercâmbio econômico assimétrico entre países (WILSON, 1996).

Dessa forma, o desenvolvimento territorial caracteriza-se por se tratar de um processo endógeno, baseado nas especificidades locais e na solidariedade, num sentido de cooperação e difusão da informação, articulado com o trans-local. Como elementos importantes de sua especificação, destacam-se a importância da valorização das diferentes racionalidades presentes nas sociedades, superando a hegemonia da racionalidade economicista prevalente (FLORES, 2007).

Assim, em síntese, o desenvolvimento territorial, seja em uma perspectiva de enfrentamento do processo homogeneizador da globalização ou como parte desse mesmo processo (na forma de atentar e diminuir seus efeitos perversos para as sociedades locais) está alterando o desenvolvimento das sociedades. Sendo assim, estes enfoques e estratégias (locais) passam a ser importantes formas/ações de desenvolvimento para a presente realidade dos territórios, principalmente para países (sub)desenvolvidos.

4.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE: MOBILIZANDO O POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Por cultura entende-se um conjunto de significados explícitos ou implícitos ligados à ação social, que se tornam (re)conhecidos por determinada gama de atores sociais. Trata-se de um processo global em que não se separam as condições do ambiente daquelas do fazer do homem; em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e do espaço ecológico que tal produto se encontra inserido (MEC, 1981). Em outras palavras, a cultura é “a vida total de um povo, a herança social que o indivíduo adquire de seu grupo. Ou pode ser considerada a parte do ambiente que o próprio homem criou” (KLUCKHOHN, 1963, p.28).

Adam Kuper apresenta três pontos de consenso a respeito da cultura: em primeiro lugar, as culturas não resultam de capacidades e atributos herdados biologicamente, mas são convenções socialmente transmitidas. Em segundo, elas são

dinâmicas e mutáveis. E terceiro, a cultura diz respeito à ideias e valores, seja enquanto sistemas de conhecimento, seja enquanto significados associados a atividades ou a objetos materiais. (KUPER, 1999). E como a aquisição e a perpetuação da cultura é um processo social, resultante da aprendizagem, assim cada sociedade transmite às novas gerações o patrimônio cultural que recebeu de seus antepassados.

E cabe salientar, que devido à cultura ser uma convenção social, esta também possibilita a um território ser portador de múltiplas culturas que, por vezes, podem estar associadas a poderes diferenciados e a conflitos e interesses políticos.

Desta forma, o patrimônio cultural é considerado, segundo Art. 216, da Seção II, da Constituição de 1988, como:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer, viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Assim, o patrimônio cultural recebe influência direta do processo cultural, o qual dinamicamente recebe contribuições e adapta-se às características do contexto territorial em que está inserido. Com isso, os objetos, as práticas e os lugares apropriados na construção de identidades coletivas sempre estão associados a um território, seja na forma de delimitação geopolítica, seja na de fronteiras simbólicas (CABRAL, 2004). Além disso, como reconhece Arantes (2004), a agregação de valor cultural a bens e serviços é uma estratégia que vem sendo amplamente utilizada em programas de desenvolvimento social e em empreendimentos dos mais diversos setores da economia.

4.2.1 Sobre a noção de *valor cultural agregado*

Por sua vez, o conceito de valor cultural agregado designa os diferenciais expressivos ou de informação característicos de determinado grupo social, de sua cultura ou território, que são utilizados com o objetivo de aumentar a competitividade dos bens e serviços a eles associados (ARANTES, 2004).

Nas últimas décadas o mundo viu a globalização reverter processos nas mais diferentes esferas do sistema social. Apesar das divergências de interpretação sobre as causas e consequências dessas mudanças, reconhece-se que a produção cultural neste processo foi diretamente afetada pela desterritorialização e reconstrução de fronteiras sociais. E os territórios que divergem das estratégias dominantes de desenvolvimento predatório são deixados à margem da “alta modernidade”.

A cultura, de acordo com Sahlins (1979), está presente tanto na determinação do valor de uso como do valor de troca das mercadorias. Ou seja, a produção de bens e serviços para o mercado, está diretamente ligada ao valor de uso, e podem variar de cultura para cultura. Assim, a produção destes bens e serviços está subordinada a uma lógica cultural, e sem a produção de valor (culturalmente constituído) não há produção de mercadorias. Pois são os mercados (culturas) que ditam o consumo, os níveis deste consumo e a agregação de valor econômico a estes bens e serviços.

Nesse contexto, emerge e ganha sentido a ideia de “valor cultural agregado”, que se apóia no reconhecimento dos signos e das significações que associam – nos termos dos códigos culturais vigentes – objetos, estilos e atividades a determinadas categorias sociais e estilos de vida. É preciso lembrar que, em consequência de não haver valores culturais universais, há, forçosamente, um componente de relatividade na agregação de valor cultural (ARANTES, 2004).

Nessa dinâmica, sobretudo em situações de crise e de rápidas mudanças sociais como é próprio do mundo contemporâneo, o que mais importa não são as coisas em si mesmas, mas os conhecimentos e os valores que elas consubstanciam como legado inserido na estrutura social de um grupo humano e enraizado em suas práticas costumeiras. E é com essas informações que se deve trabalhar para tornar ativo

um território e se possa configurar um desenvolvimento que aconteça respeitando a cultura e o ecossistema, ou seja, de maneira sustentável.

E para esta implantação, Arantes (2004, p. 115) sugere dois passos lógicos:

Primeiro, a identificação de áreas geográficas que sejam ou possam vir a ser diferenciadas em função das singularidades culturais de seus habitantes e das atividades por eles desenvolvidas; segundo, a seleção de bens ou serviços que sejam competitivos no mercado e cuja comercialização possa beneficiar-se desse vínculo.

Em síntese, considera-se que toda ação que objetive agregar valor cultural a produtos e serviços explora o potencial de mercado das referências culturais de determinado grupo social. Para isso, Arantes (2004) sugere alguns passos como forma de reflexão à construção do valor cultural agregado, e que podem ser assim formuladas:

Quanto aos produtos e serviços:

- a) singularidade: os diferenciais agregados devem estar efetivamente enraizados nas culturas locais, e ser reconhecidos como diferenças significativas tanto pelos produtores quanto externamente, combatendo-se a produção de contrafações e a indução de identidades de vitrine.
- b) rastreabilidade: a salvaguarda dos vínculos entre produtos, serviços, produtores e territórios torna possível o contato do consumidor destes com a ambiência social e cultural dos produtos e serviços na origem, o que é essencial para construir a credibilidade do valor cultural agregado.
- c) qualidade: o desenvolvimento das condições materiais e técnicas de produção, bem como a requalificação dos produtos e serviços que foram gerados para consumo externo, devendo respeitar as disposições culturais dos produtores e sua organização social.

Quanto às culturas e populações locais:

- a) reprodutibilidade: i) a recuperação, identificação e a documentação de formas de expressão, modos de fazer e dos lugares, se realizadas com a participação da comunidade produtora, podem contribuir para que as ações planejadas atendam às suas expectativas e necessidades e sejam, conseqüentemente, incorporadas às suas atividades; ii) a continuidade das atividades selecionadas para compor os Arranjos Produtivos Locais¹⁹ depende da ampliação e da melhoria das suas condições materiais de produção, particularmente da disponibilidade de matérias-primas e dos espaços de trabalho; iii) para a reprodução continuada desses saberes e modos de expressão, é preciso estimular a sua transmissão e valorização nas próprias comunidades locais, sobretudo para as gerações futuras.
- b) Inclusão social do produtor: i) sem a salvaguarda da condição dos produtores enquanto protagonistas dos empreendimentos – em termos gerenciais (na execução) e políticos (na tomada de decisões) – se torna problemática a motivação de adesão a proposta; ii) o acesso efetivo dos atores locais aos principais direitos de cidadania, se torna condição primordial para a consolidação da proposta de desenvolvimento; iii) o reconhecimento do direito de autoria e de propriedade intelectual dos guardiões e praticantes das formas de

¹⁹ O conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) designa aqui um aglomerado significativo de empreendimentos em determinado território e indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilham formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes. (Oficina Regional de Orientação à Instalação de APLs – GTP, APL, MDIC, 2006). Conforme Cassiolato, Lastres & Szafiro (2000), as principais peculiaridades de um APL, são: (i) a dimensão territorial (os atores do APL estão localizados em certa área onde ocorre interação); (ii) a diversidade das atividades e dos atores (empresários, sindicatos, governo, instituições de ensino, instituições de pesquisa e desenvolvimento, ONGs, instituições financeiras e de apoio); (iii) o conhecimento tácito (conhecimento adquirido e repassado através da interação, conhecimento não codificado); (iv) as inovações e aprendizados interativos (inovações e aprendizados que surgem a partir da interação dos atores) e (v) a governança (liderança do APL, geralmente exercida por empresário ou pelo seu conjunto representativo – sindicatos, associações).

expressão e dos conhecimentos incorporados aos arranjos produtivos é condição de sua legitimidade.

E, por fim, quanto aos programas:

- a) participação: os projetos de desenvolvimento têm importante interface com a formação e reconfiguração de identidades sociais, por essa razão, o modo como as inovações serão introduzidas é tão importante quanto à qualidade dos produtos e serviços que dela resultem. Para transformar a turbulência da competição em oportunidade para o desenvolvimento de formas endógenas e democráticas, transparentes e participativas de gestão é necessário enfrentar com isenção os conflitos de interesse e as tensões existentes nos territórios.
- b) sinergia: a articulação dos arranjos produtivos de desenvolvimento com outros empreendimentos e programas sociais em curso no território pode ser uma alternativa de potencializar as oportunidades e benefícios para o desenvolvimento territorial sustentável.
- c) Responsabilidade social: a valorização dos produtos e serviços, assim como a melhoria das condições de vida e de trabalho, no interior de um território pode gerar concentração de riqueza e exclusão, os quais devem ser combatidos tanto por uma questão de justiça social, quanto para a própria garantia dos atrativos e recursos em torno dos quais as novas formas de desenvolvimento embrionários forem estruturados.

Desta forma, estas são algumas das condições de viabilidade que a reflexão a respeito do valor cultural agregado pode sugerir como apoio ao desenvolvimento territorial sustentável, o qual tenha por base a construção de sentidos de singularidade cultural e de lugar a novos mercados, contribuindo para um desenvolvimento endógeno e sustentável dos territórios, e relevando sua forma de gestão aos atores locais.

4.3 COOPERAÇÃO E CONFLITO EM SISTEMAS DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os conceitos que envolvem as representações sociais (atores sociais) e o Estado com seus conflitos e cooperações no

território variam de acordo com a perspectiva de análise. Pois a estrutura social refere-se a um conjunto ordenado de instituições que a compõem, e que por sua vez, são dotadas de conjuntos de regras e procedimentos padronizados, reconhecidos e sancionados pela sociedade e que têm grande valor social. Sendo modos de pensar, de sentir e de agir que os atores sociais encontram pré-estabelecidos. Neste sentido, as instituições formam um conjunto de regras, tanto formais como informais, que estruturam a multiplicidade das inter-relações entre os atores sociais. (OLIVEIRA, 1995; NORTH, 1990).

Desta forma, é necessário compreender os dois formatos de instituições, ou seja: as informais, as quais envolvem costumes e representações coletivas, que estruturam normativamente o pensamento coletivo e a ação social; e as formais, que atuam de maneira complementar, instruindo e corrigindo a insuficiência das instituições informais (ABDELMALKI *et al*, 1996 *apud* CAZELLA, 2002).

Para Flores (2007) o conjunto institucional formado pelas institucionalidades formais e informais confere uma determinada densidade institucional ao território, o que explicaria o seu processo de construção e as suas características. Desse conjunto de regras podem ser deduzidas duas propriedades do território. A primeira refere-se a uma realidade em evolução (território mutável e inacabado), e a segunda, que o território se configura como o resultado simultâneo do “jogo dos poderes” e dos “compromissos estáveis”, proporcionados pela construção da institucionalidade. Desta forma, entende-se que a análise de estratégias de desenvolvimento territorial baseia-se no entendimento de que se trata de um processo de construção social, cujas negociações acabam por definir a estrutura institucional que regula a ação dos atores locais. E o conjunto de regras assumido num determinado território condiciona o processo de desenvolvimento, configurando o contexto onde agem os atores que, ao mesmo tempo transformam o arcabouço institucional.

E no sentido de criar mecanismos de governança²⁰ voltados à preservação e valorização de um território, Fonte (2006) considera importante a existência de alguns fatores como:

²⁰ Segundo Gonçalves (2013) a expressão “*governance*” surge a partir de reflexões conduzidas principalmente pelo Banco Mundial, “tendo em vista

- (a) capacidade de mobilização dos atores locais e a presença de movimentos sociais;
- (b) capacidade organizativa, com o envolvimento de outros atores em torno do projeto e a formação de uma eficiente e eficaz gestão voltada aos objetivos propostos;
- (c) capacidade de promover a codificação e a reflexão sobre as tradições, de forma a que seja projetada para o exterior, formando uma rede de atores e organizações internas e externas e;
- (d) capacidade de promoção e intermediação entre histórias e culturas diferentes (atores do local e exteriores ao território), permitindo assim a comunicação entre territórios e sociedades.

Desta perspectiva, Pecqueur (2000) argumenta que a governança do processo de desenvolvimento territorial articula os comportamentos dos indivíduos e o ambiente institucional para administrar os custos produzidos pelas características específicas dos recursos presentes no território. Em outras palavras, a governança territorial caracteriza-se como um processo dinâmico que visa à formulação e resolução de problemas produtivos, amparada pela existência de um

aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente” (DINIZ, 1995, p. 400). Ainda segundo Diniz, “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (Ibid., p. 400). A capacidade governativa não seria avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais, e sim também pela forma pela qual o governo exerce o seu poder. Segundo o Banco Mundial, em seu documento *Governance and Development*, de 1992, a definição geral de governança é “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”. Precisando melhor, “é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”. Duas questões merecem aqui destaque: a) A ideia de que uma “boa” governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos (SANTOS, 1997, p. 340-341); b) A questão dos procedimentos e práticas governamentais na consecução de suas metas adquire relevância, incluindo aspectos como o formato institucional do processo decisório, a articulação público-privado na formulação de políticas ou ainda a abertura maior ou menor para a participação dos setores interessados ou de distintas esferas de poder (BANCO MUNDIAL, 1992 *apud* DINIZ, 1995, p. 400)

compromisso institucional que envolve em parte os atores econômicos, e em parte os atores públicos. Ou seja, a governança territorial é amparada na participação de diferentes atores numa inter-relação entre diferentes níveis de institucionalidade, onde o contexto local interage com o contexto regional, nacional ou internacional.

Desse modo, as regras e normas locais, formais e informais, devem ser necessariamente ajustadas àquelas vigentes nas diferentes escalas territoriais. E o estabelecimento das *conexões institucionais trans-escalares*²¹ afeta diretamente as formas de apropriação e uso de recursos naturais, norteando, além disso, as opções de desenvolvimento (BERKES, 2002). Neste sentido, a compreensão de processos de gestão com este formato pressupõe a mediação de conflitos e de mecanismos de cooperação entre os atores locais, levando-se em conta o pluralismo de representações e interesses em jogo.

Sendo assim, o desenvolvimento territorial e o processo de territorialização de suas políticas remetem a dois contextos: “ao tratamento das dimensões administrativas (desconcentração) e políticas (descentralização)” (PERRAUD, 2005, p. 290).

No entanto, como aponta Echeverri (2007), para esta efetivação ainda deve haver recortes horizontais (articulação de políticas setoriais incidentes sobre uma mesma região) e verticais (articulação de esferas diferenciadas de poder – nacional, regional, estadual, departamental, territorial, local, etc. – tendo por base uma determinada política). Neste sentido, Delgado, Bonnal e Leite (2007) colocam que as políticas territoriais, as quais buscam uma determinada união entre representações sociais e Estado, no entendimento de conflitos e cooperações, podem ser estruturadas com o propósito de ajudar a oferecer soluções frente às políticas setoriais (e diante dos novos ou antigos desafios da sociedade) principalmente em relação à economia nacional, diante de temas como a pobreza, a desigualdade regional, ou ainda, a emergência do desenvolvimento sustentável e a sua compatibilidade com o desenvolvimento econômico e social.

²¹ Este conceito é empregado aqui para designar instituições conectadas tanto horizontalmente (através do espaço), como verticalmente (através de níveis de organização) em termos de gestão. Integra o modelo de análise de modos de apropriação e gestão de recursos comuns (BERKES, 2005).

A respeito, Flores (2007) acrescenta que, no âmbito dos territórios, estão presentes diferentes representações sociais que interagem entre si e com atores externos à localidade. A partir desse processo de negociação, conflito e cooperação entre as diferentes representações e os diferentes atores, podem surgir diferentes estratégias de desenvolvimento e arranjos institucionais que regulamentam a vida social local. A interação entre os atores sociais produz o saber e a cultura local, que pode lhes conferir um caráter identitário relacionado a um dado espaço geográfico. No entanto, neste âmbito deve ser ressaltado que as questões políticas dizem respeito a relações de poder, e não de questões meramente técnico-administrativas. Isto implica a necessidade de se levar em conta o empoderamento dos diferentes atores e instituições envolvidos na construção de uma dinâmica “territorializada” de ecodesenvolvimento.

Assim, para o enfoque do ecodesenvolvimento, a utilização dos recursos naturais dentro de um território também é um processo que deve ser construído socialmente, formando-se uma relação simbiótica entre sociedade e natureza. Esta relação poderia ser alcançada por meio da mobilização de governos e comunidades no *co-manejo de recursos comuns*²² (BERKES, 2002).

Em síntese, a viabilidade das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável depende fundamentalmente de um esforço de gestão dos conflitos que passam pela formação de alianças sinérgicas de atores sociais imbuídos de uma representação qualitativamente diferente do potencial de desenvolvimento existente.

Dessa forma, segundo Delgado, Bonnal e Leite (2007, p.4), a análise dos processos territoriais deveria cada vez mais tratar

²² O termo refere-se ao manejo comunitário de recursos naturais, envolvendo os usuários diretos dos mesmos. Estas iniciativas têm sido caracterizadas pelo importante papel desempenhado por mediadores (Igrejas, ONGs e financiadores), pela diversidade de arranjos institucionais envolvidos (CUNHA, 2002) e pelas diferentes estratégias de usos em função das características dos recursos manejados (OLIVEIRA, 2002). Os programas de manejo comunitário que vêm sendo implementados nas últimas décadas partem da premissa de que as comunidades locais envolvidas apresentam maior interesse na sustentabilidade de seus recursos do que o governo ou instituições distantes destas comunidades. Além disto, possuem maior conhecimento dos processos ecológicos e das práticas tradicionais de manejo de recursos naturais (BENATTI; McGRATH; OLIVEIRA, 2003).

de considerar a existência de “redes de articulação” de atores, instituições e programas nos processos de formulação de políticas públicas de desenvolvimento. Tratando-se, assim, de caracterizar suas formas de construção e identificação de seus participantes, além das estratégias de ação coletiva e suas condições de reprodução. Como as forças endógenas não são, em muitos casos, suficientes para conduzir e garantir um processo de desenvolvimento territorial com características ecológicas e socialmente sustentáveis torna-se essencial evitar que essas redes de articulação entre atores, instituições e programas não fiquem restritas apenas ao local, mas sim dialoguem com os de “fora do local”.

Com vistas a isso, o próximo subitem é destinado para uma maior compreensão da formatação destas redes e como estas se tornam um processo de base para ações de desenvolvimento territorial, principalmente com características sustentáveis.

4.4 DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO EM REDE DE DINÂMICAS DE DTS

O desenvolvimento territorial, como visto nos tópicos anteriores, é um processo de aproveitamento das vantagens comparativas que os habitantes de um dado território possuem, para melhorar a qualidade de vida dinamizando o crescimento econômico, fortalecendo o capital social²³, promovendo uma boa governança e preservando as condições de renovação da base de recursos naturais de uso comum (PAULA, 2008). Sendo assim, há uma convergência de fatores, tais como econômicos, sociais, políticos, institucionais e ambientais, que se cruzam e se interpenetram, onde não se pode proceder a leitura isolada de cada um deles sem considerar as suas inter-relações e os efeitos gerados pela dinâmica *sui generis* do sistema assim formado (KRONEMBERGER, 2011).

Trata-se, portanto, de um processo endógeno de mudança, no sentido de ser co-gerido pelos atores locais, onde são aproveitados criativamente as potencialidades locais com base

²³ Capital Social é a “capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (ARAÚJO, 2009, p. 10).

numa visão alternativa de eficiência econômica (BUARQUE, 2002, p. 25). Sendo assim, de acordo com Dowbor (2008, p. 161) deveríamos substituir o “paradigma da competição” pelo “paradigma da cooperação”. Pois de fato, quando projetos são desenvolvidos por meio da articulação entre governo, empresas, ONG’s e cidadãos engajados, visando a ações conjuntas, formam-se novas redes de desenvolvimento comunitário. Estas últimas têm como característica básica a promoção da cooperação voltada à experimentação com um novo modelo de regulação econômica e a construção da cidadania ampliada (SCHLITHLER, 2004).

Com efeito, “rede” é a palavra-chave na arquitetura de novas estratégias de desenvolvimento (visão alternativa de eficiência econômica). Segundo afirmam Pagnoncelli e Aumond (2004), as redes formam uma “estrutura invisível”, de grande importância, porque as ações coletivas, por sua vez, promovem a formação de novas redes. Além de mecanismos de coordenação e articulação, elas constituem cenários de construção de coesão territorial. Elas detêm a capacidade de gerar sinergias eficazes, inclusão social, compromisso, diálogo e definição de ações para investimento público e privado (SOLARTE LINDO, 2006).

Por sua vez, Capra (1997) admite que todo sistema pode ser entendido como uma rede capaz de se auto-organizar e de se autorregular em contextos marcados pelo surgimento de “pontos de instabilidade”. E a respeito Holling (1996) lembra também que as instituições devem ser resilientes e adaptativas. Assim, o que diferencia a rede social de desenvolvimento comunitário é a construção de um projeto coletivo, pautado pela inter-dependência e por ações implantadas conjuntamente (KRONENBERGER, 2011).

E quando se fala da participação dos atores sociais, como elemento-chave para o desenvolvimento territorial, segundo Kronemberger (2011, p. 54) não se trata de uma participação do “tipo maquiagem”, isto é fictícia, ilusória, simplesmente para favorecer o consentimento espontâneo das comunidades, com base em estratégias de planejamento definidas por agentes externos (manipulação), os quais buscam diagnósticos e ações para solucionar problemas. Esse tipo de abordagem é denominado por Alves e Silveira (1998, p. 3) como “abordagem tutorial”, na qual “a comunidade é vista como um sistema social homogêneo, ou seja, as estratégias de intervenção são lineares”,

onde neste caso não há participação efetiva da sociedade. Mas ao contrário, espera-se que em processos de desenvolvimento territorial concebidos de forma a mobilizar o potencial contido no enfoque de redes, a participação esperada é a interativa e a de autodesenvolvimento, onde neste estágio os atores sociais se tornam agentes condutores de seu próprio processo do ato de se desenvolver. Assim, o envolvimento ativo da comunidade estimula a aprendizagem social, ampliando a sua capacidade de buscar soluções para os conflitos e de se adaptar e responder aos desafios, assegurando o comprometimento com o futuro e o desenvolvimento local (BUARQUE, 2002).

Para a construção de uma governança democrática do território, Kronemberger (2011) orienta que o Desenvolvimento Territorial Sustentável deve ser um processo sistemático e compartilhado, um projeto construído com os atores sociais, e não para eles. Esta construção coletiva deve ser um projeto em curso do Estado, e não de governos. O papel do Estado também pode contribuir para o DTS pela formação de parcerias, pela capacitação e facilitação das ações, criando condições básicas para a sua construção. Tomando um papel de facilitador, fomentador, estimulador, catalisador, assumindo um papel mais de parceiro do que de gestor, mais de indutor do que de realizador. Um novo papel, que implicaria redimensionamento de recursos, de deveres, de responsabilidades e de poderes, com um novo pacto de desenvolvimento territorial integrando uma ordem federativa e assumida pelas políticas municipais, estaduais e federais (KRONEMBERGER, 2011). Nesse sentido, Busatto e Feijó (2006, p. 155) colocam o Estado como “um Estado-Rede, em que governo e cidadania articulam-se e cooperam em favor do bem comum”.

Assim, para que essa integração das ações locais dos diferentes órgãos gestores seja viabilizada, é importante criar “nichos” territoriais de atuação das políticas. Isso implicaria uma proposta plural de desenvolvimento territorial de governo, onde o território (brasileiro) seria visto com suas especificidades ecossistêmicas particulares, e não visto como um território homogêneo, como por décadas as políticas agrárias foram criadas e implementadas.

Para Franco (2003) a sociedade civil exerce um papel estratégico no processo de desenvolvimento, porque o capital social é gerado, sobretudo por ela (ou nela), quando os seus

processos caracterizam-se por apresentarem uma lógica de funcionamento cooperativista. E ainda,

Articulam e animam redes sociais e democratizam procedimentos e processos decisórios, que se organizam segundo um padrão de rede e adotam modos de regulação democráticos. (FRANCO, 2003, p.95).

Para Busatto e Feijó (2006, p. 179) o Estado pensando o DTS pode contribuir para uma

Rede intersetorial e multidisciplinar que se organiza territorialmente para promover espaços de convivência capazes de potencializar a cultura da solidariedade e cooperação entre governo e sociedade local. Seu objetivo sendo estimular parcerias baseadas nos princípios da participação, autonomia, transversalidade e na corresponsabilidade em favor da inclusão social, aprofundando o comprometimento das estruturas do governo com as comunidades locais em ambientes de diálogo e pluralidade, e estabelecendo relações com a sociedade cada vez mais horizontais.

Concluindo este subitem, cabe enfatizar a colocação de Dowbor (2008, p. 192), a qual acredita-se ser pertinente e resume a temática da importância das redes para o desenvolvimento territorial.

Esta visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país com as redes de desenvolvimento territorial já existentes. Tirar-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu

destino em suas mãos, enquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços.

5 SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE DINÂMICAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A forma de se pensar e definir nortes e parâmetros para a sustentabilidade do desenvolvimento territorial depende da visão teórica adotada. Neste sentido, neste trabalho pressupomos que esta concepção, partindo de uma releitura da abordagem “clássica” do ecodesenvolvimento, encontra-se ainda em construção.

Assim, este novo paradigma do desenvolvimento, ou segundo Sachs (1986) este “outro desenvolvimento” incorpora ao desenvolvimento territorial as preocupações concernentes aos custos ecológicos e sociais envolvidos num horizonte de longo prazo. Refletindo, portanto, uma percepção holística ou integrada das dimensões espacial, cultural, social, econômica e ecossistêmica. Além disso, de uma maior prudência ecológica e harmônica nas relações sociedade-ambiente, buscando assim um maior grau de interferência nos processos de dinamização socioeconômica.

E com ações integradas da sociedade civil organizada e do Estado implicariam desta forma, novas estratégias de enfrentamento ao atual modelo de desenvolvimento, tentando reorientar o processo de desenvolvimento da lógica capitalista neoliberal, para uma lógica com enfoque no ecodesenvolvimento.

E a partir desta perspectiva a eficiência econômica passaria a ser medida através de critérios e indicadores macrossociais, que extrapolam a dimensão da rentabilidade microsocial. Em outras palavras, trata-se de:

Romper com a lógica mercantil predominante, para a implantação de conjuntos locais coerentes de medidas capazes, nos níveis da demanda social e de oferta de bens e serviços, de orientar e articular iniciativas que emergem, principalmente localmente, e que sustentariam um padrão socialmente

aceitável de endogeneidade da dinâmica modernizadora. (VIEIRA, *et al*, 2005, p. 89).

As aplicações do ecodesenvolvimento para esta pesquisa surgem então, como uma resposta à necessidade de colocar em sincronia os processos ecológicos e os processos socioeconômicos, gerindo-se a produtividade dos sistemas ecológicos, com o propósito de satisfazer as necessidades básicas da população a curto, médio e longo prazo (HURTUBIA, 1976).

Assim em síntese, a aplicação da noção de Desenvolvimento Territorial Sustentável adotada para esta pesquisa repousa nas iniciativas (endógenas) de atores locais voltadas a novas opções de valorização dos recursos e ativos existentes²⁴ – incluindo-se nisto o patrimônio cultural e arquitetônico e o conhecimento local disponíveis na área. Exige ainda que se leve em conta, simultaneamente, a lógica das necessidades básicas, a autonomia local, a prudência ecológica e a construção de sistemas de governança local. Trata-se assim de um componente estratégico de políticas de recuperação de

²⁴ O termo refere-se à base de recursos presente no território analisado, sejam eles de base material ou imaterial. É uma das questões centrais que tem referência com o tema da identidade territorial e sua relação com o desenvolvimento é a questão dos recursos e ativos territoriais. Para Pecqueur (2005), o desafio das estratégias de desenvolvimento está em se apropriar dos recursos específicos e buscar o que possa se constituir no potencial identificável de um território. Para tal, deve ocorrer um processo de especificação ou ativação de recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos. O autor faz uma diferenciação entre ativos e recursos genéricos, de ativos e recursos específicos. Os ativos e recursos genéricos são totalmente transferíveis e seu valor é um valor de troca, estipulado no mercado via o sistema de preços. Já os ativos e recursos específicos, por sua vez, possibilitam um uso particular e seu valor constitui-se em função das condições de seu uso. Além disso, eles apresentam um custo de transferência que pode ser alto e irrecoverável. Assim, os ativos territoriais possibilitam a construção de uma argumentação que destaca a importância dos produtos com identidade territorial, para o desenvolvimento. Complementando a argumentação sobre o tema, Denardin e Sulzbach (2010) destacam que o processo de especificação de ativos é o que propicia a diferenciação de um território dos demais e se contrapõe ao regime de concorrência baseada na produção *standard* ou produtos do tipo *commodities*. Assim entendido, segundo os autores, o processo de especificação consiste na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam no processo de resolução de seus problemas comuns (DALLABRIDA, 2012).

áreas econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas, além de estimular a busca de relações de complementaridade, num mesmo território, entre as diferentes atividades produtivas ou não, implementadas de forma conjunta por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada.

Neste sentido, torna-se indispensável levar em conta a complexidade envolvida nas relações entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural, ambiental). Desta forma, busca alcançar ao máximo possível a autonomia da população local em relação às oscilações dos sistemas estadual, nacional e internacional, não se reduzindo a uma simples justaposição de iniciativas locais (mesmo bem sucedidas), exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão realmente descentralizado, capaz de assegurar as integrações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política (GONÇALVES, 2007).

O conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável releva ainda para esta pesquisa, a importância do processo contínuo de conscientização, o qual seja produtor de um processo de mudança de perspectivas, sobre a forma de tratamento ao desenvolvimento.

Percebe-se desta forma, que todas estas teorias, noções e princípios formam um conjunto de normas e formas de gestão que orientam para o desenvolvimento territorial sustentável. E os parâmetros a serem construídos para definir a sustentabilidade do desenvolvimento, têm assim um enraizamento neste campo de conhecimento complexo, os quais permitem a análise da trajetória e a prospectiva de cenários futuros, sob a perspectiva do novo paradigma, e os quais serão melhores explicitados nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SANTA BÁRBARA

No capítulo anterior foram apresentados os fundamentos conceituais e teóricos do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Neste segundo capítulo, a atenção estará voltada para a descrição e análise da trajetória de desenvolvimento da região de Santa Bárbara (microrregião dentro do município de Palmeira – PR), desde a época da chegada dos primeiros imigrantes poloneses até o presente. A primeira parte oferece um resgate da fase inicial da ocupação do território, especificando a dinâmica dos sistemas produtivos e os elementos básicos da organização sociocultural. Na sequência, o texto concentra-se no diagnóstico do cenário contemporâneo, mobilizando indicadores socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos.

Como já foi ressaltado, a análise de trajetórias de desenvolvimento territorial vem se consolidando, ao longo das últimas décadas, como um instrumento indispensável de planejamento e gestão de corte antecipativo-preventivo. Em linhas gerais, sua aplicação consistente favorece a elaboração de uma imagem mais nítida do potencial de recursos naturais e dos regimes sociotécnicos utilizados no decorrer dos vários ciclos socioeconômicos que caracterizam as regiões analisadas. Dessa forma, passamos a dispor de pistas mais confiáveis para o diagnóstico e para a construção de cenários alternativos de desenvolvimento ecologicamente prudente, sensíveis às especificidades de cada contexto – ou “eco-região” (GONÇALVES, 2007). Em outras palavras, e em sintonia com a concepção defendida por Sabourin (2002, p. 326), esta modalidade de análise permite-nos, sobretudo compreender melhor,

A evolução e a reorganização dos recursos produtivos-naturais, humanos, capital e informação – no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais em um território delimitado, com o objetivo de manter,

reproduzir ou melhorar suas condições de vida.

1 CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA DE IMIGRAÇÃO, OCUPAÇÃO E DINAMIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO

A presença de imigrantes poloneses no Paraná e, mais especificamente, na microrregião de Santa Bárbara em Palmeira (ver localização na figura abaixo), pode ser melhor compreendida à luz de uma reconstituição sintética da situação econômica, política e social de grande parte dos países europeus do século XIX.

Figura 1 - Localização de Palmeira no mapa do Brasil



Fonte: Larocca, Larocca Jr e Lima (2008)

Segundo Marochi (2006), no transcorrer do século XIX boa parte do continente europeu passou por um processo de transformação no âmbito do qual vários fatores, agindo isoladamente ou articulados entre si, dependendo do local ou do país, condicionaram a formação de uma “Europa expulsora”. Neste sentido, vale à pena ressaltar, dentre outros, o forte crescimento demográfico, a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, a concorrência desleal dos produtos agrícolas no mercado interno, o endividamento dos pequenos

proprietários rurais, o aumento exagerado dos impostos, as perseguições políticas em alguns países e, finalmente, o avanço tecnológico nos setores agrícola, agroindustrial e industrial, gerando índices crescentes de desemprego. Em consequência, no período que se estende de 1830 a 1930, mais de cinquenta milhões de pessoas decidiram partir para a América, como ilustra a pintura “Os imigrantes” de Antonio Rocco a seguir:

Figura 2 - Os imigrantes (óleo de Antonio Rocco, Pinacoteca do Estado de São Paulo)



Os Imigrantes, óleo de Antonio Rocco, Pinacoteca do Estado de São Paulo

Fonte: Marochi (2006, p. 43)

As dificuldades enfrentadas pela grande maioria da população europeia durante essa época contribuíram bastante para a difusão de estereótipos sobre as supostas “maravilhas” do continente americano. Se na Europa faltavam terras e a mão-de-obra era barata, na América exatamente o contrário poderia ser encontrado. As companhias de imigração, como também muitos agentes clandestinos, divulgavam amplamente a disponibilidade de grandes extensões de terras férteis, somada a uma demanda crescente por trabalhadores especializados. Para tanto, mobilizavam material jornalístico, cartazes e panfletos em localidades selecionadas em função do nível de degradação das condições de vida das comunidades.

No imaginário desses imigrantes, geralmente, pobres e assalariados agrícolas, foi criada uma imagem artificial de futuros proprietários de grandes latifúndios e de empresários economicamente bem sucedidos. Configurou-se assim, na segunda metade do século XIX e mesmo durante o século XX, um intenso fluxo migratório de diversos povos europeus para o território brasileiro – sobretudo para São Paulo e para os estados da região Sul do País. A microrregião de Santa Bárbara foi profundamente marcada por essa dinâmica, acrescida dos trágicos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial.

1.1 A CHEGADA DOS IMIGRANTES E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

Segundo as evidências disponíveis na literatura consultada, existem atualmente no Brasil aproximadamente dois milhões de descendentes de poloneses e mais de meio milhão de descendentes ucranianos. No Paraná, brasileiros com ascendência eslava constituem mais de 20% da população, que correspondem à terceira ou quarta geração dos imigrantes que chegaram ao estado até 1910.²⁵

Os eslavos, devido à política de imigração europeia apoiada pelo governo imperial brasileiro, foram dirigidos majoritariamente para o Paraná, não obstante a marcante presença de poloneses no Rio Grande do Sul e de ucranianos em Santa Catarina.

Em sua maioria radicada em uma só região, a emigração dirigida ao Brasil veio de um conturbado quase-país chamado Galícia²⁶, hoje dividido entre as províncias ocidentais da Ucrânia, os *oblasts* e as *voivodias*, províncias orientais da Polônia.

²⁵ Os números foram calculados a partir da lista de colônias que consta em BALHANA; PINHEIRO; BRASIL & WESTPHALEN *apud* LAROCCA; LAROCCA JR & LIMA (2008).

²⁶ Principado autônomo dentro da *Rus Kyivana* – o nome Ucrânia só surgiu muito mais tarde, para evitar confusão com a *Rus* de Moscou – A Galícia tornou-se refúgio da cultura ucraniana quando ocorreu a invasão mongol, no século XI. Ao fim do domínio tártaro, no século XIV, tornou-se território polono-lituano, situação que durou até 1772, quando foi anexada ao Império Austro-Húngaro, chamado também pelo nome latino de Rutênia. Com o fim da I Guerra Mundial e extinto o Império, a Galícia foi incorporada à Polónia independente até 1939, quando sua parte oriental voltou a pertencer à Ucrânia.

Figura 3 - Mapa da Europa com demarcação da Galícia, parte na Polônia, parte na Ucrânia.



Fonte: Larocca Jr.; Larocca e Lima (2008, p. 21)

Mas não só galicianos emigraram para o Paraná. Segundo Larocca, Larocca Jr. e Lima (2008) devemos mencionar também os contingentes de ucranianos provenientes de Kiev, bem como poloneses oriundos da Silésia e de Gdansk. A maioria, porém, veio de Gorlice, Malopolska, Podkarpacie, Poznann, Cracóvia, Varsóvia e Kutno.

As condições do traslado até o Brasil eram muito precárias. Muitos dos imigrantes não chegavam ao destino final, vitimados por doenças contraídas nos navios. Outros morriam ao chegar à região, onde se deparavam com condições muito distintas de seus ambientes de origem, tornando-os suscetíveis a diversos tipos de doenças. Mas, apesar de tudo, os primeiros ocupantes da região encontraram neste novo cenário perspectivas de sobrevivência inimagináveis em suas regiões de origem (VALDUGA, 2005). Pois passaram a dispor não só de áreas de cultivo próprias, mas também de condições mínimas para a subsistência de suas famílias, além de perspectivas concretas para a comercialização dos excedentes da produção.

No Paraná, como no restante do Brasil, a imigração foi necessária para a ocupação dos espaços vazios, e também, para resolver problemas de falta de mão-de-obra. O objetivo da vinda

desses imigrantes para o Paraná era a colonização e a formação de lavouras de subsistência para o abastecimento dos centros urbanos. Nas lavouras predominavam as práticas de policultura, na medida em que a produção agrícola da província do Paraná, desde 1850, passou por uma severa crise de abastecimento – uma tendência que caracterizou o restante do País principalmente após a abolição da escravidão. (STECA; FLORES, 2002).

Com a proibição do tráfico externo de escravos africanos, o tráfico interno foi incentivado. A mão-de-obra escrava que era utilizada em outras funções, inclusive na lavoura de subsistência, foi canalizada para as grandes propriedades cafeicultoras. Somando-se a isso, houve a liberação de novas terras para o café, resultando em grandes altas nos preços dos produtos de subsistência, devido a sua escassez no mercado nacional.

(...) o agravamento das condições de abastecimento e alta dos preços verificada nos gêneros de primeira necessidade, levou à adoção do decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 que favorecia a imigração pelos estímulos concedidos à posse da terra, possibilitando o seu acesso a qualquer indivíduo, independente de nacionalidade, e concedendo auxílios em favor da imigração, o decreto facilitava o processo migratório delegando as províncias fazê-lo de acordo com suas particularidades e com ajuda do governo imperial (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p. 358).

Esse decreto quebrava a rigidez da Lei de Terras criada em 1850, que tinha como um de seus pontos básicos dificultar o acesso do imigrante a terra. Mas diante da crise que marcou a produção de subsistência, era preciso criar incentivos.

A província contava por volta de 1860, com 80.000 habitantes, a solução seria trazer o imigrante colono para trabalhar no campo, especificamente na agricultura, já que os nacionais não estavam dispostos a tal atividade, que era recusada porque não dava status social. Foi o imigrante quem recuperou

a dignidade social do trabalho braçal tanto no campo como na região urbana (STECA; FLORES, 2002, p. 28).

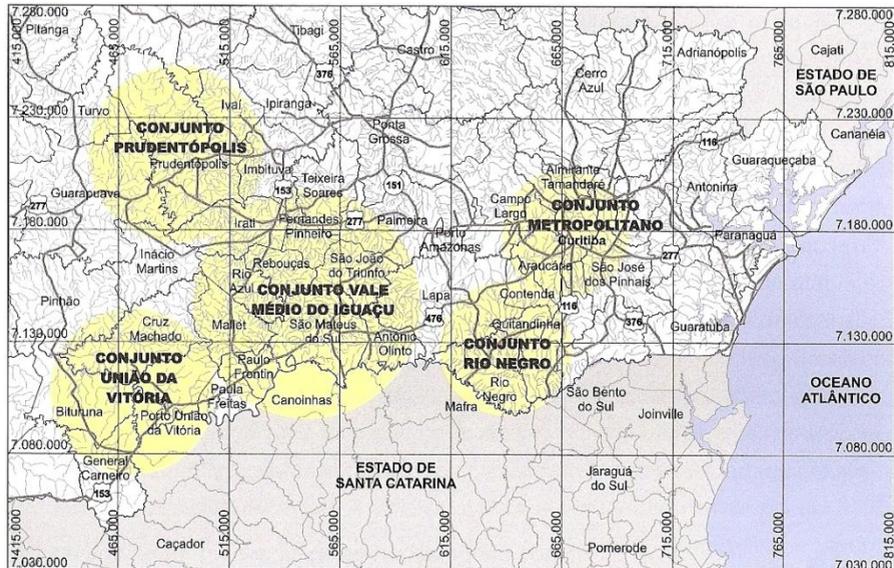
Os primeiros desembarques de imigrantes poloneses ocorreram no Rio de Janeiro. Na sequência, as famílias eram transportadas até o Porto de Paranaguá, no Paraná, de onde eram levados em carroções pela Estrada da Graciosa até Curitiba, passando por Antonina. Ali eram alojadas em uma sede, onde aguardavam a delimitação de suas terras. Os chefes de família abriam picadas na floresta, desmatavam a área, realizavam os primeiros plantios e erguiam ranchos provisórios em pequenas propriedades. Com os rendimentos obtidos pela comercialização das primeiras colheitas, edificavam suas moradas definitivas (STECA; FLORES, 2002).

Da mata retiravam o material básico para as suas primeiras construções – inclusive para os espaços de armazenamento dos excedentes das colheitas, dos animais e dos utensílios agrícolas. A floresta sempre representou uma fonte indispensável de alimentos para as famílias desde o início dos assentamentos (VALDUGA, 2005). Como salientam Caprara e Luchese (2005, p.78):

Os problemas relatados sobre o período inicial dão conta da imensa dificuldade de se estabelecerem em uma região que, apesar de possuir terra fértil, se apresentava muito inóspita aos imigrantes.

Nas duas décadas decorridas após 1890, 73 mil poloneses e ucranianos foram assentados no interior paranaense – somando-se ao contingente de imigrantes estabelecidos no entorno de Curitiba (como indica a figura abaixo).

Figura 4 - Cinco regiões do “Paraná Tradicional”, onde se concentravam os eslavos.



Fonte: Mapa elaborado a partir da Base Cartográfica do Estado do Paraná (SEMA, 1998) *apud* LARROCCA Jr; LARROCCA & LIMA (2008, p. 39).

Da análise das estatísticas oficiais conclui-se que a região metropolitana de Curitiba congregou 10% dos colonos. As regiões centralizadas por Rio Negro e por União da Vitória abrigaram 21% dos imigrantes e o conjunto Prudentópolis 34 % dos assentados. A porcentagem final corresponde ao conjunto Vale Médio do Iguçu, onde está localizada Palmeira e, mais especificamente, a microrregião de Santa Bárbara.

No quadro a seguir, pode ser verificado as colônias oficiais em número de famílias de imigrantes assentados no vale médio do Iguçu, no período de 1890 a 1910.

Quadro 1 - Colônias oficiais do Vale Médio do Iguaçu (Organizado a partir de Balhana, Pinheiro Machado & Westphalen. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 164-167, 182-183.)

ano	colônia	município atual	famílias	pessoas	etnias
1890	Taquaral	São Mateus do Sul	78	2.150	poloneses
	Cachoeira	São Mateus do Sul	74		poloneses
	Canoas	São Mateus do Sul	24		poloneses
	Iguaçu	São Mateus do Sul	74		poloneses
1891	Água Branca	São Mateus do Sul	137	600	poloneses
1891	Santa Bárbara	Palmeira	141	491	poloneses, ucranianos e italianos
1891	Palmyra	São João do Triunfo	88	386	poloneses
1891	Rio Claro	Mallet	1.400	8.000	poloneses e ucranianos
1892	Eufrosina	São Mateus do Sul	200	1475	poloneses e ucranianos
1892	Cantagalo	Palmeira	30	140	poloneses
1895	Antonio Olynto	Antonio Olinto	500	2.150	ucranianos
1896	Mallet	Mallet	150	3.600	ucranianos e poloneses
1908	Conçalves Jr.	Irati	285	1.379	poloneses, ucranianos, alemães, italianos e holandeses
1908	Itaparã	Irati	300	1.393	ucranianos e poloneses
1909	Vera Guarany	Paulo Frontin Paula Freitas	803	4.208	ucranianos, poloneses e alemães

Fonte: Larocca Jr. Larocca e Lima (2008, p. 39)

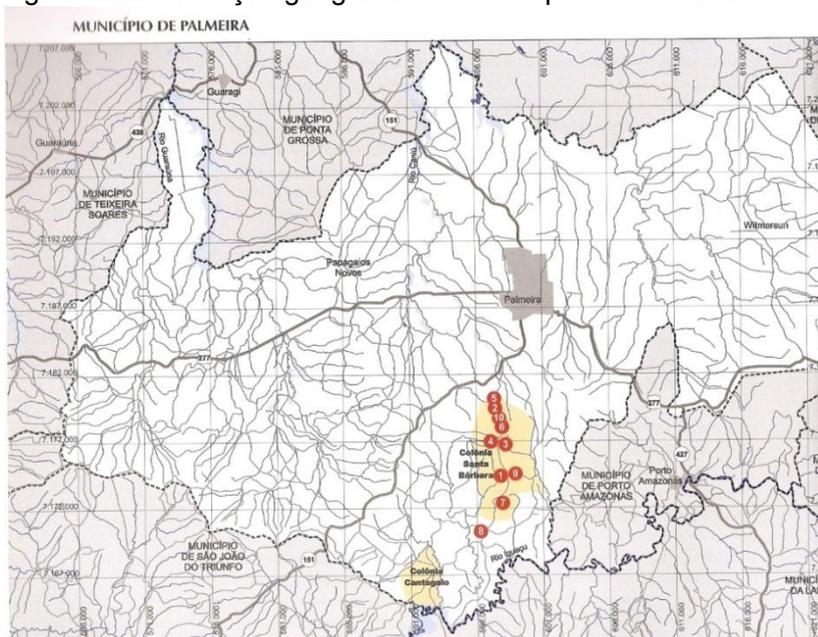
O município de Palmeira estende-se, em parte, pelos campos limpos que caracterizam a microrregião de Ponta Grossa. Mas a porção sul é considerada parte da área de floresta ombrófila, onde predominava, antes da devastação, a *Araucária angustifolia*. Hoje em dia esta região é classificada como *Campos Gerais*. Nela, o governo paranaense implantou, em 1891, a Colônia Carolina. Mas expressando um forte sentimento de religiosidade, após uma experiência traumática causada por uma tempestade, os assentados passaram a denominá-la Colônia Santa Bárbara (ORCHANHESKI; MAYER, 2006).

A área de 1.916 hectares foi dividida em 141 lotes. Neles foram assentados aproximadamente quinhentos imigrantes no total. Como marca registrada dos povoados de origem eslava, as casas foram construídas espalhadas nas propriedades familiares e não aglutinadas em aldeias. As terras adquiridas

eram pagas com trabalhos na construção de estradas, que na época eram apenas caminhos para o transporte de pessoas e animais em carroções. Mas somente em 1900 os colonos receberam os títulos da posse de suas terras.

Na Imagem 05 abaixo é possível verificar a localização das principais residências cuja construção remonta à época de implantação da Colônia.

Figura 5 - Localização geográfica do Município de Palmeira / PR



Fonte: Larocca Jr, Larocca e Lima (2008, p. 39)

A colônia de Santa Bárbara é vizinha, ao norte, de Santa Quitéria, uma colônia russo-alemã; e ao sul, da extinta Colônia Cecília, num terreno ao qual foi incorporada a distribuição de lotes aos imigrantes poloneses. Esta última constitui a única colônia de tendência anarquista²⁷ implantada no início da década

²⁷ O termo é associado aqui a uma teoria política que almejou criar uma sociedade, na qual os indivíduos cooperem livremente entre si como iguais. Assim, o anarquismo se opõe a todas as formas de controle hierárquico - venha ele do estado ou de capitalistas - por ser danoso (em sua ideologia) tanto ao

de 1890 num território adquirido de D. Pedro II. Nesse contexto, destaca-se a figura de Giovanni Rossi (1851-1943), imigrante italiano que dedicou parte de sua vida à implantação de um modelo social mais igualitário, que contemplasse os direitos das classes trabalhadoras a uma vida livre da miséria e do regime semi-escravo predominante naquela época. Ele idealizava um grupo vivendo como irmandade em um projeto agrícola gerido coletivamente. Embora, a colônia recebesse inúmeras adesões de colonos italianos, que fugiam da miséria e da guerra, houve grande rodízio de famílias. As deserções eram bastante comuns, sobretudo pelo fato de a mesma não oferecer segurança econômica para as famílias naquela época. Dessa forma, até o final da segunda década do século XX, permanecia vinculado à Colônia apenas um pequeno contingente de imigrantes impregnados de uma ideologia socialista²⁸. Acuados pela miséria e pela dissolução progressiva desse ideário, a Colônia acabou sendo extinta. Seu território foi incorporado à microrregião de Santa Bárbara, no bojo da implantação das primeiras levas de imigrantes poloneses.

1.2 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Como já mencionado, os primeiros plantios exigiram um longo período de adaptação às coações impostas pelo contexto local. Pois, paralelamente à abertura de clareiras na mata,

indivíduo quanto à sua individualidade e, portanto, desnecessário (OLIVEIRA, 1995).

²⁸ A doutrina socialista tem origem no século XVIII, logo que se consolidaram os efeitos da Revolução Industrial sobre as sociedades modernas. É uma ideologia que critica o liberalismo econômico, e vai contra as noções de que o mercado é o princípio organizador da atividade econômica, devendo, portanto, ser preservado a todo custo. Surge principalmente como forma de protesto contra as desigualdades provocadas pelo intenso processo de industrialização, e contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores. Os socialistas observam, com justa razão, que são o mercado e a livre concorrência as principais fontes das desigualdades (v. igualdade) sociais. O socialismo propõe então limitar o alcance do mercado através de mecanismos reguladores, e defende, sobretudo o planejamento da produção como a forma mais eficaz de distribuir a riqueza produzida entre todos os membros da sociedade. Esta é a principal preocupação da ideologia socialista: promover uma distribuição equilibrada de bens e de serviços, tornando-os acessíveis a toda a população. Equivale a ideia de socialização da produção (OLIVEIRA, 1995).

tornava-se necessário construir estradas para o escoamento da produção. Durante anos, as vias assim abertas, extremamente sinuosas, permaneciam intransitáveis em função do regime de chuvas (MAROCHI, 2006).

No rol dos produtos cultivados estavam incluídos, sobretudo, aqueles já conhecidos dos imigrantes (Os atores sociais locais consultados mencionam o trigo, o centeio, o milho, a batata, o feijão, a cevada e o fumo – além do cultivo de pequenos parreirais e a criação de galináceos, porcos, bovinos e vacas leiteiras.) em suas regiões de origem e que pudessem ser aceitos nos mercados local e estadual. Durante décadas, inúmeras famílias dedicavam-se também à extração da erva mate nativa.

Mas inúmeras dificuldades adicionais se sobrepunham a esses avanços iniciais. Além da carência de recursos visando separar os animais das áreas de cultivo, as famílias conviviam com a escassez de sementes. Muitas vezes, para diversificar a produção, percorriam quilômetros em busca de mudas e sementes, sem falar da dificuldade de falar e compreender a língua portuguesa na fase inicial de colonização. Como argumenta Caprara e Luchese (2005, p. 32),

A economia local, inicialmente voltada para a subsistência, foi rapidamente se diversificando, com o objetivo de produzir excedente para a comercialização. Os moradores começaram a produzir trigo, feijão, batata, frutas, além de cultivarem suas hortas domésticas. A dificuldade para a venda de excedentes era muito grande, devido à precariedade dos meios de transporte no início da colonização. Inicialmente transportados nos ombros dos imigrantes pelas picadas (trilhas na mata) até a cidade, posteriormente passaram a ser escoados de cavalo e também por carroças ou carroções, quando as picadas foram substituídas por estradas de chão.

Desde o início, os produtos cultivados eram semelhantes aos existentes nas demais colônias. Plantava-se para o sustento da família e dos animais ali criados, vendendo-se os excedentes

- quando isto era possível. O trabalho nas propriedades era dividido entre as pessoas da família. Com isto, muitos trabalhos eram realizados de forma artesanal. No entanto, era muito comum a organização de mutirões para a realização de tarefas que exigiam muita mão de obra – a exemplo da colheita do trigo e da limpeza realizada manualmente, quando se reuniam grupos de várias dezenas de pessoas. Esta prática perdurou por longos anos, até a aquisição das primeiras máquinas para o processamento de grãos. Dificilmente uma família vendia a sua produção de trigo, que era estocado para o abastecimento familiar ao longo do ano (MAROCHI, 2006).

Os primeiros parreirais começaram a ser cultivados no início do século XX. Segundo alguns descendentes entrevistados, algumas das primeiras mudas eram originárias da Itália, trazidas por imigrantes sediados nas colônias vizinhas. Boa parte da produção de vinho, sucos, bolos e derivados destinava-se ao abastecimento das próprias famílias. De uma parcela mínima dos excedentes eram extraídos recursos para a compra de tudo daquilo que não era produzido localmente.

Ainda segundo os registros de Caprara e Luchese (2005), as condições socioeconômicas dos imigrantes no início do processo de ocupação da região não eram homogêneas. Além das diferenças em termos de conhecimentos técnicos, cabe assinalar que alguns deles detinham mais posses do que outros e estavam instalados em áreas consideradas mais férteis.

Muitos dos equipamentos utilizados nas atividades produtivas eram produzidos por imigrantes competentes na confecção de vários utensílios essenciais para a prática agrícola e agropecuária, a exemplo de enxadas, foices, picaretas, serrotes, ferraduras e carroças - dentre outras. Todavia, posteriormente a maior parte deles (ferreiros, marceneiros) acabou se instalando nos centros urbanos mais próximos.

Em entrevistas realizadas na Colônia, foi possível confirmar que, após mais de cinquenta anos depois da chegada dos primeiros imigrantes, ainda se mantinha a tradição de se produzir um pouco de tudo. Na maioria das vezes, isto ocorria visando apenas garantir o consumo da família. Por falta de oportunidades, ou ainda talvez por temerem em deixar de lado a antiga tradição de produção agrícola polonesa, os imigrantes se mantinham fiéis ao regime de produção para a subsistência familiar.

No período que se estende de 1950 até o final do século, a economia local foi se diversificando mediante a fabricação de vários tipos de cervejas caseiras, vinhos, licores e sucos. A extração da erva mate nativa ocupou também uma posição de destaque, ao ser exportada no porto de Paranaguá com destino a Montevideu e Buenos Aires. Durante muitos anos, várias famílias dividiram o seu tempo de trabalho entre a agricultura de pequeno porte e a extração e venda da erva mate (MAROCHI, 2006).

Outra atividade econômica destacada na colônia e que colaborou para a perda da mata nativa e, conseqüentemente, para o agravamento da atual crise ecológica da região, foi à extração da madeira (Pinheiro do Paraná – *Araucaria Angustifolia*) e a formação de serrarias. Além da madeira ser extraída e beneficiada em serrarias, pequenas e médias árvores de mata nativa, das mais diferentes espécies (Imbuia, Cedro, Canela, Ipê-Amarelo, Bracatinga e Aroeira), eram também cortadas e muitas simplesmente transformadas em lenha, visando complementar o orçamento familiar.

Vale a pena ressaltar também a importância dos carroções como veículos de transporte de mercadorias, além dos armazéns (ou bodegas) – tanto na aquisição dos excedentes produzidos localmente, quanto na comercialização de mercadorias oriundas do entorno.

No entanto, foi apenas no final da década de 1970 e no início da década seguinte que a Colônia passou a se destacar como um grande polo produtor de cereais. Neste sentido, a cultura de subsistência passa a ser substituída pela monocultura extensiva, voltada principalmente ao cultivo de soja e milho. Também a partir desta década, começam a se formar as primeiras grandes áreas destinadas à bovinocultura. Esta última acabou se tornando a principal atividade produtiva mantida pelas segundas ou já terceiras gerações dos imigrantes poloneses – ao lado de outras modalidades consideradas importantes na reprodução da identidade cultural da Colônia e que serão discutidas na segunda parte deste capítulo.

1.3 IDENTIDADE, CULTURA, RELIGIOSIDADE E TRADIÇÕES

Para melhor entender o longo processo de aculturação²⁹ do imigrante polonês em diferentes localidades brasileiras, e mais especificamente na colônia Santa Bárbara, torna-se essencial levar em conta as peculiaridades do seu tecido sociocultural (MAROCHI, 2006).

Como já visto, os poloneses que se estabeleceram em Santa Bárbara eram oriundos de diferentes regiões da Polônia. Na época da imigração, mais de 80% da população vivia no campo. Assim, ao se fixarem na nova terra, os poloneses ressentiram-se da falta de iniciativas concretas de integração por parte das autoridades locais. Se no contexto europeu a repressão constituía a tônica da ação governamental, no Brasil predominava a carência de recursos financeiros para atender as necessidades dos imigrantes – sobretudo no que diz respeito à educação de seus filhos (MAROCHI, 2006).

Esta espécie de “abandono” retardou bastante o processo de aculturação. Ao desembarcarem, a maioria dos imigrantes era formada por analfabetos. Torna-se assim compreensível que uma de suas maiores prioridades recaísse na construção de escolas tendo em vista o aprendizado da língua e a preservação da cultura polonesa. Não poupando esforços, construíram uma delas na Colônia. As aulas eram oferecidas somente em polonês, tendo como primeiro professor o Sr. Teodoro Prokopek. Todos os moradores podiam ter acesso à mesma. Tanto os poloneses,

²⁹ Aculturação é o conjunto das mudanças resultantes do contato, de dois ou mais grupos de indivíduos, representante de culturas diferentes, quando postos em contato direto e contínuo. A aculturação é o resultado dos contatos, de natureza constante, que implicam geralmente na transmissão de certos elementos da cultura de uma sociedade para a outra. A transmissão de elementos de uma cultura vai sempre precedida por uma relação, que implica na aceitação de alguns e na rejeição de outros elementos culturais. Levando muitas vezes à desintegração de uma ou de várias culturas, sob a influência dos contatos que se estabelecem entre os seus integrantes, sendo frequente a desintegração de uma ou várias culturas, sob a influência dos contatos que se estabelecem entre os grupos. Muito comum também é a mudança dos elementos adquiridos, ocorrendo uma desorganização social, o que pode envolver o desaparecimento, total ou parcial das configurações anteriores, como também a fusão de certos elementos numa nova configuração (MOISÉS, 1999, p.11).

como os ucranianos e italianos, aprenderam assim a falar, ler e escrever em polonês.

No entanto, ainda segundo Marochi (2006), várias leis e decretos federais ou estaduais foram criados visando regulamentar a dinâmica institucional do País após o término da I Grande Guerra Mundial. A partir daí, começou a ser difundido em todo o Brasil o ideário nacionalista. Foi no âmbito desse novo cenário que as autoridades paranaenses resolveram criar o assim chamado “Código de Ensino de 1917”. Ele passou a repercutir na busca de reenquadramento da situação enfrentada por inúmeras escolas estrangeiras, dentre elas aquela construída na Colônia Santa Bárbara. Os artigos de número 180 e 181 deste código modificavam aquilo que há vários anos já vinha acontecendo:

Art. 180 - É obrigatório, em todas as instituições particulares do curso primário ou secundário, nacionais ou estrangeiras, o ensino da Língua Portuguesa.

Art. 181 - Não poderão receber quaisquer favores diretos ou indiretos do Estado ou institutos as escolas particulares que não cumprirem os seguintes preceitos:

§ 2º - Ensinar a Corografia do Brasil, a História do Brasil e a Língua Portuguesa, ao menos de acordo com o programa oficial do curso primário. (ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. v. 2. p. 37 *apud* MAROCHI, 2006).

Porém, o artigo 181 não estimulou as mudanças que as autoridades esperavam. Pois naquela época as alocações de recursos financeiros eram insignificantes. Tornava-se difícil para os imigrantes, principalmente os poloneses, abdicarem do ensino da língua materna. Um ano após a assinatura do Código de Ensino, o jornal curitibano “Diário da Tarde” publicava uma matéria onde apareciam as ideias do governo paranaense sobre o assunto:

A atual organização, considerando obrigatória a cadeira de português nas escolas estrangeiras, absolutamente não nos

levará ao fim colimado, pois nessas escolas a maior parte dos alunos só freqüenta as aulas onde é ministrada a língua de seus maiores, onde também aprendem no mesmo idioma, as demais disciplinas escolares, com o maior descaso pela língua do país. É tempo de inverter o atual sistema, isto é, em vez de ser obrigatório a cadeira de língua portuguesa nas escolas estrangeiras devemos generalizar esta obrigatoriedade a todas as disciplinas, as quais o aluno só aprenderá se conhecer a língua vernácula. Com esta medida, em vez do ensino da língua portuguesa ser considerado dentro dessas escolas, como idioma estrangeiro, será conhecido como idioma nacional, levando ao espírito da criança a certeza de que a sua Pátria é o Brasil, e não aquela que serviu de berço aos seus pais ou avoengos. (ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. v. 2. p. 39 *apud* MAROCHI, 2006).

Segundo Marochi (2006), nesta mesma época surgiram várias manifestações de líderes da comunidade polonesa estabelecidos no Paraná. Todos procuravam expor suas ideias a respeito das novas exigências governamentais. Alguns pontos de uma “Carta Aberta”, assinada pelo polonês Simão Kossbudski, estabelecido em Curitiba, resumiam o descontentamento da maioria dos imigrantes quanto às decisões tomadas pelo governo - principalmente no ano de 1918. Para o autor deste documento, com o fechamento das escolas particulares ou polonesas, poderia gerar um verdadeiro caos no processo educacional dos filhos dos imigrantes. No caso específico da Colônia Santa Bárbara, as crianças ficariam sem estudar, face à inexistência de uma escola pública. A leitura de alguns trechos desta carta possibilita uma análise do descontentamento existente entre os imigrantes:

O projeto conduz inevitavelmente ao fechamento de todas as escolas polonesas no Estado.

(...) As escolas polonesas são um forte meio de combate ao analfabetismo, porque as mesmas não são três, nem oito, e sim perto de 60, com 1.600 a 2.000 alunos.

É costume, na colônia, os pais mandarem as crianças por um ou dois anos para a escola polonesa, para aprender a ler o polonês e a dominar os princípios do português, para depois envia-los para a escola pública.

(...) Com esta medida, o governo paranaense está imitando o prussiano e o russo, que sempre procurou, pela violência, extinguir o ensino do polonês da população dominada.

(...) Não se devem fechar as escolas particulares estrangeiras, mas abrir novas escolas públicas, bem montadas e aparelhadas, para que os colonos dêem preferência a estas.

As escolas polonesas dificilmente encontrarão professores com conhecimento das línguas portuguesa e polonesa e que se submetam a ganhar 50 ou 60 réis por mês.

Os professores que lecionaram dezenas de anos agora ficarão repentinamente, sem trabalho.

Com o fechamento das escolas, o projeto estará simplesmente favorecendo o analfabetismo e prejudicando o país, de maneira vexatória. (ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. v.2. p. 40-41 *apud* MAROCHI, 2006).

A polêmica continuou por vários anos. Ficava difícil fazer cumprir as novas determinações sem professores preparados, além do desconhecimento da língua portuguesa no âmbito familiar. Assim, a escola criada na Colônia funcionou até 1921, quando passou a ser gerida no nível estadual, administrada pelas irmãs da Congregação da Sagrada Família (que lecionavam em português e em polonês). Em 1935, a escola passou a ser municipal, sendo denominada *Escola Rural de Santa Bárbara*. Até 1985 funcionou como multisseriada, da 1ª à 4ª série. E desde 1986, passou para escola nuclearizada, garantindo a instrução até a 8ª série.

Por sua origem polonesa, a religião católica exerceu também um importante papel na formação da cultura, dos hábitos e costumes locais. Desde o início da colonização, as comunidades foram formadas em torno de capelas construídas por eles mesmos. Boa parte da vida social, desde os padrões familiares de comportamento até as festas (nos dias santos, por exemplo) que reuniam a comunidade, era guiada por crenças religiosas. Em torno das capelas foram sendo agregados outros componentes importantes da vida das comunidades – o cemitério, o salão paroquial, a bodega e a escola (CAPRARA; LUCHESE, 2005).

Dessa forma, desde o início da colonização, a Igreja Católica cumpriu um papel importante na definição das regras e normas de comportamento, ou seja, sobre a formação da institucionalidade local, tanto relacionada a aspectos formais como informais da vida diária das comunidades. Assim, diante da necessidade de se ter um local para as manifestações coletivas de fé, os colonos construíram sua primeira capela, dedicando-a a Santa Bárbara, considerada protetora da ocorrência de desastres naturais.

Figura 6 - Imagem de Nossa Senhora de Chestochowa, padroeira dos poloneses, a qual também é padroeira da colônia de Santa Bárbara. Imagem trazida pelos imigrantes da Polônia, em aproximadamente 1890.



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Ao longo do tempo, foi erguida uma nova igreja, em alvenaria. A obra foi concluída em 1922, contando com a mobilização não apenas de poloneses, mas também de ucranianos, italianos e alemães reunidos em regime de mutirão.

Figura 7 - Igreja de Santa Bárbara, fundada em 1922 pelos imigrantes poloneses



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

A igreja de Santa Bárbara foi construída no estilo das igrejas da Polônia da época, com torre alta e, na parte interior, dispendo de um formato de cruz. No altar-mor, encontra-se a imagem de Santa Bárbara, trazida da Polônia. Acima do altar pode ser vista a imagem de Nossa Senhora de Czestochowa, padroeira da Polônia, como ilustra a imagem 8 abaixo.

Figura 8 - Imagens do interior da Igreja de Santa Bárbara



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Outros costumes importantes mantiveram a fidelidade à cultura polonesa. Dentre eles, podem ser citados a produção e o consumo de produtos como pães, pirogues (pastel cozido) e o uso da banha de porco na preparação dos alimentos. A produção e o consumo dos mesmos foram fortalecidos mediante a promoção regular de várias festas comunitárias. A realização

desses eventos era cercada de muito entusiasmo e sua preparação durava semanas (CAPRARA; LUCHESE, 2005).

Os poloneses diferenciam-se bastante em termos de preferências culinárias. Os pratos típicos são a broa de centeio, as carnes assadas (principalmente de aves e suínos), o repolho azedo, diversos tipos de sopas, as saladas azedas com nata de leite, pirogues, *zimne nogi* (geléia de pé de porco), licores, compotas e conservas de frutas e legumes, bolos, tortas. Muitos alimentos são preparados à base de batata e predomina o consumo de cervejas caseiras e da vodka.

Como já foi mencionado acima, no elenco de festas religiosas da Colônia estavam incluídas as novenas, os tríduos (festas eclesiásticas que duram três dias) e a missa na véspera, além da sagra (que significa festa), com os jogos (bocha, argolas, corrida de carroça, pega do leitão no banhado, serra do tronco), os sorteios, as rifas e os leilões. Em forma de desafio, as brincadeiras polonesas têm como objetivo principal a descontração – a exemplo do concurso para a identificação do mais rápido descascador ou derrubador de centeio, ou do mais rápido tomador de wodka e de sopas (roseu), além das corridas de carroça, de cavalos e a “pega de leitão molhado”. A forma mais comum de diversão é o baile, onde a música mais apreciada é a polka.

Figura 9 - Grupo folclórico polonês Nadzeija (Esperança)



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

A colônia conta atualmente com o núcleo da BRASPOL³⁰ (Comunidade Brasileira Polonesa) o qual foi criado em 1993. Desde 1994, passou a ser promovida a Festa Típica da Tradição Polonesa. Além disso, em 1999 foi inaugurada a Casa Típica Polonesa, que abriga um acervo de vários objetos e fotos que resgatam parte da história da imigração, como ilustra a Imagem 10.

Figura 10 - Casa típica polonesa, construção do modelo das casas do século XVII e XVIII, quando da chegada dos poloneses no Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Em síntese, o patrimônio cultural trazido da Polônia esteve sempre presente no dia a dia da colônia. De um ponto de vista mais amplo, pode-se notar que os grupos sociais ali sediados

³⁰ A BRASPOL Comunidade Brasileira Polonesa foi fundada em 1990, com a finalidade de criar a solidariedade entre as comunidades polonesas do Brasil. Preservar as tradições, costumes e acervo cultural herdados de seus antepassados, incentivar o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Polônia, promover a valorização dos descendentes em todas as formas, estão entre seus objetivos.

sempre lutaram por seus ideais, buscando manter viva a lembrança de suas origens - mesmo num contexto marcado pela tendência de homogeneização cultural.

2 A CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

No que se segue, oferecemos uma caracterização dos principais indicadores - socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos - da dinâmica de desenvolvimento dessa região nas últimas décadas, em busca de “pistas” para a pesquisa de estratégias alternativas norteadas pelo enfoque territorial do desenvolvimento sustentável.

2.1 CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Desde 2013, por iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento, o município de Palmeira passou a dispor de novos arranjos institucionais tendo em vista a recomposição do seu modelo de desenvolvimento. As audiências públicas correspondentes foram promovidas ao longo de 2014. Como se sabe, o Plano Diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento municipal em horizontes de curto, médio e longo prazo, definindo as diretrizes básicas e os instrumentos de ação capazes de assegurar a sua implementação de forma participativa. No rol dos princípios gerais estabelecidos constam uma gestão democrática, participativa e descentralizada, sintonizada com a preservação, manutenção e recuperação do meio ambiente, além da preocupação pela garantia da inclusão social. No atendimento ao cumprimento da função social da propriedade rural, cabe ao Poder público no nível local priorizar suas ações e investimentos nas propriedades cujo uso do solo, em áreas de produção primária, esteja direcionado às atividades agropecuárias que promovam o fortalecimento e a reestruturação de comunidades, cooperativas e unidades de produção familiar.

Da perspectiva socioecológica, o novo Plano Diretor prevê a criação de um *Programa de Desenvolvimento Rural*, com monitoramento participativo a cada dois anos. Este programa visa (i) fomentar a diversificação e a produtividade da pequena produção familiar, (ii) recuperar e melhorar o sistema viário; (iii) promover a cultura e o patrimônio histórico, artístico e

arquitetônico, e (iv) incentivar movimentos e manifestações culturais que contribuam para ressaltar a peculiaridade da formação histórica da área³¹.

Mas vale a pena ressaltar que, na opinião de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Cooperativa da Agricultura Familiar de Palmeira, além de outros atores-chave vinculados ao setor econômico, na sua etapa atual de maturação o Plano Diretor não atende ainda às necessidades específicas do meio rural – sobretudo no caso específico da Colônia Santa Bárbara (como será mostrado abaixo).

2.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO E SOCIOCULTURAL

O município de Palmeira dispõe atualmente de um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM³² de 0,718, considerado alto.

Quadro 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, nos anos 2000 e 2010

Município/Estado/ País	2000	2010
Palmeira	0,629	0,718
Paraná (Curitiba)	0,750	0,823
Brasil	0,665	0,715

Fonte: (PNUD – www.pnud.org.br).

Ele passou de 0,629 em 2000, para 0,718 em 2010, configurando uma taxa de crescimento de 14,15%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é de 01, foi reduzido em 23,99% entre 2000 e 2010. Desta forma, Palmeira ocupa a 1362ª posição (índice em 2010) em relação aos 5.565 municípios brasileiros. Calcula-se hoje em dia que 1361 (24,46%) deles estão em situação melhor e 4.204 (75,54%) estão em situação

³¹ As informações foram retiradas do Plano Diretor Municipal, versão 2014.

³² O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adéqua a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

igual ou inferior. Em relação aos 399 municípios do Paraná, Palmeira ocupa a 136ª posição, sendo que 135 (33,83%) municípios estão em melhor situação e 264 (66,17%) municípios estão em situação inferior ou igual³³.

Já a renda per capita média de Palmeira cresceu na última década, passando de R\$542,16 em 2000 para R\$729,05 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 34,47%. E a extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 9,12% no ano 2000 para 5,91% em 2010. Porém, a desigualdade aumentou, pois o Índice Gini³⁴ passou de 0,63 em 2000 para 0,59 em 2010³⁵.

Em termos de densidade demográfica, o município contava, em 2010, com 32.123 habitantes, dos quais 19.375 (60,32%) sediados em área urbana e 12.748 (39,68%) no meio rural. No entanto, a dinâmica de desenvolvimento está alicerçada no meio rural, e este ponto de vista pode ser confirmado quando descortinamos o panorama da produção agropecuária global do Paraná. Os dados disponíveis indicam que, no âmbito do Núcleo Regional de Ponta Grossa, Palmeira ocupa o quarto lugar, movimentando 523 milhões de reais, no período de 2012 a 2013³⁶.

Um dado que contribui para a soma do VBPA (Valor Bruto da Produção Agropecuária) no referido território e se torna indicativo de compreensão do processo de desenvolvimento local relaciona-se ao item do *empreendedorismo local*. Embora não haja consenso a respeito das opções de mensuração deste conceito, Veiga (2002, p. 03) salienta que, “infelizmente, pouco se sabe sobre os determinantes do empreendedorismo, apesar de sua crucial influência sobre o crescimento econômico.” Este mesmo autor sugere que se leve em conta a relação entre a

³³ Fonte: **PNUD**. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 09/11/2014.

³⁴ O **Índice de Gini** é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

³⁵ Fonte: **PNUD**. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 09/11/2014.

³⁶ Dados de referência retirados da Revista PR, A revista do Produtor Rural, n.01, julho de 2014.

população do município e o número de micro e pequenas empresas formais existentes no território. No entanto, o que chama a atenção do autor é que, embora por hipótese as cidades com maior aglomeração urbana e demográfica tenham a probabilidade de apresentar maior grau de empreendedorismo, o interessante é que municípios de todo o País, denominados *municípios rurais* (por apresentarem índice demográfico inferior a 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km²) apresentem alta concentração de empreendedorismo local. Dessa forma, estariam colocados no mesmo nível das cidades médias e grandes.

Este dado foi corroborado durante o trabalho de campo, quando constatamos as inúmeras empresas privadas consolidadas na área, e que resultaram do protagonismo dos atores locais sem o incentivo das autoridades locais. As vinícolas representam um caso emblemático neste sentido, na medida em que estão associadas (i) à criação autônoma de marcas territoriais, valorizando a identidade local; (ii) ao comércio de proximidade; (iii) à montagem de uma estação experimental agrícola, onde a produção nas entressafras é estimulada; e finalmente (iv) a novas opções de turismo de conhecimento (a serem especificadas abaixo).

Uma análise da estrutura fundiária do território mediante dados do Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica a presença marcante de agricultores familiares no município – num total de 967 estabelecimentos. Eles formam a base proeminente da organização socioeconômica do território, em relação aos agricultores patronais (configurando um total de 32 estabelecimentos)³⁷.

Todavia, outras evidências oriundas de entrevistas com atores locais sugerem que a estrutura fundiária da Colônia vem sendo marcada pela elevada concentração de terras em mãos de um pequeno segmento de agricultores patronais. Em outros

³⁷ Para este estudo, a definição de agricultura familiar é caracterizada como a gestão dos trabalhos no estabelecimento é do próprio trabalhador rural; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado; E por patronal, são definidos todos os estabelecimentos que não se enquadram como familiares, ou não pertençam a entidades públicas ou religiosas (FAO/INCRA, 2000).

estados brasileiros, este fenômeno vem sendo interpretado à luz do conceito de *desertificação verde*³⁸.

No entanto, os itens essenciais para o abastecimento dos centros urbanos dependem do funcionamento das pequenas unidades familiares multifuncionais, concentradas na produção de frutas, grãos, verduras e legumes. Além disso, no trabalho de campo, foi possível observar que muitas famílias formadas pelos colonos poloneses ainda mantêm a estrutura fundiária oriunda da época da colonização, ou seja, baseada em pequenas parcelas de terras destinadas, desde o início do século XX, à agricultura familiar de subsistência, sendo os excedentes comercializados nos mercados locais.

Outro fator a ser levado em conta na busca de compreensão de como funciona o modelo de produção familiar na área é a prática da “troca de dia”. Em síntese, trata-se de uma característica que tem acompanhado a trajetória de desenvolvimento local há quase um século e que consiste no exercício da ajuda mútua entre as famílias sediadas na área durante a época de colheita da produção agrícola.

Cabe ainda uma referência à tendência de elevação do índice de GINI (de 0,63 em 2000 para 0,59 em 2010). Neste sentido, a maior parte destes agricultores familiares usufrui de uma renda mensal considerada média e alta. As famílias situadas na faixa de renda baixa se beneficiam de programas de cunho assistencialista oferecidos pelo Governo Federal. Além disso, recebem regularmente a visita de lideranças comunitárias e de funcionários do Departamento Municipal de Assistência Social, dispondo também de serviços de atendimento médico e odontológico.

Assim, apesar de estar alocada na região dos Campos Gerais no Paraná, onde as monoculturas têm primazia e

³⁸ Desertificação Verde – é a expressão utilizada para designar a introdução e ampliação das lavouras de monocultura em grandes extensões de terra para o aumento da produção. De modo geral, com esta prática Castro (2007) infere alguns riscos, como: (i) prejuízo aos solos, pois com a monocultura há exaustão dos solos, o que inviabiliza outras culturas; (ii) redução da biodiversidade, alterando o habitat de muitos animais; (iii) concentração de terras, pois para produzir em grandes extensões, as terras são adquiridas de agricultores menores, os quais se deslocam da região, gerando vazios populacionais, bem como o aumento dos níveis de êxodo rural e; (iv) aumento das taxas de desmatamento e de agressão aos recursos hídricos, com o secamento de nascentes e exaustão de mananciais de água subterrânea.

assumem um papel de destaque na contabilidade do valor bruto da produção de sementes, a Colônia de Santa Bárbara diferencia-se por sua identidade territorial fortemente marcada pelos resíduos da imigração polonesa. Seus habitantes têm resistido às pressões homogeneizadoras exercidas pelo agronegócio. Em decorrência, os empreendimentos locais contribuem, direta ou indiretamente, para a preservação dessas características identitárias, seja assumindo o nome da colônia nos rótulos dos seus produtos e serviços, seja aprimorando suas técnicas e processos para agregar valor aos mesmos. Em síntese, trata-se de uma região singular em relação à rede de municípios paranaenses, em função da composição de sua população e da trajetória de desenvolvimento acionada desde a época da imigração polonesa.

Dentre as redes envolvidas no território, pode-se mencionar inicialmente, no nível de assistência técnica, a EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a EMBRAPA. Esta última responde pela introdução de novas técnicas de produção e cultivo, inclusive oferecendo regularmente sementes e mudas. Por outro lado, a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) vem estimulando a agregação de valor aos produtos *in natura*, por meio de certificações – a exemplo da Indicação de Procedência e do Selo Orgânico. A UNICENTRO oferece ainda cursos de formação profissional e técnica a uma ampla gama de atores sociais. Finalmente, cabe destacar a Estação Experimental Agrícola Campos Gerais, a qual oportuniza novas tecnologias para o tratamento fitossanitário e desenvolve pesquisas sobre novas culturas e procedimentos de conservação da qualidade dos produtos a serem comercializados, além de várias cooperativas atuando nos setores de crédito, disponibilidade de produtos e materiais e serviços pós-venda.

Os agricultores são representados nas esferas de planejamento e gestão pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Cooperativa da Agricultura Familiar de Palmeira. O Sindicato concentra o maior nível de adesão dentre os agricultores, sejam eles familiares ou patronais. Embora influente, a Cooperativa é uma instituição recente implantada no município, onde muitos agricultores ainda desconhecem sua existência e prática de atuação.

O setor turístico ocupa uma posição de menor importância socioeconômica, mas os dados coletados indicam uma tendência expressiva de crescimento - principalmente do chamado *turismo rural*. Destacam-se neste sentido, por um lado, as iniciativas ligadas ao funcionamento do *Museu Sítio Minguinho*, criado visando valorizar o patrimônio cultural da Colônia – sobretudo aquele relativo à história da Colônia Cecília.

Figura 11 - Imagens do Museu Sítio Minguinho



Fonte: <http://www.gazetadepalmeira.com.br/geral/museu-sitio-minguinho>

Por outro lado, vale à pena registrar o desenvolvimento do *enoturismo*, visto como um elemento da oferta no mercado local de um conjunto crescente de produtos coloniais como geleias, queijos, massas etc. Finalmente, cabe uma referência ao *Memorial da Colônia Cecília* (ver Imagem 12), criado por representantes do Terceiro Setor como um instrumento de fomento do turismo local.

Figura 12 - Imagens do Memorial Colônia Cecília em Santa Bárbara



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Como demonstram informações mencionadas acima, a região vem apresentando um nível de crescimento expressivo

diante de outros territórios próximos e desta forma cresce também a especulação imobiliária, a qual representa um dos vários pontos de estrangulamento da dinâmica em curso de desenvolvimento local, afetando praticamente todos os segmentos sociais sediados na Colônia. E com isso, nos últimos tempos vem se intensificando o êxodo rural, principalmente de jovens em busca de melhores condições de formação profissional e conseqüentemente esse dado é atrelado ao inchaço de áreas periurbanas, a exemplo de Curitiba e Ponta Grossa.

2.2.1 Mapeamento do cenário produtivo no meio rural

Um mapeamento dos grupos vinculados à agricultura familiar e herdeiros dos fluxos de imigração europeia – sobretudo polonesa – revela a presença de representantes (i) da produção voltada a policultura, (ii) à produção orgânica, (iii) à produção de uvas e à criação de vinícolas de pequeno porte, (iv) à produção de subsistência e prestadora de serviços (a exemplo do turismo rural já mencionado acima), (v) à fumicultura, e (vi) à produção de laticínios. No rol dos agricultores patronais, destacam-se aqueles que se dedicam à produção de soja, milho e trigo em grandes extensões de terra, além da bovinocultura. Paralelamente a essas atividades, cabe mencionar a exploração madeireira e a extração de areia do Rio Iguaçu, que corre próximo à divisa do território em análise.

Algumas famílias podem ser caracterizadas como pluriativas, no sentido atribuído ao termo por pesquisadores do novo mundo rural brasileiro (SILVA, 1999). Neste sentido, seus componentes exercem atividades dentro e fora do âmbito da produção familiar – e também do território - colaborando para o fortalecimento do caráter singular da dinâmica de desenvolvimento, tanto em termos socioeconômicos quanto socioculturais.

2.3 IMPACTOS SOCIOECOLÓGICOS DA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nas últimas décadas, o território em pauta vem sofrendo um processo de descaracterização da paisagem natural (mencionada acima como um processo de *desertificação verde*),

impulsionada, sobretudo pela expansão das monoculturas de soja e milho, além da bovinocultura. Da gestão dos conflitos que têm acompanhado este processo participam, sobretudo, a Secretaria de Meio Ambiente, o IBAMA, a EMATER e o Ministério Público. Mas vale a pena mencionar também, na esfera não-governamental, o Rotary Club e o late Clube, com ações concentradas no esforço de conscientização dos habitantes e na realização de ações de limpeza dos mananciais hídricos.

Os dados obtidos por meio de entrevistas indicam que os limites territoriais estão sendo redefinidos atualmente no bojo da expansão descontrolada da especulação imobiliária e do agronegócio. Por implicação, os pequenos agricultores familiares vêm sendo cada vez mais pressionados pelos agricultores patronais a ocupar áreas consideradas pouco produtivas. Além disso, os depoimentos comprovam a percepção de outros impactos negativos das dinâmicas em curso, a exemplo da utilização de sementes transgênicas em “pacotes produtivos”. Esta opção tecnológica pressupõe a aplicação de agrotóxicos de alto impacto contaminador dos solos, dos recursos hídricos e dos próprios trabalhadores rurais, que operam na maioria das vezes sem os instrumentos de proteção necessários. Outro item problemático diz respeito à expansão dos desmatamentos exigidos para a implantação das monoculturas extensivas, comprometendo assim o esforço de preservação da biodiversidade exigido pela legislação em vigor.

A abertura de novas áreas para a expansão acelerada da pecuária vem se somar ao rol dos principais fatores que configuram um estilo de desenvolvimento que colide frontalmente com o princípio de *prudência ecológica*. O município de Palmeira ocupa o quarto lugar em Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) no cenário paranaense, tendo produzido aproximadamente 70.000.000 litros de leite em 2013³⁹. Além da atividade agropecuária, vale a pena mencionar ainda a fumicultura e a viticultura.

Como se sabe, a cultura do fumo é uma das que mais exigem a aplicação intensiva de agrotóxicos - algo em torno de cinco a oito operações para manter as folhas isentas de insetos e

³⁹ Dados de referência retirados da Revista PR, A revista do Produtor Rural, n.1, julho de 2014.

parasitas até a colheita final – além das repercussões já mencionadas nas condições de saúde dos aplicadores e na utilização em grande escala de lenha oriunda de matas nativas para a secagem das folhas. De forma menos impactante do que na fumicultura, a viticultura exige também a utilização de agrotóxicos e de processos de adubação que contêm agentes de contaminação dos solos e das águas.

Esses aspectos, entendidos como componentes emblemáticos da problemática socioambiental contemporânea, refletem os conflitos existentes entre as diferentes atividades sociais e econômicas neste território.

Finalmente, cabe assinalar que este cenário de degradação socioecológica ainda não se constituiu num item prioritário de debates envolvendo a participação de representantes das forças ativas da comunidade local.

2.4 SÍNTESE

A primeira fase da trajetória de desenvolvimento da região em pauta foi marcada pela ocupação por imigrantes europeus e pela formação de um sistema de agricultura familiar de subsistência centrado na produção de trigo, centeio, milho, batata, feijão e cevada - além do cultivo de pequenos parreirais e da criação de galináceos, porcos, bovinos e vacas leiteiras. Durante décadas, inúmeras famílias da colônia também trabalhavam com a extração da erva mate nativa.

O segundo momento foi marcado pela instalação de serrarias e pela dependência da Colônia relativamente à valorização dos produtos em mercados externos, expressando a ausência de condições capazes de garantir maior autonomia na busca de comercialização da produção na esfera local - embora existissem relações de apoio mútuo entre as famílias. Além disso, mencionamos a importância dos carroções no transporte das mercadorias, bem como do funcionamento dos primeiros armazéns (ou bodegas).

No terceiro momento, que corresponde ao final da década de 1970 e início da década de 1980, a Colônia começa a se destacar como polo produtor de cereais. A economia de subsistência passa a ser substituída pela monocultura de grãos em grande escala e pela bovinocultura. E em segundo plano, atividades desenvolvidas por famílias oriundas da imigração

polonesa, e que se concentraram na oferta de vários produtos que mobilizam o resgate da identidade cultural dessa comunidade. Este terceiro momento, que se estende até hoje, vem sendo marcado por uma forte influência externa, marcada pela utilização de novas tecnologias atreladas ao fortalecimento progressivo do agronegócio. No bojo da expansão acelerada e “produtivista” do setor agro-industrial, o sistema solidário e cooperativo da agricultura familiar vem perdendo cada vez mais espaço.

Não obstante os impactos negativos dessa dinâmica “desenvolvimentista” têm emergido evidências de processos de agregação de valor em certos produtos oriundos da produção familiar e que guardam sintonia com o *ethos* subjacente ao enfoque territorial de desenvolvimento. Dessa forma, novas relações socioeconômicas, socioculturais e sociopolíticas vêm sendo estabelecidas, apontando no sentido de uma estratégia visível de transição socioecológica centrada no ideário da autonomia local, mas ainda num estágio claramente embrionário.

As análises revelam que as transformações econômicas verificadas ao longo do tempo foram condicionadas pela busca de aprimoramento da qualidade dos produtos e serviços, abrindo novas frentes de intercâmbio comercial com outras localidades e outras regiões. Mas a ênfase tem sido colocada na busca de melhores condições de produtividade da produção familiar, e não necessariamente na criação de uma estratégia de longo prazo de desenvolvimento sensível ao mesmo tempo à dimensão da territorialidade e ao respeito das condições socioecológicas.

Um outro aspecto relevante a ser agregado a esta discussão diz respeito ao processo de especialização que foi se consolidando com o passar do tempo em termos de novas cadeias produtivas. A tendência de comercialização de produtos *in natura* passa a ser substituída pelo processamento agroindustrial efetivado nas próprias unidades produtivas, agregando assim maior valor à produção antes da destinação ao mercado. Dessa forma, os processos de diversificação produtiva acabaram conduzindo à abertura de novos nichos de mercado e novos espaços de intercâmbio comercial diretamente acoplados à reconstrução da identidade cultural da Colônia.

Como sugere Flores (2007), o fortalecimento de uma imagem da singularidade do território pode ser visto como um poderoso instrumento de dinamização socioeconômica na qual o

setor de turismo imbuído de novos valores ligados às tradições locais passa a ter um papel muito importante nas conexões entre produtores e consumidores. Isso traz profundas modificações nas relações sociais e econômicas entre os atores locais, com a criação de novas relações comerciais (entre agricultores e comercialização local), de novas estratégias de desenvolvimento (com o crescimento do turismo e a preocupação associada à preservação da paisagem) e de aumento dos custos de oportunidade para os agricultores (considerando-se o aumento tendencial do preço das áreas rurais).

Essa nova configuração do espaço rural emergiu com baixo protagonismo dos atores locais. Apesar do viés descentralizador do novo Plano Diretor Municipal, sua implantação ainda não foi suficiente para fomentar a transição rumo a um novo estilo territorial de desenvolvimento. Embora existam atualmente espaços de participação de todos os setores sociais nas tomadas de decisão, eles têm sido pouco ocupados pela população – como atestam os representantes da Secretaria de Planejamento que foram entrevistados. Em parte, esta tendência pode ser interpretada à luz de um tratamento ainda muito restrito das especificidades que caracterizam as áreas rurais do município – como já mencionamos acima.

Apesar disso, os dados disponíveis indicam um crescimento da socioeconomia local, com melhoras significativas das condições gerais de vida da população. No entanto, estas benesses não vêm sendo repartidas de maneira equitativa no território. Foi possível constatar que a trajetória dominante hoje em dia aponta no sentido do fortalecimento da agricultura patronal, ecologicamente predatória e socialmente excludente, somado à exploração do turismo de massa. Este cenário contrasta fortemente com a dinâmica de evolução da Colônia, baseada na policultura, na pluriatividade e na ajuda mútua

Por outro lado, a pesquisa realizada revelou que as iniciativas voltadas à imagem da etnia polonesa têm sido gestadas principalmente por indivíduos e organizações vinculadas à sociedade civil. Neste sentido, os itens que acabaram sendo incorporados ao texto do novo Plano Diretor permanecem atrelados, sobretudo ao fomento de novas modalidades de acolhida de turistas. A paisagem rural vem sendo fortemente impactada por essas iniciativas, sobretudo no que diz respeito à expansão das monoculturas de grãos. Além

disso, o aumento da renda familiar decorrente da modernização produtiva vem contribuindo para minar a integridade do patrimônio arquitetônico originário do processo de ocupação da área pelos imigrantes poloneses.

Em síntese, as reconfigurações institucionais permanecem ainda hoje limitadas em sua capacidade de gerar um sistema ao mesmo tempo integrado e compartilhado de planejamento e gestão de novas dinâmicas territorializadas de desenvolvimento. Foi possível observar a carência de agentes (em todos os níveis de governo) capazes de atuar em processos de negociação da pluralidade de interesses envolvidos no desenho de uma nova política de desenvolvimento capaz de harmonizar as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica. Ao mesmo tempo, permanece ainda em segundo plano o fomento a iniciativas de formação de redes sociotécnicas e de criação de novas cadeias produtivas.

Observou-se, portanto, que o desenvolvimento territorial local, sempre esteve atrelado à vertente econômica, na superação muitas vezes de dificuldades passadas pelas famílias. No entanto, estes problemas e a sua superação se tornaram impulsionadores da economia local, pois ajudaram a desenvolver a capacidade produtiva, desde a chegada dos imigrantes até o contemporâneo. O trabalho em família vem sendo um exponencial vetor para o crescimento local, como notado nos documentos históricos da trajetória de desenvolvimento, bem como visto por meio das entrevistas. Por outro lado, este fator dificultou a criação de cooperativas locais que buscassem uma representatividade dos atores locais dentro de um contexto municipal ou mesmo estadual.

Em resumo, nota-se que os processos de planejamento e gestão ajustados ao enfoque de desenvolvimento territorial sustentável na Colônia Santa Bárbara não estavam presentes nos diferentes momentos de sua trajetória, sendo um dos grandes desafios do desenvolvimento contemporâneo para o território. E os diferentes conflitos existentes nos mais variados campos do desenvolvimento, sejam eles, sociais, culturais, ecológicos, político-institucionais ou econômicos ainda não permitiram um entendimento acerca das iniciativas em potencial que podem vir a fortalecer a sustentabilidade do território.

CAPÍTULO III

PADRÕES DE INTERAÇÃO ENTRE *STAKEHOLDERS* NO CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No capítulo anterior foi realizada uma análise da trajetória de desenvolvimento do território de Santa Bárbara, indicando suas principais características e levando em conta o cenário atual. Agora, trata-se de evidenciar o “jogo-de-atores” envolvidos na dinâmica contemporânea de promoção do desenvolvimento local, procurando compreender melhor as relações de cooperação e conflito entre os mesmos e explorando as perspectivas de evolução dessa dinâmica nos próximos tempos.

Inicialmente, identificamos os fatores ligados à problemática socioecológica, ou seja, os aspectos da dinâmica de desenvolvimento que estão relacionados aos impactos ecológicos negativos ou positivos de projetos, programas e políticas de desenvolvimento do local. Na sequência, são abordados os aspectos socioeconômicos e os impasses que os diferentes grupos de atores vislumbram tendo em vista a promoção de mudanças nos sistemas produtivos baseadas nos princípios do desenvolvimento territorial sustentável na área. Num terceiro momento, o foco incide na maneira pela qual eles representam as dimensões especificamente culturais que marcam a área investigada. Finalmente, são colocados em discussão os fatores político-institucionais presentes nos discursos desses atores.

1 REPRESENTAÇÕES DA PROBLEMÁTICA SOCIOECOLÓGICA

A problemática vinculada a desestruturação do âmbito rural, é uma temática que neste subitem é tratada como (des)percebida pelos atores locais, bem como pelos agentes ligados ao Estado. Ela é percebida pelos atores quando relevados a menção da problemática dentro do território em análise, bem como notado fora dele pelos agentes ligados ao Estado, no entanto, se torna despercebida principalmente quando atribuído ao quesito econômico, no intuito de ser uma

pauta ainda deixada de lado, nas ações concretas vinculadas ao desenvolvimento local.

No entanto, como o turismo passa a cada vez mais fazer parte das ações de desenvolvimento para o local, esta problemática começa também a entrar nas discussões a respeito da preocupação da paisagem vinculada ao âmbito rural. E esta preocupação também estando direcionadas ao processo ligado as dimensões de reserva legal de terras, as quais passam a cada vez mais serem cobradas pelos agentes do Estado, como forma legal do aparato institucional do Estado para a regulação de ações para o desenvolvimento territorial.

1.1 A QUESTÃO SOCIOECOLÓGICA (DES)PERCEBIDA PELOS STAKEHOLDERS

As entrevistas que foram realizadas revelam que os vários problemas socioecológicos na área são percebidos de forma controvertida pela população. Um ponto digno de registro diz respeito ao processo de descaracterização da paisagem rural ocasionado pela expansão das monoculturas. Como já foi mencionado acima, o problema reside na descaracterização da estrutura fundiária criada nos primeiros tempos da colonização, impactando a pequena produção familiar. Além de a especulação imobiliária passar a incidir nas áreas de cultivo, as áreas nativas vêm sendo reduzidas a reservas legais.

Como sugere um dos atores entrevistados:

- Antes para você desmatar e limpar uma área era tranquilo, pois não tinha nada de fiscalização, e mesmo para você poder fazer um lote de plantio, tinha que desmatar, pois os lotes limpos eram poucos. Hoje já não é assim, você tem que pensar duas vezes antes de tirar uma árvore, pois se você é pego as multas são altas, e ainda você pode ser denunciado. O jeito hoje é só com liberação, se não tiver a papelada em mãos e com tudo pago, não dá para iniciar com o processo correndo. [...] mas isso por um lado é bom, já pensou se não fosse assim como estaria tudo [...]. (AM2)

Este processo de conscientização da complexidade envolvida na dinâmica de apropriação e gestão do patrimônio

natural e cultural tem acompanhado as mudanças processadas nas políticas públicas de desenvolvimento rural. Onde dependendo da quantidade de terras, o agricultor tem o compromisso de reservar uma parcela ou fração da terra para reserva legal, o que auxilia no processo de conscientização, pois caso o agricultor não esteja de acordo com o que a legislação prevê, primeiro acontece a autuação, havendo um tempo para esta adequação e caso esta não ocorra, havendo então o processo de multas. Ocorrendo em alguns casos, como visto a campo, de agricultores terem que comprar mais frações de terras, justamente para esta nova aquisição servir exclusivamente de reserva, pois a anterior não mais comportava a adequação.

Embora este processo seja decorrente no campo, e no território analisado, as entrevistas com os órgãos competentes de fiscalização e com as instituições não- governamentais demonstraram que o processo de conscientização está se intensificando a cada nova geração, devido justamente ao processo de trabalho que acontece nas escolas rurais, nos órgãos competentes em nível de Estado e com as empresas ligadas ao território.

Outro fator relevante, e que complementa o anterior, diz respeito à intensificação dos níveis de poluição dos rios que drenam o território analisado. A carga crescente de agrotóxicos aplicados nas lavouras acaba sendo carregada pelos cursos d'água, afetando seriamente a qualidade de vida das comunidades locais. O depoimento abaixo resgata a importância do problema aos olhos da população:

- Nós sabemos que esta água não é boa para fazer uso, pois principalmente quando o rio está baixo, nota-se como é sujo, pois não se encontra mais vida nele, porém aqui em casa o poço não dá conta para toda a propriedade, assim a gente deixa o poço apenas para a casa e uma ou outra coisa mais perto da propriedade, o resto a gente depende do rio, principalmente para o gado e molhar a horta quando está muito seco. (AP3)

Todavia, e ao que tudo indica, não existem ainda clareza e consenso entre os moradores acerca dos condicionantes e das implicações deste problema, se levarmos em conta que os

cursos d'água atravessam a área e acabam comprometendo a saúde e a qualidade de vida de outras comunidades em escala regional. Nos depoimentos coletados aparecem referências apenas a algumas ações de conscientização da população, além de iniciativas de reflorestamento das margens dos afluentes por parte dos setores público e privado. Não obstante, não foram mencionadas ações de enfrentamento pela base das decisões, em relação à produção de alimentos, a qual é atrelada à utilização de venenos que afetam a qualidade das águas e dos alimentos consumidos pela população.

Desta forma a problemática socioecológica na área estudada pode ser melhor entendida com base na análise de duas tendências diferenciadas: (i) o processo de descaracterização da paisagem rural, fruto da prática conhecida como *desertificação verde*, instaurado pelas monoculturas; e (ii) a poluição intensiva dos recursos hídricos.

Na realidade, as referências a tais problemas nas entrevistas indicam – como já salientamos acima – que eles ainda não fazem parte da agenda de discussões nas arenas de tomada de decisão sobre opções de desenvolvimento local. Neste sentido, provavelmente em decorrência das limitações do processo de descentralização do sistema de planejamento, o cenário vem sendo caracterizado por ações de enfrentamento meramente paliativas, apesar do Plano Diretor contemplar a necessidade de se preservar o patrimônio natural e cultural existente visando ampliar as potencialidades de desenvolvimento local mediante o turismo educativo. Persistem assim vários focos de degradação socioecológica que ainda não conseguiram ser incluídos nas pautas de prioridades dos atores sociais envolvidos na cena do planejamento local.

Finalmente, nas entrevistas, foram mencionadas também iniciativas voltadas ao resgate do patrimônio cultural, mas ainda desconectadas de uma abordagem que articule adequadamente a gestão dos modos de apropriação dos recursos naturais com a gestão das estratégias de desenvolvimento ecologicamente prudente e socialmente inclusivo.

2 A SOCIOECONÔMIA EM DEBATE

As entrevistas revelaram também dados expressivos sobre as percepções da complexidade envolvida na socioeconomia local. Mas as análises decorrentes colocaram em primeiro plano os depoimentos relacionados à tomada de consciência da necessidade de uma dinâmica de desenvolvimento sintonizada com a preservação da identidade cultural da área investigada.

2.1 FATORES CONDICIONANTES DA SOCIOECONOMIA LOCAL

As mudanças introduzidas nas práticas de cultivo com um viés produtivista têm gerado uma instabilidade crescente na dinâmica socioeconômica local, impactando, sobretudo a pequena produção familiar. Os atores entrevistados acreditam que esta instabilidade caracteriza os momentos de escolha do que produzir e de que forma gerir a comercialização do que é produzido:

- A lavoura hoje é uma loteria, se você der sorte de escolher a cultura certa e o tempo e estação te ajudar você produz bem, porém sempre tem a incerteza na venda também, pois sempre colocam o preço no seu produto e você não tem muita escolha. E como a gente precisa do dinheiro para já fazer a próxima lavoura, normalmente você fica preso aos preços que colocam [...]. (AP4).

No que se refere à comercialização, vale a pena salientar que as cotações de preço para a soja, o milho e o trigo, dentre outros produtos cultivados em regime de monocultura são realizadas por bolsas e moedas estrangeiras. Já os produtos gerados em regime de policultura familiar, destinados ao consumo interno, são cotados pelo mercado (interno), onde o governo muitas vezes assume a compra dos excedentes⁴⁰.

⁴⁰ Exemplos deste processo de aquisição dos excedentes acontece por meio de órgãos federais como a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) que por meio de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o ProHort (Programa de Hortigranjeiros) realiza a compra destes produtos. Além de programas estaduais que também auxiliam a Agricultura Familiar comprando

Seja como for, os depoimentos revelam que tanto os grandes como os pequenos produtores familiares vêm se defrontando com as limitações impostas por esta conjuntura na busca de um estilo de desenvolvimento mais autônomo, capaz de promover em primeiro plano as necessidades locais.

Buscando compreender melhor os fatores que influenciam diretamente a economia local, a safra 2013 gerada pelas monoculturas representa um exemplo contundente da instabilidade criada pela hegemonia do mercado competitivo atrelado à globalização neoliberal da economia e que é exemplo da influência gerada ao mercado interno local. Esta safra bateu recordes. Por um lado, devido às condições climáticas favoráveis em nosso País; e por outro, pelo fato da crise que afetava o continente norteamericano – considerado o maior concorrente do Brasil no comércio – ter sido influenciada, paradoxalmente, por fatores também climáticos. No entanto, já em 2014, a monocultura entrou em recessão, pois os índices de produção foram mantidos num cenário de queda substancial no preço das sacas. Fatores como este demonstra como o mercado externo tem o poder de afetar diretamente o desenvolvimento do local e a estabilidade econômica dos agricultores residentes. Este exemplo contrasta com a realidade da agricultura familiar, onde se destacam as dificuldades de escoamento da produção. Os depoimentos obtidos confirmam que, muitas vezes, os produtores desistem da comercialização dos excedentes das lavouras, devido ínfimo valor pago pela produção, e que esta acaba sendo utilizada como adubo orgânico para a próxima safra.

Visando contribuir para o enfrentamento desses problemas nos próximos anos, duas experiências emergentes merecem destaque. Uma delas é a Cooperativa da Agricultura Familiar de Palmeira. A qual apesar de contar ainda com poucos cooperados, seus dirigentes trabalham no sentido de atenuar as falhas de regulação da economia de mercado e intensificar o fornecimento de apoio técnico aos seus membros. Ela está credenciada para escoar a produção independentemente do tipo de produto e do volume cultivado. Já a outra experiência refere-se à Estação Experimental Campos Gerais, caracterizada pelo

fato de apoiar os agricultores mediante o controle fitossanitário dos cultivos e a difusão de técnicas de processamento dos excedentes capazes de assegurar maior durabilidade e agregar mais valor à produção local. Todavia, ambas permanecem ainda hoje com pouca visibilidade junto aos produtores. O relato abaixo parece confirmar essas impressões:

- Muitas vezes nós não ficamos sabendo destas organizações, ficamos sempre na prática que conhecemos, por ser mais conhecida para nós. As informações também, se a gente não for atrás, esses órgãos do governo não vêm até nós trazer informações. (VT2)

Diante disso, sobretudo os agricultores vinculados à agricultura familiar, valoram para a propriedade pluri-atividades e culturas rotatórias de plantio, além de práticas de processamento da matéria prima, justamente como forma de driblar ou minimizar os efeitos decorrentes de variações do mercado.

Desta forma, notaram-se com as entrevistas dos agricultores, que a maioria das dinâmicas decorrentes das propriedades rurais, não advêm de estudos sobre cenários de desenvolvimento ou pesquisas de produtividade do solo, baseados numa perspectiva de composição ao mercado. Mas pelo contrário, estas são estruturadas dentro de uma dinâmica do mercado presente, numa percepção da “lei da oferta”. Isto quer dizer que adaptam suas terras a cultura de plantio de maior rentabilidade. E como estas dinâmicas, na maioria das vezes não são de cultura permanente, possibilitam aos agricultores uma busca de melhores alternativas diante das possibilidades oriundas do mercado.

As entrevistas também revelaram que um amplo segmento de agricultores permanece à margem do processo de formação de “redes” – uma palavra-chave nas dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Elas são geralmente consideradas como mecanismos de coordenação e articulação, além de espaços de criação de vínculos de coesão territorial. Neste sentido, ajudam a criar sinergias, promovem a inclusão social, e o senso de compromisso e diálogo construtivo entre atores com interesses diferenciados, mas que compartilham a necessidades de angariar apoio dos setores público e privado (SOLARTE LINDO, 2006).

Neste contexto, Capra (1997) nos lembra que um sistema pode ser visto como uma rede capaz de se auto-organizar e de se auto-regular. Além disso, sua conectividade pode ser aprimorada quando o próprio “sistema” encontra “pontos de instabilidade” ou falhas a serem supridas não de maneira individual, mas coletiva. Por sua vez, ao se referir a esse tipo de estrutura social, Holling (1996) acentua as características de resiliência e aprendizagem adaptativa. Essas elaborações conceituais ajudam a demarcar aquilo que constitui o componente essencial das redes voltadas ao desenvolvimento comunitário, ou seja, a presença de um projeto coletivo pautado no fortalecimento das relações de cooperação e autonomia local (KRONEMBERGER, 2011).

E quando se trata de participação como elemento-chave para o desenvolvimento local, Kronemberger (2011, p. 54) argumenta que este conceito não deveria ser confundido com manipulação, ou com aquilo que Alves e Silveira (1998, p. 03) denominam “abordagem tutorial”, ou seja: “a comunidade vista como um sistema social homogêneo, ou seja, as estratégias de intervenção são lineares”. Ao contrário, espera-se que nos processos de desenvolvimento territorial, influenciado por redes, a participação esperada seja realmente interativa, permitindo que os atores sociais envolvidos se tornem responsáveis pelo dinamismo das ações de mudança social. Em outras palavras, o envolvimento ativo da comunidade em redes cooperativas estimula a aprendizagem social, ampliando a sua capacidade de buscar soluções para os conflitos e de se adaptar e responder aos desafios, assegurando o comprometimento com o futuro e o desenvolvimento local (BUARQUE, 2002).

Para a construção de uma governança democrática do território, Kronemberger (2011) orienta que o Desenvolvimento Territorial Sustentável deve ser um processo sistemático e compartilhado, um projeto construído com os atores sociais, e não para eles. Mas as entrevistas revelam que este projeto encontra-se ainda muito incipiente na área em pauta, que convive nos últimos tempos com um índice considerável de êxodo rural – sobretudo de jovens em busca de melhores condições de formação, onde poucos acabam retornando para assegurar a vitalidade da pequena produção familiar. Este posicionamento de alguns atores colide exatamente com a perspectiva de maturação da identidade do território, a qual é

reconhecida pelos entrevistados, diante das visitas a campo e que está favorecendo um processo de readaptação dos atores, numa dinâmica sinérgica para o local. Processo que por estar sendo criado pelos atores para os atores, esta diminuindo o processo de exclusão dos agricultores com menor produção, favorecendo a equidade a estas novas práticas de adaptação a comunidade e principalmente ao mercado.

E estas novas práticas, já estão sendo percebidas pelos atores, com o crescente índice do turismo rural ao território, o qual agrega de forma secundária a renda, pois propicia um maior consumo local da produção, principalmente em relação aos produtos e serviços coloniais e atrelados aos bens culturais e históricos.

Em síntese, embora os entrevistados reconheçam espaços de manobra para se avançar na direção de uma dinâmica alternativa de crescimento socioeconômico com identidade cultural em Santa Bárbara, ainda são poucas as ações consequentes que apontam neste sentido.

2.2 PRÉ-REQUISITOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA DO ENFOQUE TERRITORIAL

Diante da instabilidade do mercado, os produtores vinculados ao segmento do agronegócio têm investido na utilização de biotecnologias difundidas por corporações transnacionais e na compra de equipamentos que possibilitam aumentos consideráveis na produção de grãos por alqueire plantado. Em contraste, os agricultores familiares vêm apostando numa diversificação crescente de produtos que incluem desde as hortaliças e os frutos orgânicos, passando pela produção de uvas e seus derivados (sucos e vinhos). Procurando manter cadeias produtivas locais que agreguem valor à produção primária, gerando produtos coloniais como forma alternativa de concorrência face às grandes empresas. O depoimento abaixo reforça esta constatação:

- Nos últimos anos, o agricultor que tiver vontade, não passa mais necessidade, hoje mesmo que ele tenha uma pequena propriedade, com pouca terra, ele consegue tirar dela uma grande variedade de produtos, e em cima destes consegue uma parcela diversificada de produtos para

atender seus clientes. E o mercado tem visto isso, cada vez mais o mercado abre as portas para esses produtos coloniais e orgânicos, conseguindo sempre uma destinação certa aos seus produtos. Conseguindo assim sobreviver. (AP2)

Por sua vez, a busca de opções de certificação para a produção de orgânicos constitui uma outra faceta do cenário atual constatado em Santa Bárbara. Dessa forma, a intenção é angariar e suprir mercados alternativos em escala estadual e mesmo nacional. A certificação de procedência é obtida geralmente junto a universidades estaduais. No caso em estudo, duas instituições têm sido mobilizadas neste sentido: a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Mas como já foi salientado acima, esta busca conta com um número ainda reduzido de produtores - principalmente daqueles vinculados à agricultura familiar. A pesquisa revelou ainda, que embora os órgãos que trabalham diretamente com os agricultores, como é o caso dos sindicatos e cooperativas agrícolas, até o presente momento não realizam um trabalho de diferenciação destes produtos junto aos consumidores, este trabalho sendo restrito apenas aos agricultores.

A outra opção de certificação refere-se à chamada Denominação de Origem (D.O.), que vem se disseminando na área. No entanto, os agricultores contam com apenas uma modalidade hoje, a de produção familiar – o Selo de Procedência da Agricultura Familiar. Todavia, importa salientar que não se trata de um selo de origem específico para a Colônia Santa Bárbara. As entrevistas realizadas tendem a confirmar assim, que o próximo passo a ser tomado deverá ser norteado pela busca de uma certificação específica. Os entrevistados admitem que essas opções de certificação tendem a se disseminar pela área:

- Esta certificação para nós [agricultores familiares] é uma forma de diferenciar nossos produtos no mercado. Conseguimos assim vender mais, pois as outras comunidades ainda não parecem estar interessadas nisso. Até mesmo os agricultores aqui da colônia, no começo não davam muita importância, quando isso surgiu, agora você

vê essa certificação crescendo, aos poucos estão notando como isso pode ajudar, principalmente na hora da venda. (AP2)

Desta forma, este nicho de mercado poderia ser muito melhor explorado com base numa sensibilização mais intensa dos consumidores. Pois em sua maioria eles ainda desconhecem o diferencial dos produtos certificados – orgânicos ou com certificação familiar ou de origem - frente aos demais que são colocados em circulação.

Com esta condição criada, não só os agricultores que estão ligados a certificação se beneficiariam, mas sim haveria um fortalecimento da identidade cultural e histórica local, com esses produtos e serviços, além do turismo, o que contribuiria para todos os demais atores sociais envolvidos, se beneficiando assim, de maneira coletiva diante destes procedimentos, além do fortalecimento do processo de redes.

2.3 CONSENSOS E DISSENSOS

As iniciativas voltadas à construção de uma dinâmica alternativa de desenvolvimento com identidade cultural na colônia Santa Bárbara, com forte apoio dos agricultores familiares, vem sendo conduzidas em meio a vários conflitos de interesses no “jogo-de-atores”. Os depoimentos coletados permitiram colocar em evidência as seguintes situações problemáticas:

- a) Por um lado, constata-se a ausência de análises consistentes relativas às oscilações do mercado. O segmento de agricultores familiares não mantém relações homogêneas com o mesmo. O grau de fragmentação ou segmentação neste segmento ainda é elevado, predominando a ausência de diálogo “inter-pares” visando alcançar melhores condições tanto no nível da produção, quanto no do escoamento dos produtos. Eles tampouco se organizam para dotar a oferta de bens e serviços de maior visibilidade social.
- b) Por outro lado, foi possível constatar que os vínculos de solidariedade e cooperação vigentes na fase inicial da colonização vêm sendo desestabilizados pela emergência de um *ethos* com perfil mais individualista.

- c) Além disso, a possibilidade de uma construção identitária do território esbarra no reconhecimento de que os “jogos de poder” entre os atores sociais envolvidos vêm se reproduzindo de forma hegemônica. Em outras palavras, a conjuntura político-institucional do território, mesmo refletindo a busca de reformatação dos mecanismos usuais de gestão e planejamento, permanece ainda nitidamente aquém das reais necessidades de promoção da qualidade de vida das comunidades locais.

Assim, embora em menor proporção, no que se refere à ideologia do desenvolvimento territorial, este é marcado por condições individualizadas de caráter socioeconômico, promovida por ações desenvolvidas pela monocultura e que atingem de maneira vertical os demais setores e atores do território, devido justamente o fator econômico preponderar.

Desta forma, entendendo o processo de construção do território de Santa Bárbara, nota-se um problema complexo, porque este não pode ser alicerçado sobre uma base comum, a qual propõe Pecqueur (2000), no entanto, é encontrado neste o sentimento de pertencimento apresentado por Sabourin (2002). Ou seja, entende-se no território uma gama de problemáticas, as quais dificilmente podem ser colocadas sobre um problema comum, devido justamente divergências encontradas no ponto de vista econômico.

Em síntese, apesar da área investigada apresentar indícios de um processo de valorização da especificidade territorial, que leva em conta o surgimento de novos posicionamentos diante das oscilações do mercado, isto vem correndo num cenário de reprodução de desigualdades sociais e que comprometem a consistência das inovações sociotécnicas.

3 VISÕES DE CULTURA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

As entrevistas sugerem que a relevância dos fatores ligados à preservação da identidade cultural da área estudada sempre esteve presente no ideário do conjunto dos atores sociais. E no presente, com a valorização da produção local, bem como com o aquecimento do turismo na área, o tema tem emergido com frequência nos debates sobre o futuro do território.

Como já argumentamos antes, a modernização tecnológica promovida a partir da década de 1970 no meio rural brasileiro contribuiu para modificar substancialmente o tecido social das comunidades locais. Na área estudada, marcada pela presença da etnia polonesa, ocorreu uma reconfiguração dos aspectos identitários ligados ao território, com um remodelar da tradição. Alguns foram sendo aos poucos deixados de lado, no sentido de um enfraquecimento de práticas ligadas principalmente aos descendentes - a exemplo dos traços linguísticos, enquanto outros, como a descaracterização arquitetônica, conduziram a uma reformatação expressiva deste patrimônio. Não obstante, nota-se ali atualmente a formação de uma nova identidade, preocupada com o resgate histórico e mantenedor de suas tradições.

3.1 FATORES CULTURAIS, IDENTITÁRIOS E DO PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS

Hoje em dia o turismo vem se configurando na área como uma atividade que pode contribuir significativamente na difusão e na comercialização dos produtos locais. Vimos anteriormente como a modernização dos processos produtivos gerou mudanças importantes na configuração arquitetônica e paisagística da colônia. Nas construções recentes não houve a preocupação de manter o padrão estético trazido da Polônia, como o fino trabalho com a madeira ou, como salienta Imaguire Jr. (2008) a respeito do perfil das casas dos colonos poloneses do sul do Paraná, a reprodução de uma arquitetura sem arquitetos, a arquitetura dos artesãos, uma arquitetura da memória, a qual é feita à mão, mesclando técnicas e lembranças, construindo um futuro, mas projetando um passado, uma paisagem erguida pela mão do homem como arte depositária, e permanente, da memória coletiva transplantada para as novas terras. Alguns exemplos estão expressos nas imagens reproduzidas a seguir.

Figura 13 - Algumas das casas remanescentes da estética arquitetônica polonesa em Santa Bárbara



1



2



3



4



5



6



7



8



- 1 Antiga casa Gortczakoski
- 2 Casa Schaluf
- 3 Casa Scolimoski
- 4 Casa Ivanievski Scolimoski
- 5 Casa Hrycay
- 6 Casa Gross
- 7 Casa Covalski
- 8 Casa Riffert
- 9 Casa Gortczakoski
- 10 Casa Olibratoski

Fonte: Larocca Jr; Larocca e Lima (2008, p. 51)

Essas construções encontram-se atualmente em situação de abandono, carentes de reforma, sinalizando uma tendência de desvalorização de um potencial expressivo de valorização do patrimônio histórico-cultural como parte do fortalecimento de um novo estilo de turismo. Esta preocupação é percebida pelos atores locais que estão em busca de outras formas de preservação da identidade local – a exemplo da culinária, das festas típicas ou dos grupos folclóricos. Uma parcela expressiva das entrevistas permitiu evidenciar a importância das festas típicas como formas de resgate da tradição polonesa. Para os entrevistados, estes momentos reforçam o sentimento comunitário e de pertencimento ao território, fortalecendo os laços com os atores sociais locais, bem como com os que hoje não mais habitam o local, porém também são descendentes da etnia polonesa.

Figura 14 - Imagens do público presente na Festa típica polonesa, em agosto de 2012



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Os depoimentos confirmam um índice elevado de mobilização dos atores sociais locais na organização desses eventos de forma autônoma, sem financiamento externo:

- Só nas festas para os colonos se reunir assim, se você convoca uma reunião para debater a melhoria das estradas ou outros assuntos, por exemplo, apenas poucos

aparecem, agora quando é para estes fins, o povo é unido.
(VN2)

Outras iniciativas importantes de dinamização do setor turístico-educativo, mas de menor impacto social, vêm se concentrando no funcionamento do Museu Sítio Minguinho, além da produção de vinhos coloniais. Porém, os dados coletados confirmam que tais ações vêm sendo dinamizadas sem o apoio do setor público.

Existem diferenças marcantes de percepção do papel do patrimônio cultural junto aos diferentes grupos de atores sociais locais. Por um lado, uma parcela de agricultores viticultores e vinicultores (principalmente familiares) compreendem essas iniciativas como formas possíveis de atrelamento da política de turismo às peculiaridades da área, agregando assim valor aos produtos e serviços ofertados. Segundo Flores (2007) o estímulo à preservação do patrimônio local está ligado à estratégia de utilização do turismo como uma das mais importantes formas de divulgação do produto local. O fortalecimento do diferencial territorial torna-se, portanto, um suporte valioso para a valorização da identidade cultural advinda com a imigração polonesa.

Por outro lado, existem outros grupos de atores sociais interessados apenas na manutenção das tradições culturais. Eles consideram que estas manifestações estimulam a união e a solidariedade dos habitantes em prol de ações de interesse comum.

Da perspectiva dos agentes vinculados ao setor público, estas manifestações são consideradas tanto como uma estratégia de manutenção das tradições locais, quanto uma alavanca de dinamização do turismo em âmbito regional – e não apenas local. E as iniciativas privadas são vistas como geradoras de impulsos menos vigorosos, mas expressivos, visando agregar valor ao patrimônio cultural existente como um todo.

Não dispomos de evidências que comprovem iniciativas concretas da municipalidade – mediante a Secretaria de Cultura, por exemplo – voltadas à promoção do patrimônio histórico-cultural local. Acreditamos que estas manifestações persistem essencialmente como fruto de iniciativas endógenas - individuais ou coletivas – que revelam a presença, nos moradores, de um sentimento peculiar de “pertencimento ao lugar”.

3.2 ABORDAGENS CONTRASTANTES DA DIMENSÃO CULTURAL: MERCADOLÓGICA E IDENTITÁRIA

Segundo a UNESCO, uma definição sobre as atividades, bens e serviços culturais, podem ser entendidas como tendo um fim em si mesmo ou acrescentar para uma produção de bens e serviços, os quais possam ter seu valor ligado à especificidade da identidade do local, criando uma diferenciação diante da sociedade e dos mercados.

Por isso, a criação de uma especificidade para o valor do patrimônio cultural territorial pode possuir diversos objetivos, fatores estes que por sua vez estão atrelados aos diferentes interesses dos diversos grupos de atores sociais ligados ao território, bem como a toda sua base de tradição, ou seja, sua marca identitária (MOLANO, 2006).

A análise dos diferentes grupos sociais que interagem em Santa Bárbara revela que existem duas formas de preservação do valor do patrimônio cultural local. A primeira delas, de interesse principalmente dos agricultores familiares, repousa na atribuição de uma especificidade local, justamente como forma de valorização das práticas locais – em termos produtivos ou de oferta de serviços. Trata-se, assim, de valorizar o patrimônio cultural territorial entendido como um potencial de recursos típicos da área.

A este respeito, Albagli (2004) defende o ponto de vista segundo o qual esta forma de entendimento do que seja a *territorialidade*, atrelada à busca de interesses estritamente mercadológicos, pode desencadear um processo que tende a comprometer a resiliência⁴¹ ecossistêmica e o fortalecimento do

⁴¹ Resiliência é o “processo dinâmico de adaptação positiva em contexto de significativa adversidade” (LUTHAR; CICHETTI; BECKER, 2000, p. 546). Sendo uma abordagem, uma forma de pensar, que apresenta uma perspectiva para guiar e organizar o pensamento, fornecendo um valioso contexto para análise de diversos sistemas; Para Folke *et al* (2002) é uma área de exploração científica sob rápido desenvolvimento com implicações políticas para o desenvolvimento sustentável. Holling (1973) define resiliência como à medida que um sistema pode sofrer perturbação sem mudar para um regime diferente, reconhecendo a existência de diversos equilíbrios. Já Walker *et al* (2004) coloca que a resiliência pode ser considerada numa dupla perspectiva, por um lado enquanto conceito em si mesmo, que se refere à capacidade de um sistema absorver perturbações e reorganizar-se, enquanto está sujeito a forças de mudança, sendo capaz de manter o essencial das suas funções, estrutura,

capital social local. Segundo a autora, esta forma de entendimento torna-se ainda mais destrutiva se permanecer atrelada a interesses externos ao local, como forma de diferenciação e estratégia de marketing. Em contraponto, argumenta que esta estratégia pode permitir a formação de sinergias em torno de um novo senso de organização coletiva, com base na valorização das especificidades locais em termos de um patrimônio comum.

Com base nas entrevistas, pode-se pressupor que a especificidade do patrimônio cultural-histórico da área de Santa Bárbara está sendo utilizada para uma valorização dos produtos locais, visando agregar valor aos mesmos. A nosso ver, trata-se de um processo endógeno de dinamização socioeconômica com identidade cultural.

No entanto, essas inovações estão emergindo de maneira ainda fragmentada, na ausência de laços de cooperação e sinergia que poderiam projetá-las num patamar superior de consistência e funcionalidade. Pois elas permanecem atreladas a uma dinâmica de inserção nos mercados onde as dimensões da cidadania ampliada e da ecologização dos processos produtivos ocupam atualmente uma posição secundária. Como já assinalamos acima, as práticas de intervenção sinérgica, típicas do cenário de adaptação dos imigrantes poloneses, vêm se enfraquecendo ao longo do tempo e cedendo lugar a um *ethos* mais e mais associado à busca de competição nos mercados – inclusive na esfera da agricultura familiar. Este fator isolado,

identidade e mecanismos, ou seja, sem colapsar. Por outro lado, a resiliência aparece enquanto abordagem conceitual integrativa, colaborativa e interdisciplinar, compreendendo múltiplos conceitos e aplicações, que visa contribuir para trajetórias de desenvolvimento mais sustentáveis. Desta forma, Santos (2015) coloca que o conceito pode ser interpretado de diversas formas complementares, ou seja, como a quantidade de perturbação que o sistema suporta, mantendo-se no mesmo estado ou condição; como o grau em que o sistema é capaz de se auto-organizar (*versus* a falta de organização ou a organização forçada por fatores externos); como o grau em que o sistema consegue construir e aumentar a sua capacidade de aprendizagem e de adaptação (CARPENTER *et al*, 2001); ou como a magnitude da perturbação que pode ser absorvida, antes que o sistema mude a sua estrutura através da alteração nas variáveis e processos que controlam o seu comportamento (GUNDERSON; HOLLING, 2002). Assim de uma forma mais simplificada também se pode dizer que a resiliência é a capacidade de ser flexível (SANTOS, 2015).

mesmo tendo ajudado a elevar o nível de renda dos diferentes grupos sociais ali sediados e a promover a utilização de tecnologias alternativas, acabou contribuindo para reduzir sobremaneira a formação de vínculos de cooperação e de parcerias concretas - inclusive no grupo de agricultores familiares. Neste sentido, importa destacar novamente a importância das redes na formação da construção identitária do local. Pois elas podem auxiliar no processo de construção desta dinâmica, valorando e auxiliando as ações existentes e contribuindo para a abertura de novos espaços de manobra para iniciativas de mudança do *status quo*.

A segunda motivação importante refere-se ao grupo de atores que percebem nas iniciativas de manutenção do patrimônio histórico-cultural a intenção de promover o convívio comunitário, o fortalecimento das redes sociais e a preservação dos bens imateriais. Trata-se de práticas ligadas, sobretudo à organização de festas típicas ou religiosas, comensuradas ao resgate criativo da tradição polonesa - como mostramos ao longo do capítulo.

Fonte (2006) acredita que processos com este perfil incorporam uma re-elaboração permanente do patrimônio comum, numa construção social que é desencadeada pela sinergia entre continuidade e mudança, antigo e novo, tradição e modernidade. Por sua vez, Kuper (1999) ressalta que esta forma de vinculação ao território contribui para a ocorrência de fenômenos de aculturação que favorecem novas construções identitárias. E Hall (2005, p. 25) acrescenta que estas relações não são estanques no tempo e no espaço, tornando-se assim uma “celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais são representados ou mesmo interpelados diante dos sistemas culturais que estas habitam”.

A pesquisa revela ainda que, no decorrer da trajetória de desenvolvimento local em Santa Bárbara, a participação desses grupos sociais esteve em grande parte ausente. Esta característica pode ser melhor compreendida se levarmos em conta a identidade cultural polonesa num espaço que permaneceu, por muito tempo, “fechado”, para não dizer excluído da área de abrangência das políticas nacionais. Pois se tratava de uma colônia estrangeira, onde os moradores foram pouco estimulados a explorar o seu capital social. Além disso, o enfraquecimento progressivo dessas práticas decorre das

características peculiares da cultura política local e do estilo de intervenção do setor público.

Por fim, cabe ainda salientar, que se os grupos pertencentes ao território, os quais compõem esta rede de relações sociais do local, fossem estimulados a práticas ligadas à cooperação e à solidariedade, como colocado pelas entrevistas e constatado na construção histórica da trajetória de desenvolvimento, o apoio na construção da identidade territorial seria fortalecido, bem como auxiliaria na dinâmica de construção do pensamento sustentável.

4 OPORTUNIDADES E COAÇÕES IMPOSTAS PELA CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DOMINANTE

Na análise da trajetória de desenvolvimento da Colônia Santa Bárbara foram mencionadas as principais modificações ocorridas no sistema político local no decorrer das últimas gestões governamentais. Cabe agora analisar a criação de um novo Plano Diretor Municipal, além de políticas mais específicas destinadas ao meio rural, bem como à dinamização do turismo. Além disso, é importante levar em conta os principais fatores político-institucionais que guardam relação com os processos de governança, além dos fatores externo que tem afetado a funcionalidade das políticas existentes e gerado uma série de atritos entre os atores e agentes sociais sediados na área.

4.1 ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA GOVERNANÇA TERRITORIAL

A reformatação do território de Santa Bárbara, cuja base socioeconômica maior está atrelada a grande produção (agronegócio) e de maneira secundária a agricultura familiar, inaugura uma nova fase de reorganização da socioeconomia local. Alguns setores, como a Associação dos Moradores de Santa Bárbara, a BRASPOL, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Cooperativa da Agricultura Familiar passam a propor uma nova agenda de políticas públicas apostando na descentralização das tomadas de decisão e na necessidade de levar em conta os novos anseios da população local.

O setor privado desempenhou também um papel importante nesse processo, por meio de iniciativas autônomas de

fortalecimento do potencial de desenvolvimento. E no âmbito do setor público, o novo Plano Diretor Municipal veio estimular ações voltadas à descentralização das políticas de desenvolvimento.

Porém, as entrevistas demonstraram que estas ações são ligadas ao setor econômico mais forte, ou seja, ligado a produção de grãos, enquanto as demais produções, de menor impacto econômico, ainda não possuem uma efetiva representação diante das ações institucionais, ou são relegadas segundo relatos, a segundo plano.

A Cooperativa da Agricultura Familiar começa a despontar neste quesito, no entanto, por se tratar de uma instituição existente há apenas cinco anos no município, ainda não possui uma efetiva participação no território, boa parte por desconhecimento dos atores na correlação de suas práticas de ação. A BRASPOL e a Associação dos Moradores estando ligadas a ações mais culturais, sociais e religiosas, recaindo assim a representação maior ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como órgão de diálogo para as noções institucionais do território para com o município.

E todas as ações institucionais ligadas ao território, não sendo particulares, são voltadas a esfera socioeconômica⁴², assim os demais pilares como o cultural, o ecológico e mesmo o político não são efetivadas em formas de ação, como demonstra a fala de um agricultor da policultura orgânica:

- Nós que não nos encaixamos dentro do setor de maior produção, mas somos dos moradores mais antigos da colônia, somos em muitas vezes esquecidos pelas autoridades, não existindo políticas que realmente nos ajudem, no sentido de ajudar a nossa produção ou nossa vivência. (AP3)

No entanto, como notado após a realização das entrevistas com os atores locais, por menor que seja a parcela de

⁴² Exemplos destas ações são os projetos de extensão das plantações de uvas e de criação de carneiros na região, que visando suprir uma carência de mercado foram incentivados na área analisada. Sendo exemplos de ações institucionais socioeconômicas, mas que não fortalecem outras esferas como o caráter social, cultural ou político.

contribuição de cada organização, (in)diretamente está contribuindo para uma noção de descentralização das ações institucionais no território em análise. Pois, da legislação vigente no novo Plano Diretor, boa parte das manifestações mais específicas que foram incorporadas, ligadas ao âmbito cultural, arquitetônico ou mesmo atreladas ao turismo, foram direcionadas de ações horizontais. Ou seja, de manifestação pública, em solicitação a ações efetivas ligadas ao território, onde estas organizações tiveram peso na contribuição de ajustes ou acréscimos a ações de desenvolvimento para o território.

A própria consolidação de uma política voltada à promoção do patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e natural, presente na política pública de desenvolvimento territorial, vislumbrada no novo Plano Diretor Municipal é uma ação concreta neste sentido. A qual por meio desta promoção contribui para uma expansão do turismo, neste caso rural, e que por consequência, contribui com os agricultores expandindo seu mercado de atuação, não sendo apenas de venda externa, mas com alto fluxo também de venda interna.

Com este esforço investido por diversos órgãos ao território, foi notado nas entrevistas, um alto grau de pertencimento dos atores para com o local. Devido fator étnico também estar bastante presente, porém, estas atitudes de promoção ao local têm favorecido este pertencimento no sentido de valorização do território, e conseqüentemente, fortalecimento do grau identitário. Este item é demonstrado com a proliferação nos últimos tempos com os empreendimentos rurais e valorização do preço das terras.

Apenas, segundo entrevistas com lideranças locais, as propriedades ligadas ao patronato não têm sido vinculadas a esta nova identidade territorial, devido em grande parte estes agricultores da monocultura estarem atrelados a uma outra dimensão socioeconômica, e em alguns casos, estes não serem descendentes dos imigrantes precursores da colonização do território. Propriedades estas que não estão ligadas a produção colonial, no sentido de bens culturais e também não esboçam práticas turísticas.

Desta forma, como notado com as entrevistas, esta nova identidade territorial vem sendo delimitada, não pelo bloco econômico majoritário, formado por uma pequena parcela dos agricultores, mas pelo contrário, de ações coletivas favorecidas

por uma noção horizontal. Estas são realizadas majoritariamente por agricultores familiares, onde pequenas ações estão remodelando o território em prol de uma caracterização que esta buscando agregar valor aos produtos e serviços numa visão que primeiramente se coloca o econômico, mas que conscientemente se atrela as características identitárias e culturais, numa vertente de resistência a atual situação mercantil.

Estas novas ações desenvolvidas no território em análise estão favorecendo novas relações de poder, com ações multicentradas e desfragmentadas de um único pólo, as quais estão reforçando a ascensão de um novo grupo social local no território, fortalecendo um grupo que antes era isento da tomada de ações e estratificado socialmente na colônia, principalmente por fatores socioeconômicos e que hoje emerge no intuito competitivo de mercado com seus produtos e serviços. Cazella (2002) reforça este posicionamento, colocando que a exclusão social é desfragmentada com a construção coletiva de um determinado território e não com a participação efetiva de apenas uma parcela da sociedade local.

E entre este novo grupo, as entrevistas demonstraram a falta de representatividade dos agricultores, que em reuniões, as quais acontecem ocasionalmente, não pontuam fatores inerentes a cooperação ou solidariedade do processo, apenas se pontua fatores paralelos, como o social, cultural ou religioso. Como coloca o entrevistado:

- Os agricultores de Santa Bárbara não pensam em conjunto, cada um pensa somente na sua produção, assim cada um consegue um preço, onde deveria ser o contrário, se nós se uníssemos conseguiríamos melhores preços na hora da venda, mas infelizmente isso não acontece [...] (AP5).

Já os agricultores, ligados à Cooperativa da Agricultura Familiar de Palmeira possuem uma dinâmica regular de entrega da produção, que são enviadas às escolas municipais e estaduais, além de organizações não governamentais, como asilos, creches e APAI. Segundo relatos das entrevistas, por meio da cooperativa estes agricultores familiares possuem uma adequada assistência técnica, bem como tem acesso a tecnologias corretas de manuseio para com a produção,

garantindo assim um nível de qualidade dos produtos ofertados. No entanto, como já mencionado anteriormente, apenas uma pequena parcela destes agricultores familiares está cooperada, a grande maioria estando limitada diante desta produção, já que se encontra isolada desde o processo do plantio à venda dos produtos, bem como também no seu processamento. Diante disso, os entrevistados colocaram que a cooperação, seja pela visão dos agricultores patronais ou familiares, acontece somente diante da visão econômica, e os demais processos se encontram ainda em aberto em relação aos próprios agricultores, como tecnologias e demais processos de informação que envolvem o território.

Desta forma, como os agricultores se encontram sem representatividade, este espaço é preenchido pelo mercado, no qual os agricultores têm que se adequar sem correlação de entendimento ao espaço de produção. Este espaço em aberto, também não é contemplado pelas cooperativas existentes, nem pela visão dos sindicatos. Assim, das entrevistas realizadas, compreende-se que não existem espaços onde a participação dos agricultores seja efetiva, em relação ao nível político-institucional, principalmente ligados ao setor socioeconômico e por consequência ao desenvolvimento territorial. Como mencionado anteriormente, todas as ações voltadas a estes processos são individuais e particulares, demonstrando assim, a diferenciação de poder existente dentro do próprio território.

A visão individualista presente no território, notada nas entrevistas, dificulta assim uma perspectiva de formação cooperada entre os atores sociais, devido em grande parte à diferenciação dos arranjos produtivos locais, os quais produzem, processam em alguns casos e fornecem a mercados distintos, dificultando assim a criação de um sistema capaz de representar de maneira mais ou menos homogênea os interesses locais, como vislumbrado em alguns arranjos produtivos agrícolas franceses e italianos, por exemplo (SCHIMANSKI; BRONOSKY, 2011).

E segundo as entrevistas, o poder público diante destes casos não tem atuado de maneira efetiva, contemplando apenas algumas demandas sociais junto ao território. Embora colocado nas entrevistas, que os partidos políticos se diferenciam nas propostas junto às áreas rurais, num intuito de suprir

necessidades, estas na prática não são visualizadas dentro do desenvolvimento da região.

Por outro lado, na visão dos agentes ligados as representatividades do âmbito público, a participação dos atores sociais nestes quesitos sempre foi ínfima. Na formulação do novo Plano Diretor Municipal, em suas discussões públicas, embora convidados a participar, principalmente as representatividades locais, estes poucos estímulos tiveram na contribuição da elaboração das propostas. Como notado, o município ainda carece de um espaço político-institucional, no qual os atores sociais tenham uma efetiva participação e contribuição. Assim, suas demandas são colocadas de maneira casual, desprendidas de uma ideia de perspectiva sistêmica, a qual possa vir a ser complementada em um curto, médio ou longo prazo, afetando assim diretamente a construção identitária do território dentro de toda a sua extensão.

4.1.1 Considerações sobre o Plano Diretor Municipal

Poder-se-ia entender a “participação popular” como o conjunto de pressões que “a população” exerce sobre o poder político, por ocasião da tomada de importantes decisões de interesse coletivo. Esta participação se dando em debates públicos oficiais, convocados tanto pelo Legislativo como pelo Executivo. No entanto, quando analisado, nota-se que não existe “a população”. O que existe são classes sociais ou setores ou grupos da população, e nesta correlação com o Plano Diretor, a classe dominante se faz maioria em relação à classe dominada, ou seja, esta continua ausente da participação de tomadas de decisão (VILLAÇA, 2005).

Villaça (2005) coloca que esta falta de democracia se dá justamente por haver uma chamada “maioria silenciosa” e uma chamada “minorias atuantes” a qual exerce decisões sobre uma coletividade.

Assim, no caso do território analisado, o fato de minorias terem debatido o Plano Diretor, numa cidade de aproximadamente 40 mil habitantes, não desmerece o debate. O que desmerece é a abismal diferença de atuação e poder político, entre a minoria que atuou no debate dos problemas da minoria e a ínfima minoria (principalmente se for proporcionada à população) que pouco compareceu e quase nada debateu sobre

os problemas de interesse da maioria. Não debateu, apesar de seu pequeno comparecimento por que seus problemas não faziam parte da pauta de debates. O que desmerece assim é a abismal diferença de participação e de interesse entre as classes envolvidas.

O novo Plano Diretor, instituído em 2014, não contempla ainda diretrizes para a construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável para as áreas rurais. Mostra-se hoje bastante limitado, principalmente no que tange aos mecanismos de implementação da legislação em vigor. Além disso, as entrevistas⁴³ permitiram evidenciar as limitações do Poder Público municipal no planejamento e na gestão do desenvolvimento do território. Este contexto vem sendo fortemente influenciado pelo nível ainda restrito de envolvimento dos atores sociais nos espaços de tomada de decisão, apesar de algumas das novas cláusulas embutidas no novo Plano apontarem no sentido da reversão dessa condição.

Assim, até que ponto podemos dizer que este plano é eleito como expressão de participação popular nas reais necessidades de seus cidadãos?

Os debates e audiências públicas sobre o Plano Diretor representaram, sem dúvida, um aprimoramento democrático no debate público de leis importantes no País e nos municípios, caso do município analisado. Neste sentido, houve avanço. Entretanto, como notado, esse avanço foi restrito a uma parcela tão pequena da população e a uma parcela tão restrita do território e dos atores sociais, que a conclusão inevitável é que eles estão ainda muito longe de serem democráticos, já que não conseguiram atrair o interesse da maioria. Essa reflexão representa uma rica experiência reveladora de como poderia ter sido a participação popular caso o Plano Diretor conseguisse interessar à maioria da população, principalmente se esta estivesse organizada em torno dos problemas reais atrelados ao desenvolvimento territorial, e caso deste estudo, ligado às áreas rurais como o território analisado (VILLAÇA, 2005).

⁴³ As entrevistas neste contexto da pesquisa se referem aos questionários aplicados a Prefeitura Municipal de Palmeira, e respondidos por meio das Secretarias de Agricultura (PP2), Turismo (PP1), Ação Social (PP3) e Planejamento Urbano e Rural (PP4).

Embora o município de Palmeira disponha de uma Comissão de Desenvolvimento Territorial, formada por agentes públicos sediados em diversas áreas, esta se reúne de maneira esporádica, contemplando ações mais voltadas ao âmbito urbano e as demandas específicas dos agricultores em termos de apoio aos processos produtivos têm permanecido em segundo plano. Isso também é visto em depoimentos de alguns entrevistados, onde colocam que o município carece ainda hoje de diretrizes especificamente voltadas para o meio rural.

E apesar da implementação deste novo plano vislumbrar aspectos culturais, sociais e arquitetônicos das comunidades rurais, como é o caso da colônia Santa Bárbara, estes fatores permanecem, em sua maioria, atrelados a uma visão economicista das alternativas de intensificação do turismo.

No entanto, apesar da nova visão político-institucional colocada pelo Plano Diretor Municipal criar espaço para a descentralização dos processos decisórios, contando com mecanismos de gestão participativa, existindo espaços de manobra para a adequação destas novas diretrizes, há na realidade um contexto de baixa participação popular - como indica a entrevista realizada com o Secretário de Planejamento Urbano e Rural:

- Embora tenha havido a mobilização por meio de avisos as comunidades, as suas lideranças e também no rádio, que possui grande alcance, houve mínima participação da sociedade, principalmente rural, ligada as assembleias de discussão em torno do Novo Plano Diretor do município. Infelizmente as pessoas ainda não têm a consciência da importância da sua participação para a construção conjunta dos objetivos e metas que o município deve planejar para um curto, médio e longo prazo. (PP4).

Villaça (2005) coloca que decorre desta reflexão a ilusão criada ao Plano Diretor, pois dele decorre o abismo que separa o seu discurso da prática da administração municipal e da desigualdade que caracteriza realidade do desenvolvimento municipal, onde inúmeros problemas ainda continuam descobertos, devido processo ineficiente de construção das pautas que deveriam constar no corpo do texto do Plano Diretor Municipal.

O mesmo autor, ainda menciona que o planejamento, seja urbano ou rural no Brasil, e caso do território analisado, representado pelo Plano Diretor, está a exigir uma revisão radical, ou seja, pela raiz. Todos os seus pressupostos precisam ser questionados. Todos, sem exceção. A partir desse questionamento, é fundamental que o conteúdo do Plano Diretor e seus métodos sejam redefinidos de baixo para cima. A maioria deve recusar o plano e o debate pautado pela minoria. O debate deve vir de baixo para cima e não ser um evento ao qual a maioria comparece convidada pela minoria. Os problemas e suas prioridades devem ser definidos pela maioria e esta deve recusar qualquer constrangimento por “não entender o planejamento” de sua cidade, papel repassado como de prática apenas política e não cidadã. Assim, os técnicos têm que ser postos a serviço dessa maioria e da solução dos problemas que elas pautarem (VILLAÇA, 2005).

Em resumo, o novo Plano Diretor Municipal de Palmeira, embora ainda limitado em vários aspectos, vem abrindo novos espaços de discussão que problematizam a necessidade de avanços no sentido de um novo modelo de desenvolvimento ecologicamente prudente, endógeno e sensível à valorização da dimensão identitária na área em estudo, com características a autonomia coletiva e a autoformação. Embora também constatado que este é construído por uma minoria atuante, a qual devido desconhecimento dos problemas reais enfrentados na área e ligados a seu desenvolvimento, proporcionam diretrizes genéricas e até mesmo ineficientes a uma real necessidade dos atores sociais locais. Problema este que por sua vez estará ligado diretamente às ações de planejamento do desenvolvimento do território, numa perspectiva de curto, médio e longo prazo, onde diante desta supressão de falhas do planejamento do desenvolvimento recai ao individual e privado as ações que deveriam ser do coletivo e do público.

4.2 FATORES EXTERNOS E INTERNOS

Analisando a produção local, a produção de cereais (soja, milho e trigo) constitui a principal base econômica do território e sendo uma das produções que atualmente mais enfrentam concorrência, pois são cotadas segundo bolsas estrangeiras, assim sofrem impactos tanto da produção nacional quanto

internacional. E numa escala menor no território, porém com grande impacto também, principalmente na agricultura familiar, se destacam a produção do fumo, hortaliças e a produção do leite.

Duas organizações vêm se destacando no debate sobre alternativas nos âmbitos municipal e estadual: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira e a Cooperativa da Agricultura Familiar de Palmeira. Ambas auxiliam também os produtores na gestão financeira e na ocupação de nichos de mercado.

Nestes espaços de discussão, que vêm se tornando mais amplos pelo fato de defenderem não só a produção na colônia Santa Bárbara, mas também nas demais comunidades e no município como um todo, os debates focalizam, sobretudo os aspectos econômicos. Trata-se assim de fortalecer em primeira linha as cadeias produtivas em curso, em busca de índices crescentes de competitividade nos mercados. Pressupondo-se que as políticas apontando nessa direção são condicionadas por decisões tomadas em níveis mais abrangentes de planejamento e gestão, a colônia Santa Bárbara vem se ressentindo dessas coações. Pois as opções assumidas no nível nacional são condicionadas pelo cenário de inserção do País na dinâmica de globalização, comandadas pelas corporações transnacionais. E como está havendo um crescimento dessas cadeias produtivas, principalmente no Centro-Oeste do País, os níveis de produção bruta se reduzem e conseqüentemente afetam os investimentos feitos na área em pauta.

Segundo os relatos obtidos no trabalho de campo, a colônia de Santa Bárbara é prejudicada pelo fato da produção de cereais estar sendo cotada para venda com base em moeda estrangeira. Permanece assim refém da instabilidade da balança comercial nos níveis nacional e internacional. Além disso, outras cadeias produtivas como a de fumo e de hortaliças são influenciadas por fatores ligados às oscilações climáticas. Embora o município ocupe a quarta posição em termos de produção bruta, movimentando valores de 523 milhões de reais, na produção referente ao período de 2012 – 2013⁴⁴, estes dados são relativos. Pois a produção de cereais apresentou, no mesmo período, uma taxa acentuada de crescimento nos valores finais

⁴⁴ Dados retirados da Revista do Produtor Rural. Gazeta de Palmeira. Nº 01 – Julho de 2014, p. 6 – 7.

de venda, fruto de um desabastecimento principalmente do mercado mundial por causa de forte período de secas na América do Norte. Isto acabou afetando seus índices de produção e comercialização. Diante deste quadro, tanto os agricultores patronais quanto os familiares vêm sendo compelidos a buscar alternativas por conta própria.

Apesar dos esforços investidos na busca de alternativas no campo do planejamento e da gestão, não foram encontradas na comunidade analisada evidências que pudessem ser correlacionadas à criação de um sistema de co-gestão dos recursos naturais de uso comum compatível com uma estratégia de DTS (BERKES, 2004). As entrevistas revelaram a reprodução de uma lógica fortemente centrada nos ganhos de competitividade individual e, ao mesmo tempo, a existência de algumas iniciativas inspiradas na retórica de um desenvolvimento sensível à problemática socioecológica e ao fomento da identidade cultural da Colônia.

A competitividade das empresas presentes no território e a ausência de um processo efetivo de representação dos atores sociais ali presentes indicam a reprodução de um padrão de governança marcado pelo peso desigual dos setores economicamente mais fortes. Diante deste cenário, o território limita suas possibilidades a um processo de estruturação de gestão integrada e de forma participativa, instaurada no interesse comum do patrimônio cultural.

Até o momento da realização da pesquisa, não surgiram no território processos de reorganização capazes de diversificar o olhar para a visão da rede de poder local. E as ações realizadas pelos órgãos presentes, em se tratando de ações deste âmbito não estão sendo conotadas pelos atores entrevistados dentro do território em análise. A este respeito, Cazella (2005) nos lembra que a presença de movimentos sociais ativos constitui um pressuposto inalienável para o êxito de uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável.

Outro item importante, em se tratando da construção de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável, é o estatuto de autonomia dos grupos de atores sociais envolvidos (GALTUNG, 1998). As entrevistas com os atores sociais locais demonstraram que poucos deles conseguem realizar transações atualmente com base nos seus reais interesses do ponto de vista socioeconômico. Mas embora sofram influência de coações

impostas por conexões institucionais transescalares, eles vêm ganhando aos poucos melhores condições de reversão desse quadro de subordinação. Para tanto, o peso da identidade cultural que caracteriza a Colônia tem contribuído para a formação de novos mecanismos de articulação entre as empresas familiares locais e o mercado externo.

Vimos que a descentralização proposto pelo novo Plano Diretor Municipal disponibilizou uma nova esfera de discussão diante dos fatores de governança. No entanto, ainda não garantiu uma participação plena de todos os atores sociais neste processo. Como indicam as entrevistas, os arranjos institucionais em vigor continuam alimentando, do ponto de vista da regulação econômica, os mecanismos tradicionais de estratificação social – sobretudo no meio rural.

Em síntese, embora existam evidências de avanços no processo de governança, o funcionamento do sistema político local permanece deficitário no que tange à promoção da participação plena dos cidadãos nas tomadas de decisão relativas aos rumos da dinâmica de desenvolvimento socioeconômico na área.

E em se tratando de alguns fatores históricos analisados na trajetória de desenvolvimento, notou-se um desdobramento ainda maior destes no contemporâneo com o jogo dos atores, ligados ao alargamento das fronteiras de produção e a tecnologia empregada ao campo, com seu processo de modernização. Estes demonstraram um empreendedorismo de ações em prol da viabilidade econômica e altos índices de competitividade de mercado, diante dos produtos e serviços ofertados.

No entanto, ao mesmo tempo em que estes itens foram determinantes para a construção da trajetória do desenvolvimento da área, constituíram fatores de ameaça para a sustentabilidade social do território. Ou seja, estes fatores corroboraram para o individualismo local e para o bloqueio de ações de cooperação entre os atores sociais.

Desta forma, para que o presente território construa um real projeto de desenvolvimento territorial sustentável, como será vislumbrado no capítulo final desta pesquisa, destaca-se:

- a) que os atores devem compreender o enfrentamento econômico diante do mercado, com um processo de promoção à cooperação local, a qual por sua vez pode

- abrir espaços significativos para o conjunto e não apenas ao individual;
- b) que o território deve ainda valorar seu perfil *sui generis*, numa construção coletiva da característica identitária cultural, para que fatores como estes possam ser um agregador de valor aos produtos e serviços, ocasionando assim uma diferenciação perante o mercado e abertura de novos nichos de escoamento da produção local e;
 - c) que a participação democrática e integrada que hoje ocorre à margem, tome um papel central diante desta nova reformatação do local, colocando os atores como sujeitos de sua ação e não relegados a segundo plano, como vislumbrado principalmente com os grupos “excluídos”, não pertencentes à elite econômica local.

5 SÍNTESE

A socioeconomia da área investigada baseia-se na agricultura familiar, a qual constitui a base do seu capital social. E o dinamismo deste processo de produção tem favorecido a inserção nos mercados não só locais, mas também estaduais e nacionais. Este dinamismo vem concorrendo com a implantação de novas opções de cultivo consideradas mais rentáveis na atual conjuntura – como é o caso do agronegócio. As chances de uma dinâmica de reformatação desse cenário à luz do ideário de um estilo de desenvolvimento sustentável territorializado – e, portanto, dotado de identidade cultural - parecem depender do dinamismo da agricultura familiar. No cenário atual, ela responde por inovações importantes no cenário local. Uma reconstrução da identidade cultural originária encontra-se diretamente ligada ao interesse das unidades familiares em aprofundar a vinculação com uma estratégia agroecológica e em expandir a atual rede de comercialização.

Mas essa perspectiva permanece ainda muito distante do ideário de uma dinâmica territorial de desenvolvimento ecologicamente prudente e socialmente inclusiva. Salientamos neste sentido as carências em termos de um tecido social baseado na cooperação e a solidariedade, compensando as coações impostas pela lógica profunda da economia de mercado.

O novo Plano Diretor Municipal abriu espaços para uma discussão mais ampla sobre processos de descentralização e integração das políticas públicas. Mas esta dinâmica permanece ainda hoje embrionária. A participação ampla da população nos espaços de planejamento e gestão das estratégias de desenvolvimento ainda é muito restrita e ineficiente.

Porém, acreditamos que a perspectiva de maturação da criação de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável pode ser considerada possível. Como justificativa desta asserção, consideramos que o Plano Diretor incorpora a criação de novas estratégias de desenvolvimento sensíveis aos critérios normativos de autonomia local e equidade – a exemplo de novas opções de turismo cultural. Esta preocupação, embora embrionária se manifesta não apenas na visão dos gestores governamentais, mas também no posicionamento das organizações civis, dos sindicatos e das cooperativas.

Em resumo, não obstante as suas inúmeras lacunas e inconsistências, o novo Plano Diretor Municipal de Palmeira aponta no sentido da criação de novas modalidades de articulação de interesses e canalização de demandas da sociedade civil no território. Além disso, valoriza a mobilização criativa do patrimônio histórico-cultural local na construção de alternativas socioeconômicas.

Em contraponto, a pesquisa revela inúmeros bloqueios relacionados à consciência ainda restrita da população acerca dos condicionantes dos problemas socioecológicos vividos na área, além do peso de uma cultura política marcada pelo viés clientelístico e que permanece atrelada ao imperativo de crescimento material a qualquer custo.

Com base nas análises realizadas, e antecipando aquilo que deverá ser tematizado de forma mais elaborada no capítulo seguinte, acreditamos que a construção negociada de uma estratégia considerada viável de DTS na área deverá levar em conta: (a) uma valorização mais efetiva das especificidades locais, resgatando, sobretudo o capital social existente e o patrimônio histórico-cultural; (b) a busca de apoio governamental às iniciativas voltadas à consolidação das práticas agroecológicas mobilizando os agricultores familiares, e (c) a recriação do sistema de gestão ao mesmo tempo integrada e participativa da base de recursos naturais e do espaço territorial, incorporando fatores de redução máxima da instabilidade dos

mercados e ampliação dos fluxos de redistribuição da renda gerada na socioeconomia local.

E como a solidariedade dentro do território é encontrada em demais fatores, principalmente nos âmbitos culturais e religiosos, este não foi excluído das práticas comuns dos atores sociais, este apenas se encontra ausente do vetor socioeconômico, devido supremacia da evolução do campo, a qual trouxe a visão individualista de produção. E que dentro de uma melhor constituição institucional da área, pode ser transplantado para um entendimento cooperativista, auxiliando assim, todos de uma maneira geral diante de seus interesses.

Este fator, pode ser melhor desenvolvido com uma ação endógena, a qual pode ter mais espaço a Associação de Moradores, que hoje releva demais itens em suas pautas, menos a ideologia de cooperação diante do processo econômico.

E diante dos fatores culturais, a análise demonstrou que pelo relativo aumento da renda dos atores sociais de Santa Bárbara, este contribuiu para uma perda dos segmentos associados ao patrimônio cultural do local, onde algumas práticas foram substituídas a outras num processo de homogeneização cultural, ou seja, diante da cultura maior (brasileira), a menor (polonesa) tende naturalmente a transformar suas práticas tradicionais num processo de influência (homogeneização) diante dos fatores externos. Desta forma, algumas práticas, como a arquitetura das casas eslavas e práticas atuantes dentro da cultura, culinária, dança, aspectos religiosos e o fator linguístico também vem apresentando perdas.

CAPÍTULO IV

RUMO A UM POSSÍVEL CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL COM IDENTIDADE CULTURAL

Nos capítulos anteriores, delineamos inicialmente os fundamentos conceituais, teóricos e normativos do enfoque de DTS, caracterizamos a área em estudo e sua trajetória de desenvolvimento desde a época da colonização, analisamos as interrelações envolvendo as representações, atitudes e iniciativas dos atores sociais envolvidos na dinâmica de desenvolvimento local – sempre ressaltando a pertinência de uma visão sistêmica das dinâmicas de desenvolvimento centrada na compreensão das interrelações entre suas dimensões: socioeconômica, sociocultural, político-institucional e socioecológica.

Neste capítulo o foco incide na elaboração de uma análise de prospectiva territorial para Santa Bárbara. Para tanto, levamos em conta tanto uma extrapolação das tendências de “mau desenvolvimento” que se tornaram dominantes, quanto um cenário ideal ajustado ao enfoque analítico adotado. À luz das recomendações de Johson e Marcovitch (1994), acreditamos que este tipo de ferramenta de análise torna-se essencial na busca de compreensão da dinâmica de sistemas complexos em horizontes de longo prazo.

1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Na elaboração de cenários alternativos de desenvolvimento territorial sustentável, a mobilização de indicadores socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos atualizados desempenham um papel crucial. Mas o nível da regulação sociopolítica merece destaque na medida em que abriga os conflitos de percepção e de interesse gerados pela formação de um bloco de agricultores familiares agroecológicos. Canalizando novas demandas aos tomadores de decisão, eles pressionam no sentido da criação de novos espaços de discussão e novos instrumentos de planejamento e gestão.

No campo socioeconômico, constatamos evidências acerca da modernização agrícola na área, no espectro que se estende da produção *in natura* ao processamento mobilizando tecnologias de ponta. Mas também de exclusão social e êxodo rural, decorrentes de um estilo de desenvolvimento que privilegia o agronegócio em detrimento do modelo familiar.

No campo sociocultural, encontramos iniciativas de valorização do patrimônio histórico-cultural que convergem no sentido da recriação de uma nova identidade cultural herdeira do *ethos* típico da fase de colonização.

Por fim, no campo socioecológico constatamos um aumento da preocupação pela preservação da paisagem natural que se alia à promoção de um novo tipo de turismo. Somam-se a isto a presença de organizações civis sensíveis ao ideário ecologista e atuando em espaços de conscientização da população.

A seguir, as evidências assim estruturadas deverão ser submetidas a uma análise mais precisa capaz de iluminar melhor os condicionantes internos e externos da configuração atual da área em foco.

2 ANÁLISE DE DRIVERS INTERNOS E EXTERNOS

No campo sociopolítico, os atores consultados consideram o estilo de desenvolvimento de Santa Bárbara centralizador e atrelado à busca de soluções fragmentadas e de curto prazo para os problemas vividos pela população. O ideário político dominante estaria assim restringindo os espaços de diálogo e compartilhamento de poder e responsabilidades que associamos ao exercício da cidadania ampliada. Mesmo as inovações que vieram à tona com a criação de um Plano Diretor ainda não condizem com as reais necessidades dos agricultores atualmente.

No campo socioeconômico, as inovações geradas de forma endógena permanecem circunscritas ao âmbito das restrições impostas pela configuração das práticas de regulação da atividade econômica. Pois, por possuírem nível econômico condizente, este dado favorece a práticas individuais, principalmente com a facilitação a créditos do mercado, os quais disponibilizam tecnologia para o plantio, o cultivo, para a colheita até o processamento. E como, a policultura tem maior

quantidade de adeptos, devido à configuração espaço-geográfica da área agricultável, embora a monocultura tenha maior espaço dentro das culturas manejadas, este segmento ainda sofre com baixo índice de adesão ao cooperativismo e busca de certificação dos produtos produzidos, processos os quais são entendidos como fatores agregadores de renda as famílias, bem como critério de valorização do patrimônio cultural e de fatores identitários do território.

Embora o território conte com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Cooperativa da Agricultura Familiar, o nível de repasse de conhecimentos técnico-científicos aos produtores ainda é muito restrito.

Em relação ao campo socioecológico, como já assinalamos acima, ao mesmo tempo em que percebem as evidências de degradação na área, os moradores não chegam a se conscientizar do seu papel de co-produtores desse cenário. A descaracterização da paisagem natural e a contaminação dos solos, das águas e dos alimentos gerada pela agricultura patronal ainda não se tornaram objeto de uma tomada de consciência capaz de impulsionar movimentos de resistência nos espaços de gestão.

Por fim, no campo sociocultural, as iniciativas de alguns setores da população voltadas à recriação do patrimônio herdado da fase colonial parecem estar correndo o risco de alimentarem um estilo de turismo que vai à contramão do ideário do DTS-IC.

3 CONDICIONANTES EXÓGENOS E ENDÓGENOS DA DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO

3.1 OS FATORES EXTERNOS COMO CONDICIONANTES

A análise de fatores externos que condicionam as tendências de evolução do setor agrícola familiar na área estudada levou em conta quatro tendências, a saber: *manutenção, afirmação da qualidade e da identidade, realocação e rearranjo*, e, finalmente, *exaustão* (FLORES, 2007).

A *tendência de manutenção* reflete a síndrome da instabilidade político-institucional constatada na área. Caracteriza-se pelo predomínio de um sistema de gestão setorializado e desarticulado, contribuindo assim para que os novos arranjos produtivos permaneçam carentes de apoio. A

exemplo disso destaca-se os produtos certificados que devido uma demanda não pontual do mercado, este cenário é construído diante de ações particulares e individuais e não de maneira coletiva. Sua produção sendo entendida como esparsa e sua natureza e produção são determinadas pela oferta mercantil. E diante de uma análise do mercado, o consumo da produção é valorado ao convencional, devido ainda desconhecimento por muitos consumidores dos produtos certificados e sua demanda sendo então resultado do predomínio do valor do produto e não necessariamente do contexto no qual foi produzido ou de sua qualidade.

Já *tendência de afirmação da qualidade e da identidade* reflete a mobilização do capital social em prol de novas práticas de produção e consumo, onde prevalece à busca de maior qualidade dos produtos, tanto a nível primário quanto de processamento. Trata-se de uma tendência ainda embrionária na área.

A terceira, marcada pelos vetores de *realocação e rearranjo*, implica uma ampliação dos circuitos de comercialização para atingir outras regiões, exigindo processos de reconstrução da identidade cultural.

E por fim, a *tendência de exaustão* a qual é caracterizada pelo agravamento das falhas institucionais, no sentido de não ter uma base de interesse de mercado, atrelado a uma parte legislativa integradora. Levando assim, em muitas vezes, a uma instabilidade econômica dos produtos e serviços ofertados, devido em grande parte a concorrência com as demais esferas produtoras, que instigam quantidade e não qualidade ou uma certificação, ou ainda a marca de identidade a produção e seu sistema. O mercado e seus consumidores, diante desta situação estando indiferentes a esta especificidade, este reflexo sendo demonstrado com base na oferta de mercado.

Todas as tendências demonstradas acima, se tornam interdependentes, pois contribuem para um eixo de reflexão que fortalece as dinâmicas que valorizam a especificidade da produção, como é o caso do território analisado e sua marca identitária. Tendências que colaboram para que por meio da especificidade local de produção, esta agregue valor aos produtos e serviços e contribua para a dinâmica sustentável do território.

Com este entendimento, um território que se organiza em torno de uma produção variada de produtos, como é o caso do local analisado, este pode sair em vantagem, desde que dentro desta dinâmica haja um processo de conscientização do capital social diante de um projeto que releve a identidade do território, como marca de especificidade territorial, elegendo de maneira cooperativa e integrada sua gestão. Pois como é demonstrado, caso os fatores externos tenham abertura, o arranjo de produtos e serviços é prejudicado pela ineficiência competitiva, a qual é marcada por ações individuais e quebrando o processo endógeno de um projeto sustentável.

Por outro lado, como já apresentado no segundo capítulo, o mercado agrícola é valorado pela balança comercial mundial, o que quer dizer que os mercados externos diante do tamanho de suas produções e competitividade colocadas a estes produtos, principalmente a nível econômico (devido tamanha escala de produção) afetam os cenários territoriais locais, e estes cenários sendo formados por expressiva parcela de agricultores familiares.

Porém, se relevados os cenários de tendência a realocação e rearranjo, bem como o cenário de qualidade e identidade dos produtos e serviços, o território demonstra um fortalecimento destas práticas que valorizam a produção e dinamizam o território. Nesse sentido, os desdobramentos já notados no território a respeito destas tendências buscam uma atribuição de valor agregado as suas produções e cada vez mais abrem espaço para a viabilidade econômica destas ações. E estas ações podem envolver o capital social, no sentido de mobilização e resgate a demais práticas culturais atreladas ao território, as quais contribuam para manutenção do patrimônio cultural do local.

Assim, para entender melhor este processo e concentrar mais dados para a construção de cenários é importante analisar quais são os fatores também internos pertinentes ao território e seus atores dentro desta dinâmica social, e por sua vez entender que ligação estes fatores produzem ao cenário externo.

3.2 OS FATORES INTERNOS E SUA DINÂMICA NA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS INTEGRADOS E SETORIAIS

O primeiro fator relevante refere-se ao peso do *ethos* individualista no tecido social, que influencia o perfil do modelo de gestão dos recursos naturais, do espaço territorial e da qualidade dos habitats. Trata-se de um modelo ainda bastante centralizado e pouco sensível à heterogeneidade dos grupos sociais presentes no território.

Alguns outros critérios analisados também estão atrelados ao fator socioeconômico, como por exemplo, os fatores ligados a competitividade mercantil e capacidade empreendedora diante das ações tomadas no território. A autonomia do território, em se tratando do fator econômico é um item importante na análise diante de suas relações externas e também internas em referência à região. Esta autonomia tendo a capacidade de se desdobrar em duas linhas, a primeira podendo ser fator de exclusão social, devido atividades econômicas desenvolvidas no local, bem como pode gerar a cooperação na área, como vislumbrado na pesquisa diante dos demais pilares sociais.

Outro fator denotado na análise interna do território é como o fator socioecológico é (des)percebido pelos atores sociais, diante principalmente das práticas ligadas a atividades econômicas, as quais ao mesmo tempo que veem a problemática dentro de uma perspectiva de crescimento no local, principalmente dentro de um curso temporal, também não conseguem se colocar como agentes indutores destas práticas. Isso demonstrando na área a inobservância a respeito do problema socioecológico, o qual se encontra desprezado de compromissos éticos e de uma visão ecossistêmica do desenvolvimento.

Por fim, diante da análise dos fatores internos, é discutido o fator sociocultural, que é um dos vetores principais atrelados ao desenvolvimento local. Este, por se tratar de uma colônia de imigrantes, que por um processo longo de exclusão social, fez com que suas práticas identitárias culturais fossem ainda mais fortalecidas num país que não era o seu de origem se caracterizou como preponderante no fortalecimento das redes locais, bem como no capital social do território. Este vetor gerando ainda, como percebido com as entrevistas e visitas a

campo, um alto grau de participação comunitária e cooperação entre os diferentes grupos sociais, fator este que como apresenta o capítulo primeiro desta pesquisa, se torna uma perspectiva na construção do ideário de uma sustentabilidade para o território.

Estes fatores internos atrelados ao território de Santa Bárbara em suas mais variadas configurações demonstram o papel de como o processo de desenvolvimento territorial está acontecendo e sendo determinante assim na construção de sua trajetória. No entanto, como os territórios não vivem isolados, estes por ação antrópica, na trajetória de desenvolvimento será influenciada por fatores externos, os quais estarão ligados a perspectiva setorial de mercado, que como visto na análise, não sofre apenas influência estadual ou nacional, mas também internacional diante das suas dinâmicas de produção, já que o território se configura com pluri-atividades.

E diante de uma configuração de mercado, o qual é marcado pela competitividade que favorece as práticas individuais, e que por sua vez trabalham dentro da agregação de valor a produção dentro da quantidade de produtos ofertados, isto quer dizer sem o atrelamento da especificidade territorial ao produto, esta tendência de consolidação desfavorece o território dentro da construção da valorização do patrimônio cultural, por meio de sua caracterização identitária e que não contribui para a consolidação de um viés pautado pela cooperação e responsabilidade diante de uma realidade ecossistêmica – problemática ecológica, itens essenciais dentro da estratégia de desenvolvimento territorial valorado ao sustentável.

No entanto, em contraste a esta visão, cresce no território, uma caracterização de produção, com forte valorização das especificidades identitárias locais, formada principalmente pela agricultura familiar e que busca por meio desta agregação de valor aos produtos coloniais um diferencial competitivo, pautado pelo empreendedorismo das ações e guiados a consolidação de um mercado, devido fortalecimento da variação de produtos industriais para com os certificados e orgânicos, como visualizado pelo cenário de qualidade e identidade e de realocação e rearranjo vistos anteriormente. Porém, como estas ações são individuais e paralelas dentro do território e não estão fortalecidas com uma base de gestão integrada da área, estas dependem da autonomia dos fatores internos para seu

desenvolvimento, o que compromete a dinâmica de desenvolvimento sustentável para o território.

Estas composições diante do território possibilitam uma formação diferenciada e alternativa da composição de cenários de desenvolvimento para o território de Santa Bárbara. Ou seja, se ações com tendência de valorização das características identitárias locais se tornarem preponderantes, como apontam a análise dos dados pesquisados e o forte crescimento e fortalecimento destas práticas, dependendo estas de seus rearranjos e realocações, estas podem obter as seguintes variáveis:

- a) maior agregação de valor ao produto local, fortalecendo a cesta de bens do território e a comercialização de seus produtos e serviços, ocasionando assim, desenvolvimento econômico;
- b) o fortalecimento das redes sociais, permitindo o arranjo institucional do território e oportunizando a dinâmica territorial valorada ao patrimônio cultural e suas especificidades identitárias e;
- c) com a valorização do patrimônio cultural do território é construído um desenvolvimento mais fortalecido de maneira endógena, não sendo completamente refém de adventos externos, isso propiciando uma lógica sustentável, já que com o fortalecimento da gestão descentrada, o uso cooperativo dos recursos naturais comuns obteria melhor tratamento com a finalidade de investimento nas práticas de turismo, as quais também ajudariam no desenvolvimento socioeconômico da área.

4 POTENCIALIDADES E BLOQUEIOS

Com base nessas considerações preliminares, como formatar de maneira mais precisa os dois cenários mencionados acima? E como pensar as condições gerais de viabilidade socioeconômica, sociocultural e sociopolítica do cenário de DTS-IC na colônia de Santa Bárbara?

4.1 PROSPECTIVA DE UMA DINÂMICA TERRITORIALIZADA

Os critérios que consideramos essenciais para uma caracterização dos dois cenários estão esquematizados no Quadro 03 abaixo.

Quadro 3 - Cenários alternativos de desenvolvimento territorial para a colônia de Santa Bárbara

CENÁRIO DE CONTINUIDADE DO <i>STATUS QUO</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Limitações do sistema de planejamento e gestão do desenvolvimento. • Nível restrito de exercício da cidadania ampliada. • Ideologia economicista na base do processamento político-institucional de demandas. • Ênfase no agronegócio em detrimento da agricultura familiar. • Perda gradual de vínculos com o patrimônio cultural herdado da fase de imigração polonesa. • Degradação intensiva de ecossistemas e paisagens com medidas compensatórias.
CENÁRIO DE DTS-IC
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ecologização</i> do sistema de planejamento e gestão (co-gestão adaptativa, subsidiaridade, orientação de longo prazo, limitação de irreversibilidades, governança territorial). • Fortalecimento gradual da agroecologia e criação de sistemas produtivos locais inovadores e integrados. • Resgate criativo do patrimônio histórico-cultural e formação de uma identidade territorial com perfil <i>sui generis</i>. • <i>Ecologização</i> do tecido cultural local.

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

CENÁRIO DE CONTINUIDADE DO *STATUS QUO*

Este cenário é marcado pela reprodução de uma trajetória de desenvolvimento centrada na busca de crescimento econômico a qualquer preço. A socioeconomia local permanece norteadas pela agroindústria guiada pelo exterior. Na esfera político-institucional, prevaleceria a tendência de centralização e elitização dos processos de tomada de decisão no campo das

políticas públicas e perda de capital social. Ainda no âmbito da socioeconomia, aumentariam os riscos de privatização generalizada de recursos de uso comum e hegemonia do turismo de massa ecologicamente predatório e socialmente excludente.

No campo cultural, a tendência dominante seria uma perda gradual de vínculos com o patrimônio histórico-cultural e também de diversidade de estilos de vida. O efeito de homogeneização do tecido social poderia contribuir para desgastar as condições de viabilidade de um tipo alternativo de turismo de base comunitária.

Por fim, no campo ecológico, as perspectivas seriam de agravamento dos focos existentes de degradação dos ecossistemas existentes, ameaçando cada vez mais a saúde e a qualidade de vida da população nos níveis local e regional, em relação à paisagem rural.

CENÁRIO DE DTS-IC

No cenário de sustentabilidade com identidade cultural, a regulação econômica levaria mais em conta as especificidades do contexto cultural da área na gestão dos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. A intenção seria privilegiar o resgate do rico patrimônio histórico-cultural herdeiro da colonização polonesa, num esforço de dinamização da economia local onde a agricultura familiar de base agroecológica ocuparia um lugar de destaque.

O sistema de planejamento e gestão sofreria mudanças paradigmáticas, no sentido de promover a inclusão efetiva da sociedade civil nos processos de tomada de decisão sobre os rumos da dinâmica desenvolvimentista. Além disso, procuraria atender melhor às necessidades de impulsionar iniciativas endógenas de dinamização sociotécnica, diminuindo ao máximo possível a dependência em relação ao ambiente externo à área – sem incorrer nas ilusões do auto-centramento autárquico. Tais iniciativas buscariam apoio de novas parcerias público-privadas sensíveis ao agravamento da problemática socioecológica em todos os níveis – do local ao global.

O turismo cultural seria impulsionado como parte de uma estratégia interessada em gerar soluções diferenciadoras e não homogeneizadoras - relativamente a outras áreas e regiões do estado e do País, de geração de emprego e renda. Pressuporia

o apoio governamental para a valorização e o fortalecimento do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, bem como do capital social. Fatores como a cooperação e participação estariam mais presentes diante das práticas de desenvolvimento atreladas ao local.

Por fim, este cenário leva em conta a atualização do princípio de prudência ecológica que constitui um dos pilares da proposta de DTS-IC.

4.2 COAÇÕES GERADAS PELA FORÇA DE INÉRCIA DO MODELO DOMINANTE

A forma de desenvolvimento do território de Santa Bárbara, o qual vem sendo alicerçado nas últimas décadas, é ambientado dentro de um cenário de influência externa. E o caráter endógeno do local, com esta prática vem sendo consideravelmente afetado, devido o caráter socioeconômico estar atrelado a esta competitividade mercantil, a qual revela em suas práticas uma dinâmica predatória do ambiente. Assim, diante de um cenário de mercado, o qual não releva as especificidades da caracterização dos produtos, os fatores identitários presentes no território tendem numa perspectiva de médio prazo a um enfraquecimento das dinâmicas que vem em sentido oposto, ou seja, uma forma de produção que por meio de suas especificidades locais, busque uma diferenciação dos produtos e serviços, numa caracterização da identidade territorial e valorização do patrimônio cultural da área.

Diante deste cenário de competitividade mercantil, onde o comprador (consumidor) não releva as características identitárias e culturais dos produtos, por meio de uma certificação que embasa esta prática, o mesmo é centrado numa prática de relevância da esfera econômica, menor preço, confrontando-se assim com uma estratégia local de diferenciação de produtos (coloniais e orgânicos) numa forma de produção em pequena escala, distinta da produção em cadeia/massa. Dessa forma, o território diante deste processo de desenvolvimento que esta embasada mostra uma atenuante de fragilidade diante de um cenário contemporâneo altamente competitivo, pois parte do pressuposto que os consumidores farão esta diferenciação dos produtos. O que pode diante de um cenário atual não ocorrer ou pode acontecer de maneira muito limitada, afetando assim as

práticas e dinâmicas em desenvolvimento no local, não proporcionando grandes expectativas de crescimento diante de um cenário atual.

Diante das entrevistas e análises realizadas a campo, estas demonstraram que o poder público, bem como o campo setorial privado não demonstram iniciativas de promoção desta capacidade, ou seja, o de influenciar os consumidores para práticas de consumo que relevem a especificidade de produção local, assim como sua valorização no rol de um cenário tão plural de produção de bens de consumo. Assim, a forma de intervenção no mercado consumidor é pequena, o que pode problematizar a disseminação desta variedade de produtos produzidos no local em relação ao mercado.

No entanto, o setor público com ajuda do privado, não possui capacidade para intervir no ambiente externo de produção e consumo, porém obtém papel importante na construção de cenários favoráveis de diferenciação para que esta ação seja possível. O âmbito público podendo realizar um papel de promoção do capital social em prol da participação e configuração de estratégias, que articuladas com o local produtor criem um cenário favorável a esta dinâmica. Abramovay (2002) coloca a respeito que o setor público pode ajudar nesta formação, com uma forma de intervenção que praticada pode intervir (fortalecer) os campos alternativos diante de uma realidade altamente competitiva e como se demonstra atualmente, bastante consumidora.

Assim, com base neste cenário, e diante de estratégias bem estruturadas, no entanto, individuais e setorizadas, é possível encontrar dinâmicas que incentivam a prática de fortalecimento da diferenciação das especificidades dos produtos e serviços, os quais estão construindo uma base em contraposição do cenário adverso criado⁴⁵.

Desta forma, embora haja uma construção territorial descentrada dos vetores de crescimento do desenvolvimento local, ou seja, favoráveis as dinâmicas alocadas no território, este fator enfraquece a perspectiva de crescimento da área,

⁴⁵ Como exemplos podem ser citados a Cooperativa da Agricultura Familiar e a Estação Experimental Campos Gerais, que trabalham com os agricultores familiares dando-os respaldo técnico e prático, que auxiliam na prática de fortalecimento e diferenciação das especificidades da produção local.

fragilizando as relações existentes entre os atores sociais (principalmente da agricultura familiar), pois se veem vulneráveis perante as pressões de mercado, e onde se encontram pressionados pela competitividade setorial existente. Sendo observado um crescimento econômico segmentado na região analisada, porém desagregado em relação a um território em desenvolvimento, valorado a dinâmicas sustentáveis, e, portanto, previsível diante da influência dos fatores externos.

4.3 NOVOS DESAFIOS NO “JOGO-DE-ATORES”

A concretização de viabilização de cenários para o território de Santa Bárbara é dependente da perspectiva de ação dos grupos de atores sociais locais, os quais podem definir qual cenário é mais propício para o futuro da comunidade. Desta forma, este subitem se detém a uma análise que releva o comportamento dos atores, realizada anteriormente na análise do “jogo dos atores” de modo a apresentar uma perspectiva de cenário numa visão de “continuidade às dinâmicas desenvolvidas” e de “desenvolvimento territorial sustentável com Identidade Cultural” já que diante do cenário atrelado ao socioeconômico, sua discussão foi em síntese realizado no subitem anterior.

Este momento é importante, pois demonstra uma compreensão a respeito dos fatores favoráveis e obstáculos que o grupo de atores pode sofrer, no intuito de tomada de ação diante dos cenários propostos. Esta discussão oportunizando ainda, um demonstrativo do tipo de relações criadas nos diversos setores, como com os próprios atores sociais, os agentes externos, Poder Público, bem como com a base de mercado e consequentemente, seus consumidores, contendo elementos importantes dos diferentes indicadores: político-institucional, socioeconômico, cultural e ecológico.

Cenário de continuidade do *status quo*

O cenário de *continuidade do status quo* tem como base a trajetória de desenvolvimento dos atores sociais locais, vigente hoje, bem como o jogo de poder também existente. No entanto, diante do cenário analisado é constatado que uma dinâmica socioeconômica existente no território, a da monocultura,

continuará com sua ênfase de desenvolvimento, atrelado a uma ideologia contrária a da maior gama dos atores locais. E dentro desta territorialidade, apenas uma fração dos agricultores se beneficiará com o processo de identidade territorial. Os quais, por processo individualista de produção e processamento conseguem atrelar a marca do território aos produtos de consumo produzidos, beneficiando assim suas marcas. E os demais atores, que não se encaixam nestes dois padrões, conseqüentemente continuarão segregados dentro de um limite econômico reduzido de produção ou escoamento dentro do local, atenuando índices de exclusão como demonstrados já anteriormente. Desta forma, como a base de desenvolvimento territorial se constrói em uma estrutura organizacional frágil, devido número reduzido de atores ligados a uma compreensão de cooperação no local, o processo se vê limitado diante de uma perspectiva de consolidação identitária do território.

E como o processo de governança territorial conta com pouca participação dos atores locais, o poder continuará, diante deste cenário, centralizado nos grupos detentores de maior viabilidade econômica, que dentro do território estão ligados ao patronato, à monocultura, reduzindo assim a perspectiva de fortalecimento do capital social local com base na possibilidade plural de ação que poderia ser tomada, como revelado no cenário de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural.

Com este cenário, notar-se-á que o acompanhamento desta forma de promoção do território não será contemplado por todos dentro do território, devido modelo de produção adotada, bem como a estratégia de mercado instaurada. Assim, como o acesso comum é restrito ao desenvolvimento, este cenário possibilita o aumento dos níveis de exclusão do processo de tomadas de ação dentro do território, seja no planejamento ou gestão, contribuindo assim para os índices de êxodo rural. E os remanescentes que não se enquadram dentro das perspectivas demonstradas terão que buscar de maneira individual, como acontece no território, formas alternativas de venda e escoamento da produção, bem como formas de atrair o turismo.

Para agravar este quadro, os fatores ligados a preservação do patrimônio cultural da colônia, dentro deste cenário, se torna pouco relevante, gerando assim perda gradual dos fatores identitários do local, com apenas manutenção da identidade

étnica. Sendo assim, este agravante contribuirá para os conflitos ligados ao poder dentro do território, resultante de uma segmentação de interesses ligados a este quadro.

Como colocado por Scheren-Warren (1998), no capítulo primeiro desta pesquisa, a busca da cooperação entre os diferentes grupos sociais do território obtém importância no sentido de complementaridade na ação coletiva, desenvolvendo uma forma de parceria em prol do desenvolvimento agregado a preservação da identidade cultural, o que se torna interessante como estratégia para a economia, com a valorização do patrimônio existente na territorialidade.

Neste sentido, é destacado o papel de pertencimento à comunidade, como colocam Santos (2002) e Brunet (1990). Assim, como as entrevistas demonstraram, existe no território de Santa Bárbara um alto grau de pertencimento ao local, no entanto, este se encontra com um processo de enfraquecimento do capital social, percebido pela redução da ação comunitária diante da própria gestão e planejamento local, bem como nas redes de relações sociais existentes.

Desta forma, o processo de construção da identidade territorial de Santa Bárbara é enredado em uma relação de poder, a qual é ditada por uma pequena parcela de agricultores, principalmente patronais, lógica que está presente na teoria de Sabourin (2002) e Paulillo (2000) de que a formação identitária de um território está diretamente ligada à rede de poder local que a executa. Cazella (2002) define este processo como *elitização do desenvolvimento*, onde a estratégia territorial é gestada e planejada pela rede detentora de maior poder no território, excluindo o envolvimento dos demais segmentos ou os ignorando. Assim, esta forma de governança reduz uma visão descentrada, endógena e equitativa de desenvolvimento, itens essenciais para *um outro desenvolvimento*, o sustentável (SACHS, 1996).

Sendo assim, diante deste cenário de “continuidade do *status quo*” este como se sobrepõe uma visão individualista, a qual é planejada e gestada por uma pequena fração de atores do local e contribui para um enfraquecimento do capital social local, abre espaço para a influência externa, dirigida pela ação mercadológica, o que torna menos efetiva a consolidação de um desenvolvimento territorial sustentável.

Cenário de DTS-IC

O cenário de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural conta com uma visão de aumento da cooperação no processo de desenvolvimento local, além de obter práticas de solidariedade, as quais são essenciais para um desenvolvimento endógeno e equitativo, marcas deste cenário.

Alguns fatores caracterizam este cenário, como primeiro a ampliação da base de cooperação entre os agricultores locais, principalmente da agricultura familiar, com produção na policultura e com propriedades caracterizadas pela pluriatividade⁴⁶. Este primeiro fator é caracterizado por um melhor planejamento e gestão dos itens ligados ao socioeconômico, pois auxiliam no controle e dinâmica dos preços, diminuindo a instabilidade vinculada pelo mercado diante dos processos de venda.

Como dito acima, o aumento das pluriatividades no território teria também maior ênfase diante deste cenário, o que seria um vetor de agregação de renda às famílias e ao território, principalmente com a captação de renda advinda do aquecimento do mercado interno e consolidação dos bens produzidos, bem como dos serviços territoriais, índices bastantes influentes, devido aumento do turismo (enoturismo e turismo rural) a região.

Outro fator bastante influente neste cenário é o crescimento da participação dos diversos grupos de atores, nos processos de planejamento e gestão do território, o que fortaleceria a gestão local, diminuindo assim, os fatores internos de exclusão social, fator ainda denotado no cenário anterior.

Um terceiro fator é o patrimônio cultural e a identidade territorial, fatores que neste cenário são ampliados, no sentido de valorização territorial, o que contribui para ações cooperadas de âmbito socioeconômico, dinâmicas que fortalecem o capital social do território. Esse processo, segundo Flores (2007) aconteceria devido modernização da parte produtiva associada

⁴⁶ Pluriatividades neste contexto se refere às várias dinâmicas desenvolvidas dentro dos limites de cada área agricultável, ou seja, uma propriedade que não se restringe apenas ao plantio de culturas rotatórias (milho, trigo, etc.), mas potencializa sua área com uma diversificação de atividades, que podem desdobrar práticas como a agricultura orgânica, o enoturismo, o turismo rural, etc.

com a valorização dos hábitos e da cultura do território, a qual está presente na cesta de bens e serviços, porém com significativo interesse pelo patrimônio imaterial existente. Dessa forma, como desdobramento desde cenário há a valoração da identidade e dos produtos vinculados ao local, assim como um fortalecimento do campo turístico, que traz a possibilidade de ampliação da territorialidade.

Como quarto fator, este cenário propicia a diminuição da problemática ecológica, pois contribui para um processo de conscientização endógeno ao território, que relevado por uma legislação vigente, contribui ao capital social local uma participação neste sentido, onde os atores se veem como indutores a mudança e não apenas como segregados diante de uma realidade inalcançável. As alianças das redes no território contribuindo com a preservação, devido não apenas cooperação, mas solidariedade no processo de gestão da área.

No último fator, cabe mencionar a ação pública, que neste cenário é entendida de maneira descentralizada e articulada com o território dentro de espaços de participação político-institucional que, ao mesmo tempo fortalecem o capital social no território, com a ampliação da tomada de ação e configurando espaços de manobra para a negociação das dinâmicas inerentes ao processo de desenvolvimento territorial sustentável.

Nesse cenário, o campo das certificações fica mais evidente, tanto a certificação da agricultura familiar como a orgânica e ampliando para a certificação de origem (identitária-territorial), processos que contribuem para o desenvolvimento endógeno do território, pois ampliam as possibilidades dos atores internos em relação à influência externa, do processo de competitividade mercantil, além de auxiliar na dinâmica de consolidação da perspectiva de territorialização do desenvolvimento, este com marcas identitárias.

Segundo Holling (1998) a dinâmica de um desenvolvimento territorial valorado ao sustentável ganha mais força, quando internalizado a correlação sociedade – natureza por parte dos atores e agentes sociais envolvidos neste processo. Por meio desta internalização, também acontece à valoração do patrimônio, que deve ser entendido numa perspectiva de co-gestão adaptativa no território. E este patrimônio, se referindo tanto a uma dimensão natural, ligada à paisagem do rural, como pela dimensão física, estrutural,

ambientada no território, assim como sua base imaterial ligada a cultura, costumes, religião. Traços estes, como relevados pela pesquisa, que embora o território tenha grande influência externa, estes índices de patrimônio se encontram bastante enraizados nas práticas e dinâmicas do capital social existente no território da colônia Santa Bárbara.

Assim, diante do cenário de *desenvolvimento territorial sustentável com identidade cultural* para o território favorece aos atores sociais uma dinâmica atrelada ao cuidado com o patrimônio socioambiental, com a viabilização socioeconômica dos grupos de atores, o crescimento da participação dos atores nas práticas de planejamento e gestão de seu território, sendo estes, elementos que estariam presentes na dinâmica de composição deste cenário. Este ainda sendo formatado para um processo de co-gestão com base em sistemas complexos, o qual está ligado diretamente aos fatores socioeconômicos, culturais-históricos (como emana o território analisado), assim como o ecológico, onde a institucionalidade ou processo de governança do local permitiria uma efetiva participação da gama de atores pertencentes ao território, diminuindo consideravelmente, os índices de exclusão social e êxodo rural.

5 SÍNTESE

Cabe agora uma síntese dos principais resultados obtidos pela pesquisa e o delineamento de pistas para pesquisas voltadas ao aprofundamento dos diagnósticos descritivo, explicativo e prospectivo que foram efetuados.

Análise territorial

A colônia de Santa Bárbara faz parte da zona rural do município de Palmeira, colônia esta bastante marcada por um viés histórico imigratório polonês, que por meio de sua trajetória de desenvolvimento gerou um capital social marcado por práticas de empreendedorismo social e altos índices de cooperação comunitária. No entanto, também é marcada pela exclusão e demonstração de baixos índices em relação ao diálogo relacionado à dinâmica de desenvolvimento do próprio território. Essas condições contribuíram para o fortalecimento dos índices de pertencimento ao local, bem como o aumento das práticas

individuais ligadas à esfera socioeconômica, permitindo assim aos atores locais disponibilizarem de um aumento na renda familiar, além de atendimento as necessidades sociais básicas. Todo este território alicerçado sobre a base da agricultura, predominantemente familiar, valorada dentro das práticas da policultura, além dos tecidos territoriais configurarem pluriatividades dentro de suas propriedades, fortalecendo assim os bens e serviços do território.

Sendo assim, o território de Santa Bárbara conseguiu se integrar à dinâmica de desenvolvimento socioeconômico da região, o qual é marcado como um dos celeiros de grãos do estado do Paraná. Base estrutural esta que, há décadas (desde meados de 1970 como demonstrou a construção histórica da trajetória de desenvolvimento do território) vem re-configurando o espaço local, devido à expansão das monoculturas de grãos e à descaracterização da estrutura fundiária da época da colonização.

Essa reconfiguração reflete o modelo de desenvolvimento neoliberal que se tornou hegemônico em escala global. No entanto, na área investigada vem emergindo iniciativas que desvelam possibilidades ainda pouco exploradas de dinamização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica afinadas com um modelo alternativo de desenvolvimento. Tais iniciativas estão fortemente apoiadas na produção orgânica de alimentos e no fomento de um novo tipo de turismo cultural que valoriza o patrimônio histórico-cultural existente.

Com base nessa síntese do que apresentamos nos capítulos 2 e 3, delineamos a seguir os elementos essenciais de um cenário prospectivo à luz do enfoque de DTS-IC e exploramos as condições gerais de viabilidade do mesmo.

Um dos pilares de sustentação de uma estratégia de DTS-IC diz respeito ao fortalecimento do *senso de pertencimento ao lugar e dos vínculos de solidariedade* (ALBAGLI, 2004; BRUNET, 1990; SABORIN, 2002; SANTOS, 2002). No contexto contemporâneo, a composição de produtos ligados à reconstrução da identidade territorial vem crescendo, o que auxilia na legitimação de novas propostas de desenvolvimento local em regime de economia mista. No entanto, a solidariedade, processo característico na formação histórica da colônia de imigrantes poloneses, ao longo do tempo perdeu força.

A pesquisa revelou que, apesar da fragilidade dos laços de solidariedade na dinâmica de gestão da socioeconomia local, o tecido sociocultural vem sendo fortalecido. Mas ele entra em conflito com a hegemonia dos interesses voltados à reprodução do modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio e gerador de impactos sociais e ecológicos negativos. Os conflitos decorrentes vêm contribuindo para ampliar a tomada de consciência das possibilidades de dinamização da agricultura familiar agroecológica com identidade cultural.

A abordagem territorial tem sido eficaz em dar visibilidade a alguns atores sociais que já possuíam algumas condições positivas de reivindicação e participação. Isso fica claro no papel central que vem sendo desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Cooperativa da Agricultura Familiar. No entanto, acreditamos que seria preciso avançar mais em direção a um processo de *empoderamento dos invisíveis*, ou seja, daqueles atores sociais que atualmente não conseguem ter acesso às arenas de tomada de decisão sobre políticas de desenvolvimento local. Há uma série de atores sociais que não estão necessariamente bem representados, organizados, e que precisam ser incluídos. Pois, como coloca Albagli (2004) a valorização da territorialidade apenas como mero objeto de interesse mercantil enfraquece o capital social local e torna a estratégia de desenvolvimento insustentável ao longo do tempo.

Já o segundo pilar de uma nova estratégia resgata a importância da promoção de *Sistemas Produtivos Localizados - SPL* (SABOURIN, 2002). Trata-se aqui da abertura de novas perspectivas de dinamização socioeconômica à luz de uma nova concepção de eficiência econômica, de tecnologias apropriadas ao contexto histórico-cultural local e de cooperativismo. No entanto, estas iniciativas encontram-se ainda em estágio embrionário.

Os conflitos de percepção e de interesse envolvendo grupos heterogêneos de atores sociais continuam bloqueando a via de acesso a experimentações consistentes com a formação de SPLs. Em outras palavras, a formatação de SPLs depende – como acentua Sabourin (2002) – da elevação progressiva do nível de cooperação entre os agentes envolvidos. Neste caso, o grupo de agricultores familiares interessados em agroecologia e que podem ser vistos como peças-chave de um novo conceito de ruralidade num contexto de globalização econômica e cultural.

A colônia Santa Bárbara se tornando exemplo dentro desta nova configuração do rural, pois dentro de sua configuração espacial, possui uma grande e complexa cadeia de relações existentes entre os campos culturais, sociais, ecológicos e econômicos, o que torna por sua vez um campo também complexo para uma institucionalidade. Porém, estes fatores ou conflitos existentes no território, como demonstrados ao longo desta pesquisa não desfavorecem a área para esta formação, pelo contrário, são aspectos que estão enredados diante destas discussões a respeito da nova ruralidade, bem como classificando as oportunidades já iniciadas no território para uma reformatação territorial em prol de dinâmicas valoradas aos critérios do sustentável.

Devendo esta também realizar interações transescalares, pois a partir destas interações, os problemas locais passam, simultaneamente, a ser geridos e considerados em seus diversos níveis, sendo relevado o conhecimento e a esfera local diante de uma realidade maior, a qual tende a excluir e homogeneizar estes sistemas plurais, como é característica - exemplo do território analisado.

Análise do processo de governança

Um outro pilar do enfoque de DTS-IC está representado pela construção de novos sistemas de governança em parceria e transescalar. Diante disso, a área em foco caracteriza-se pela hegemonia de uma cultura política centralizadora, ainda despreparada para assumir e colocar em prática tomadas de decisão compartilhada. Descortina-se, assim, a magnitude do esforço a ser ainda realizado no sentido do empoderamento dos segmentos sociais que permanecem ainda hoje marginalizados do exercício da cidadania ampliada previsto na Constituição (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

Na revisão da literatura pertinente e nos depoimentos coletados tornou-se mais nítida a necessidade de capacitação não só dos representantes da sociedade civil organizada, mas principalmente dos próprios agentes do setor público envolvidos na criação e na implementação de políticas territoriais (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007). Trata-se de um flanco decisivo na busca de redemocratização da sociedade brasileira e, por implicação, na busca de ressignificação do imaginário

coletivo relativo ao fenômeno do desenvolvimento *latu sensu*. Essa dinâmica requer, portanto, a construção de uma institucionalidade específica, capaz de permitir a organização eficiente dessas novas demandas de articulação de políticas territoriais de desenvolvimento ecológica e socialmente sustentáveis. Em outras palavras, o desafio atual refere-se à viabilização de novas formas de articulação do Estado e da sociedade civil, embora reconhecendo as diferentes racionalidades predominantes em cada esfera (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

Outro elemento que ficou claro, e foi acima ressaltado, é a premência da questão da diversidade como um componente fundamental da realidade social e como um elemento que pode potencializar a construção de alternativas de desenvolvimento ao território. A incorporação da diversidade (natural, econômica, social, cultural) nos esquemas interpretativos e nas propostas de desenvolvimento é um desafio que atravessa todas as dimensões que vão do local ao global.

Esse esforço social pode ser facilitado pela consideração de dois temas colocados por Cazella (2007) e que ainda não ganharam a visibilidade requerida nas discussões sobre DTS. O primeiro diz respeito à necessidade de criação de um sistema financeiro territorial capaz de financiar propostas alternativas de desenvolvimento. Na visão deste pesquisador, as cooperativas de crédito deveriam ser os agentes centrais desse novo sistema financeiro territorializado. O segundo é o requerimento de criação de Programas de Pesquisa e Desenvolvimento voltados para a gestão territorial. Trata-se, neste caso, de instituir um sistema territorial de Ciência & Tecnologia que viabilize a articulação entre experiência local e conhecimento técnico e científico, de modo a dar mais substância aos projetos formulados e implementados nos territórios e a ampliar o leque de alternativas viáveis para o DTS-IC.

Desta forma, um marco institucional para o desenvolvimento territorial da colônia Santa Bárbara seria a associação a um modelo de *governança em parceria*, o qual estaria atrelado a uma gestão participativa e endógena, que relevaria a pluralidade presente dentro da territorialidade, bem como fatores ligados à preservação do patrimônio natural e cultural, além de buscar um equilíbrio para a viabilidade econômica do território.

Impõe-se, assim, o desafio de viabilizar o acesso a este novo modelo de governança, o qual predispõe a uma gestão autêntica da territorialidade, valorando o capital social existente e potencializando os recursos materiais ou imateriais em prol de *um outro desenvolvimento*. No entanto, como o presente território não conta com representatividades institucionais que lutem por esta diversidade de interesses em prol de uma visão territorial sustentável, automaticamente, os atores sociais e esta forma de desenvolvimento vêm se movimentando hoje em dia num cenário de improvisações e incertezas, dada a força de inércia da racionalidade social dominante.

Análise da identidade cultural

Na análise realizada, uma das características apontadas pelos atores sociais foi o fator identitário da colônia, com um perfil *sui generis*. Mas constatamos que o patrimônio histórico-cultural do território vem sendo gerido de forma ambivalente. Pois as iniciativas voltadas para a sua valorização contrastam com uma tendência mais forte, que gera uma atitude de descrédito a este respeito, num contexto marcado por falhas estruturais no sistema de planejamento. As primeiras conservam um viés de fragmentação, não dispendo ainda do potencial de mobilização coletiva capaz de alavancar uma nova política de turismo educativo aliada a uma política de desenvolvimento agroecológico em rede.

Desta forma, com estas análises pode-se delinear que os principais elementos favoráveis à emergência de uma dinâmica de DTS-IC na área são:

- a) Indicadores sociais de evolução da trajetória de desenvolvimento no sentido da ampliação da capacidade de atendimento das necessidades básicas da população local;
- b) Maior acessibilidade às tecnologias ajustadas à realidade das zonas rurais;
- c) Indícios de uma tomada de consciência da importância da valorização do patrimônio natural e cultural.

No entanto, esses elementos não configuram ainda uma base de sustentação consistente para a caracterização de um cenário de Desenvolvimento Territorial Sustentável com

Identidade Cultural. No rol dos fatores que corroboram esta asserção, destacamos os seguintes:

- a) Pouca representatividade do segmento de agricultores familiares;
- b) Enfraquecimento dos vínculos de cooperação e solidariedade ocasionando o desgaste do capital social - principalmente em ações ligadas à busca de dinamização socioeconômica;
- c) Degradação intensiva do patrimônio natural do território ocorrendo fora do campo perceptivo da maior parte da população local;
- d) Processo de homogeneização cultural induzido pelo atrelamento do País à dinâmica de globalização comandada pela economia de mercado;
- e) Pouca integração das redes sociais como indutores ao desenvolvimento local, com ações voltadas predominantemente à obtenção de vantagens mercadológicas de curto prazo;
- f) Índices crescentes de êxodo rural provocado pela falta de oportunidades de emprego e geração de renda - principalmente para o segmento ligado à agricultura familiar.

Reforçamos assim o ponto de vista segundo o qual a área em pauta não se encontra ainda madura para abrigar um cenário de DTS-IC, mesmo reconhecendo que estão emergindo iniciativas que apontam, de forma ainda embrionária, nessa direção.

CONCLUSÕES

Neste trabalho buscamos oferecer uma análise exploratória das condições de viabilidade da aplicação do enfoque de *Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural* na área correspondente à Colônia Santa Bárbara. O problema central dizia respeito à análise do papel desempenhado pelos atores e agentes nos processos em curso de reinvenção dos espaços rurais, face aos novos desafios colocados pelo enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

No Capítulo 2, caracterizamos a trajetória de desenvolvimento da colônia Santa Bárbara verificando as principais inovações que afetaram a dinâmica do sistema socioecológico ao longo do tempo - desde o processo de imigração dos poloneses ao território no final do século XIX, e levando em conta as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica. Procuramos atentar ainda para o papel desempenhado pelas inovações sociotécnicas que foram introduzidas pelos imigrantes poloneses, sem desconsiderar as representações dos *stakeholders* locais a respeito dos processos de degradação socioecológica gerados ao longo do tempo.

A primeira fase da trajetória de desenvolvimento da região foi marcada pela ocupação dos imigrantes europeus e pela formação de um sistema de agricultura familiar de subsistência. Já o segundo momento caracterizou-se pela instalação de serrarias e pela dependência da Colônia relativamente à valorização dos produtos em mercados externos, expressando a ausência de condições capazes de garantir maior autonomia na busca de comercialização da produção na esfera local - embora existissem relações de apoio mútuo entre as famílias. No terceiro momento, que corresponde ao final da década de 1970 e início da década de 1980, a Colônia começa a se destacar como pólo produtor de cereais. A economia de subsistência passa a ser substituída pela monocultura de grãos em grande escala e pela bovinocultura. Em segundo plano, foram identificadas as atividades desenvolvidas por famílias oriundas da imigração polonesa e que se concentraram na oferta de vários produtos que mobilizam o resgate da identidade cultural dessa comunidade. Este terceiro momento, que se estende até hoje,

vem sendo marcado por uma forte influência externa e pela utilização de novas tecnologias atreladas ao fortalecimento progressivo do agronegócio. No bojo da expansão acelerada e “produtivista” do setor agro-industrial, o sistema solidário e cooperativo da agricultura familiar vem perdendo cada vez mais espaço.

Não obstante os impactos negativos dessa dinâmica “desenvolvimentista” têm emergido evidências de processos de agregação de valor em certos produtos oriundos da produção familiar e que guardam sintonia com o *ethos* subjacente ao enfoque territorial de desenvolvimento. Dessa forma, novas relações socioeconômicas, socioculturais e sociopolíticas vêm sendo estabelecidas, apontando no sentido de uma estratégia visível de transição socioecológica centrada no ideário da autonomia local, mas ainda num estágio claramente embrionário.

As análises revelam que as transformações econômicas verificadas ao longo do tempo foram condicionadas pela busca de aprimoramento da qualidade dos produtos e serviços, abrindo novas frentes de intercâmbio comercial com outras localidades e outras regiões. Mas a ênfase tem sido colocada na busca de melhores condições de produtividade da produção familiar e não necessariamente na criação de uma estratégia de longo prazo de desenvolvimento sensível ao mesmo tempo à dimensão da territorialidade e ao respeito das condições socioecológicas.

Como sugere Flores (2007), o fortalecimento de uma imagem da singularidade do território pode ser visto como um poderoso instrumento de dinamização socioeconômica na qual o setor de turismo imbuído de novos valores ligados às tradições locais passa a ter um papel muito importante nas conexões entre produtores e consumidores. Isso traz profundas modificações nas relações sociais e econômicas entre os atores locais, com a criação de novas relações comerciais (entre agricultores e comercialização local), de novas estratégias de desenvolvimento (com o crescimento do turismo e a preocupação associada à preservação da paisagem) e de aumento dos custos de oportunidade para os agricultores (considerando o aumento tendencial do preço das áreas rurais).

Essa nova configuração do espaço rural emergiu com baixo protagonismo dos atores locais. Apesar do viés descentralizador do novo Plano Diretor Municipal, sua implantação ainda não foi suficiente para fomentar a transição

rumo a um novo estilo territorial de desenvolvimento. Embora existam atualmente espaços de participação de todos os setores sociais nas tomadas de decisão, eles têm sido pouco ocupados pela população – como atestam os representantes da Secretaria de Planejamento que foram entrevistados. Em parte, esta tendência pode ser interpretada à luz de um tratamento ainda muito restrito das especificidades que caracterizam as áreas rurais do município – como já mencionado no Capítulo 2.

Apesar disso, os dados disponíveis indicaram um crescimento da socioeconomia local, com melhoras significativas das condições gerais de vida da população. No entanto, estas benesses não vêm sendo repartidas de maneira equitativa no território. Foi possível constatar que a trajetória dominante hoje em dia aponta no sentido do fortalecimento da agricultura patronal, ecologicamente predatória e socialmente excludente, somado à exploração do turismo de massa. Este cenário contrasta fortemente com a dinâmica de evolução da Colônia, baseada na policultura, na pluriatividade e na ajuda mútua.

Por outro lado, a pesquisa revelou que as iniciativas voltadas à imagem da etnia polonesa têm sido gestadas principalmente por indivíduos e organizações vinculadas à sociedade civil. Além disso, o aumento da renda familiar decorrente da modernização produtiva vem contribuindo para minar a integridade do patrimônio arquitetônico originário do processo de ocupação da área pelos imigrantes poloneses.

Em síntese, as reconfigurações institucionais permanecem ainda hoje limitadas em sua capacidade de gerar um sistema ao mesmo tempo integrado e compartilhado de planejamento e gestão de novas dinâmicas territorializadas de desenvolvimento. Foi possível observar a carência de agentes (em todos os níveis de governo) capazes de atuar em processos de negociação da pluralidade de interesses envolvidos no desenho de uma nova política de desenvolvimento capaz de harmonizar as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica. Ao mesmo tempo, permanece ainda em segundo plano o fomento a iniciativas de formação de redes sociotécnicas e de criação de novas cadeias produtivas.

Foi possível observar, portanto, que o processo de desenvolvimento territorial local esteve sempre atrelado à vertente econômica. No entanto, estes problemas e a sua superação se tornaram impulsionadores da economia local, pois

ajudaram a desenvolver a capacidade produtiva, desde a chegada dos imigrantes até o momento atual. O trabalho em família vem se constituindo em vetor do crescimento da economia local, como indicam os registros históricos consultados e os resultados das entrevistas. Por outro lado, este fator dificultou a criação de cooperativas locais dotadas de representatividade na esfera municipal ou mesmo estadual.

Sendo constatado que os processos de planejamento e gestão ajustados ao enfoque de desenvolvimento territorial na Colônia Santa Bárbara não estavam presentes nos diferentes momentos de sua trajetória, instaurando assim um dos grandes desafios do desenvolvimento contemporâneo para o território. E ainda, os diferentes conflitos existentes nos mais variados campos do desenvolvimento, sejam eles, sociais, culturais, ecológicos, político-institucionais ou econômicos não permitiram um entendimento acerca das iniciativas em potencial que podem vir a fortalecer a sustentabilidade do território.

Na busca de respostas aos questionamentos voltados à compreensão dos condicionantes do cenário local, a pesquisa revelou que a socioeconomia da área investigada está polarizada pela agricultura familiar, a qual constitui a base do capital social ali existente. O dinamismo deste processo de produção tem favorecido a inserção nos mercados não só locais, mas também estaduais e nacionais. Este dinamismo vem concorrendo com a implantação de novas opções de cultivo consideradas mais rentáveis na atual conjuntura – como é o caso do agronegócio. As chances de uma dinâmica de reformatação desse cenário à luz do ideário de um estilo de desenvolvimento sustentável territorializado – e, portanto, dotado de identidade cultural – parecem depender do dinamismo da agricultura familiar. Uma reconstrução da identidade cultural originária dependeria diretamente do interesse das unidades familiares em aprofundar a vinculação com uma estratégia agroecológica, bem como em expandir a atual rede de comercialização.

Mas essa perspectiva permanece ainda distante do ideário de uma dinâmica territorial de desenvolvimento ecologicamente prudente e socialmente inclusiva. Procuramos salientar neste sentido as carências em termos de um tecido social baseado na cooperação e a solidariedade, compensando as coações impostas pela lógica da economia de mercado.

Por outro lado, não obstante as suas inúmeras lacunas e inconsistências, o novo Plano Diretor Municipal de Palmeira aponta no sentido da criação de novas modalidades de articulação de interesses e canalização de demandas da sociedade civil no território. Além disso, valoriza a mobilização criativa do patrimônio histórico-cultural local na abertura de novas possibilidades de dinamização socioeconômica.

Em contraponto, a pesquisa revela inúmeros bloqueios relacionados à consciência ainda restrita da população acerca dos condicionantes dos problemas socioecológicos vividos na área, além do peso de uma cultura política marcada pelo viés clientelístico e que permanece atrelada ao imperativo de crescimento material a qualquer custo.

Assim, com base nas análises realizadas, acreditamos que a construção negociada de uma estratégia considerada viável de DTS na área deverá levar em conta: (i) uma valorização mais efetiva das especificidades locais, resgatando, sobretudo o capital social existente e o patrimônio histórico-cultural; (ii) a busca de apoio governamental às iniciativas voltadas à consolidação das práticas agroecológicas mobilizando os agricultores familiares e; (iii) a recriação do sistema de gestão ao mesmo tempo integrada e participativa da base de recursos naturais e do espaço territorial, incorporando fatores de redução máxima da instabilidade dos mercados e ampliação dos fluxos de redistribuição da renda gerada na socioeconomia local.

E como a criação de um tecido social cooperativo e solidário depende, via de regra, de fatores de natureza sociocultural, este fator pode ser melhor desenvolvido com uma ação endógena, onde pode ter mais espaço a Associação de Moradores, que hoje releva demais itens em sua pauta (social, cultural, religiosa), menos a ideologia de cooperação diante do processo econômico de mercado.

E diante dos fatores culturais, a análise demonstrou que pelo relativo aumento da renda dos atores sociais de Santa Bárbara, este contribuiu para uma perda dos segmentos associados ao patrimônio cultural do local, onde algumas práticas foram substituídas a outras num processo de homogeneização cultural, ou seja, diante da cultura maior (brasileira), a menor (polonesa) tende naturalmente a transformar suas práticas tradicionais num processo de influência (homogeneização) diante dos fatores externos. Desta forma,

algumas práticas, como a arquitetura das casas eslavas e práticas atuantes dentro da cultura, culinária, dança, aspectos religiosos e o fator linguístico também vem apresentando perdas.

Em termos prospectivos, esta tese conseguiu apresentar, por meio de cenários, como seriam as consequências mais prováveis, caso o modelo acrítico de desenvolvimento implantado no território continue, perspectiva demonstrada por meio do *Cenário de Continuidade do Status Quo*, bem como eleger um modelo em nome do DTS-IC (*Cenário de DTS-IC*), demonstrando os principais recursos e obstáculos que a presente comunidade tem diante de sua implantação. E dos pontos que mais chamaram a atenção para a viabilidade de um processo de desenvolvimento para o território diz respeito ao fortalecimento do *senso de pertencimento ao lugar e dos vínculos de solidariedade* (ALBAGLI, 2004; BRUNET, 1990; SABORIN, 2002; SANTOS, 2002). Diante deste fator, no território analisado constatou-se que a composição de produtos ligados à reconstrução da identidade territorial vem crescendo, processo este que pode auxiliar na legitimação de novas propostas de desenvolvimento local, em regime de economia mista.

A pesquisa revelou que, apesar da fragilidade dos laços de solidariedade na dinâmica de gestão da socioeconomia local, o tecido sociocultural vem sendo fortalecido. Mas ele entra em conflito com a hegemonia dos interesses voltados à reprodução do modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio e gerador de impactos sociais e ecológicos negativos. Os conflitos decorrentes vêm contribuindo para ampliar a tomada de consciência das possibilidades de dinamização da agricultura familiar agroecológica com identidade cultural.

A abordagem territorial tem sido eficaz em dar visibilidade a alguns atores sociais que já possuíam algumas condições positivas de reivindicação e participação. Isso fica claro no papel central que vem sendo desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Cooperativa da Agricultura Familiar. No entanto, acreditamos que seria preciso avançar mais em direção a um processo de *empoderamento dos invisíveis*, ou seja, daqueles atores sociais que atualmente não conseguem ter acesso às arenas de tomada de decisão sobre políticas de desenvolvimento local. Há uma série de atores sociais que não estão necessariamente bem representados, organizados, e que precisam ser incluídos. Pois, como coloca Albagli (2004) a

valorização da territorialidade apenas como mero objeto de interesse mercantil enfraquece o capital social local e torna a estratégia de desenvolvimento insustentável ao longo do tempo.

Uma opção relevante passaria também pela promoção de *Sistemas Produtivos Localizados* (SABOURIN, 2002). Como foi salientado na parte introdutória da tese, trata-se da abertura de novas perspectivas de dinamização socioeconômica à luz de uma nova concepção de eficiência econômica, de tecnologias apropriadas ao contexto histórico-cultural local e de cooperativismo. No entanto, os conflitos de percepção e de interesse envolvendo grupos heterogêneos de atores sociais continuam bloqueando a via de acesso a experimentações consistentes com a formação desses sistemas. Em outras palavras, sua formatação dependeria – como acentua este autor – da elevação progressiva do nível de cooperação entre os agentes envolvidos. Neste caso, o grupo de agricultores familiares interessados em agroecologia pode ser visto como decisivo na maturação de um novo conceito de ruralidade num contexto de globalização econômica e cultural.

Devendo a colônia Santa Bárbara, na superação destas fragilidades, realizar interações transescalares, em regime de sistema de governança em parceria, pois a partir destas interações, os problemas locais passam, simultaneamente, a ser geridos e considerados em seus diversos níveis, sendo relevado o conhecimento e a esfera local diante de uma realidade maior, a qual tende a excluir e homogeneizar estes sistemas plurais, como é característica - exemplo do território analisado.

E referente à análise da identidade cultural, uma das características apontadas pelos atores sociais foi o fator identitário da colônia, o qual se constatou por meio do patrimônio histórico-cultural ser gerido de forma ambivalente. Pois as iniciativas voltadas para a sua valorização contrastam com uma tendência marcada por falhas estruturais no sistema de planejamento e gestão. Demonstrando um viés de fragmentação, não dispendo ainda do potencial de mobilização coletiva capaz de alavancar uma nova política de turismo educativo aliada a uma política de desenvolvimento agroecológico em rede ao local.

Desta forma, com estas análises a pesquisa delineou que os principais elementos favoráveis à emergência de uma dinâmica de DTS-IC na área foram: i) os indicadores sociais de evolução da trajetória de desenvolvimento no sentido da

ampliação da capacidade de atendimento das necessidades básicas da população local; ii) maior acessibilidade às tecnologias ajustadas à realidade das zonas rurais e; iii) indícios de uma tomada de consciência da importância da valorização do patrimônio natural e cultural; iv) aparecimento, embora iniciante, de construção de redes sociotécnicas e; v) valorização local e regional dos produtos e serviços disponibilizados pela agricultura familiar, camada responsável pela valorização da característica identitária do território.

No entanto, esses elementos não configuram ainda uma base de sustentação consistente para a caracterização de um cenário de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural. No rol dos fatores que corroboram esta asserção, são destacados os seguintes pontos: i) pouca representatividade do segmento de agricultores familiares; ii) enfraquecimento dos vínculos de cooperação e solidariedade ocasionando o desgaste do capital social - principalmente em ações ligadas à busca de dinamização socioeconômica; iii) degradação intensiva do patrimônio natural do território ocorrendo fora do campo perceptivo da maior parte da população local; iv) processo de homogeneização cultural induzido pelo atrelamento do País à dinâmica de globalização comandada pela economia de mercado; v) Pouca integração das redes sociais como indutores ao desenvolvimento local, com ações voltadas predominantemente à obtenção de vantagens mercadológicas de curto prazo e; vi) Índices crescentes de êxodo rural provocado pela falta de oportunidades de emprego e geração de renda - principalmente para o segmento ligado à agricultura familiar.

Considerando assim, que as questões norteadoras de pesquisa foram atendidas e a hipótese central enunciada pela tese foi testada, podemos concluir que as iniciativas de dinamização socioeconômica implantadas na área (Colônia Santa Bárbara, localizada na zona rural do município de Palmeira / PR) não se encontram ainda alicerçadas o suficiente para abrigar ou mesmo impulsionar a criação de uma estratégia de valorização do conjunto de bens naturais e históricos disponíveis e compatíveis com o enfoque de DTS com Identidade Cultural. Neste sentido, tais iniciativas contribuiriam para resgatar o *ethos* da *resiliência ecossistêmica* e da *cooperação* embutido no tecido cultural da etnia polonesa, desde que norteadas por um cenário consistente de DTS-IC. Com isso, novas oportunidades de

emprego e renda poderiam ser geradas no território, configurando uma experiência exemplar no cenário contemporâneo do desenvolvimento rural no estado do Paraná.

A respeito das dificuldades encontradas para a realização desta pesquisa, destacam-se num aspecto teórico a fragmentação da base teórica, justamente por se tratar de um trabalho interdisciplinar e da análise de aspectos sociais, culturais e identitários ligados ao desenvolvimento, processo que normalmente está enredado ao fator econômico. E no campo prático, coloca-se o desconhecimento dos problemas aqui dirigidos, os quais os fazem recair a segundo plano diante de uma agenda de prioridades locais, além da falta de informações e da distância ainda presente entre as práticas ligadas ao campo. Sendo demonstrados nestas dificuldades os limites da pesquisa, os quais por meio de itens como: patrimônio cultural e identidade, o valor cultural agregado, os desafios da construção de redes dinâmicas de DTS, e cooperação e co-gestão dos sistemas de desenvolvimento local podem ser colocados como pistas concretas para ainda o aprofundamento desta análise.

Em referência a metodologia adotada, esta supriu as necessidades relativas à pesquisa, pois vale a pena ressaltar que a realização deste estudo baseou-se nos relatórios finais de dois projetos implementados pelo Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFSC (“*Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina*” (Projeto CAPES/COFECUB nº 449/04); e “*Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do estado de Santa Catarina – Brasil. Definição de estratégias integradas e baseadas na valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais*” (Projeto RIMISP)).

A metodologia adotada proporcionou, inicialmente, a reconstrução da trajetória de desenvolvimento da área em pauta até o momento atual; e a análise dos padrões de interação (ou o “jogo-de-atores”) envolvendo os atores sociais que integram o sistema de planejamento e gestão do desenvolvimento local. Estes processos nos ajudaram a entender com mais rigor os posicionamentos dos atores sociais e agentes ligados ao território diante do cenário atual e das perspectivas de evolução de dinamização socioeconômica a curto, médio e longo prazo. Assim, com esta metodologia foi proporcionada a análise dos

processos de cooperação e as dinâmicas conflituosas gerados pela flagrante diversidade de representações dos desafios que cercam as dinâmicas de desenvolvimento nos níveis local, regional, estadual e federal, fatores que foram entendidos como possibilidades no alcance de um desenvolvimento sustentável ao território, à luz do referencial teórico adotado.

Em relação às entrevistas coletadas, estas permitiram a obtenção de informações complementares e que revelaram como os diferentes atores sociais compreendem e atuam diante do processo de desenvolvimento em curso. E, além disso, como forma de investigação do “jogo de atores”, foram efetivadas entrevistas em grupo, além de um processo de observação participante em reuniões locais nas esferas dos sindicatos, das cooperativas locais e das agências governamentais o que auxiliou numa visão ainda maior das características e diversidades presentes no território.

Cabe enfatizar que esta estruturação da metodologia levou em conta a pertinência de uma visão sistêmica das dinâmicas de desenvolvimento, centrada na compreensão das inter-relações entre as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica. A tese adquiriu assim, um perfil de integração interdisciplinar na busca de apreensão dos elementos característicos do território analisado.

Finalmente, na etapa da construção dos cenários para esta tese foram levados em conta os vetores de extrapolação linear das tendências em curso e de concepção normativa de um cenário ideal do ponto de vista do enfoque analítico adotado. No primeiro momento, foi buscado construir uma imagem do futuro mediante a adoção de modelos determinísticos, onde o resgate do passado acaba moldando a compreensão dos espaços de manobra para a resolução de problemas atuais. E no segundo momento da construção, o futuro foi visto como múltiplo e constitutivamente incerto, onde as relações são dinâmicas e as estruturas sempre em evolução. Neste caso, trabalhamos, sobretudo (mas não exclusivamente), com variáveis qualitativas, conhecidas ou ocultas, que influenciam o desempenho dos sistemas sociais numa perspectiva sistêmica.

Em síntese, a pesquisa constatou que uma perspectiva de DTS-IC ainda é um cenário bastante ambicioso para a região analisada, pois precisa antes disso superar uma visão individualista centrada na competitividade setorial e mercantil e

passar a adotar uma perspectiva territorial que contemple os interesses plurais dos diferentes grupos sociais, além de relevar como ponto de partida, para a efetivação de cenários mais condizentes com a busca de sustentabilidade ecológica e social, a cooperação e a solidariedade diante dos processos que envolvem o desenvolvimento do local.

E para finalizar, gostaria de colocar algumas questões não respondidas ou suscitadas por este trabalho, com vistas a estimular a reflexão entre os pesquisadores e os estudiosos interessados pela temática, além de motivar novos trabalhos e pesquisas. Estas podem ser assim colocadas:

- a) Que resultados poderiam ser obtidos caso a mesma análise, realizada nesta tese, fosse aplicada em outros territórios de histórico migratório, sejam estes demais colônias polonesas ou de descendência ucraniana, italiana ou alemã?
- b) Qual o papel das políticas públicas e da própria ação do Estado na manutenção ou na transformação do padrão de atuação diante dos resultados obtidos por projetos de DTS ou DTS-IC que atuam na promoção do desenvolvimento e fortalecimento do rural?
- c) Qual seria o impacto social e econômico da criação de um sistema financeiro territorial, viabilizado por meio de programas mistos (público / privado) capazes de financiar propostas alternativas de desenvolvimento que favorecessem a pesquisa, o planejamento e a gestão das especificidades dos territórios?

Estas são algumas questões que demonstram a pluralidade dos estudos de sistemas complexos, os quais diante da linha de pesquisa adotada foram colocados à margem desta discussão. Porém, estudos que num cenário global, tornam-se essenciais e necessários, pois cada vez mais, o DTS atrelado a características identitárias e culturais deve ser estudado, operacionalizado e colocado a disposição para auxílio dos gestores, planejadores e pesquisadores diante do enfrentamento da instaurada crise ecossistêmica.

REFERÊNCIAS

ABÉLÈS, M. **L'Europe em trois questions esprit**, 2002, jun. 1994.

ABRAMOVAY, R. Bases para a formulação da política de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: IPEA, 1998. *Apud* SABOURIN, E.

Desenvolvimento rural e abordagem territorial. Brasília: Embrapa, 2002.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004.

ALCOFORADO, F. **Globalização e desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 2006.

ALVES, M. O.; SILVEIRA, L.L. Entre o tutorial e o participativo: a abordagem de intervenção na estratégia de ação do Banco do Nordeste. XXXVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Poços de Caldas, 1998.

ARANTES, A. A. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: BRAGA, C.; LAGES, V.; MORELLI, G. **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ARAÚJO, M. C. D. Capital social. **Ciências Sociais Passo a Passo**, v. 25. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

AULETE, C. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BENATTI, J. H.; McGRATH, D. G.; OLIVEIRA, A.C.M. **Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000300009>. Acesso em: 14/06/15.

BERDEGUÉ, J. A. **The rise of supermarkets in Africa, Asia and Latin America**. London: Oxford University Press, 2003.

BERKES, F. Cross-Scale Institutional Linkages: perspectives from the bottom up. In: OSTRO, E. et al. **The Drama of the commons**. London: Sage Publications, 2005.

_____. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F. & SEIXAS, C. **Gestão integrada de recursos naturais; conceitos, métodos e experiências**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Cross-scale institutional linkages: perspectives from the bottom up. Washington: **National Academy Press**, 2002.

BERMANN, C.; DINIZ, E.M. Economia verde e sustentabilidade. **Estudos Avançados**. v. 26. n. 74. São Paulo, 2012.

BRAGA, C.; LAGES, V.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC**. Brasília: Imprensa Nacional, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 40/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2010.

BRUNET, R. **Le territoire dans lês turbulences**. Paris: Reclus, 1990.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1998.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUSATTO, C.; FEIJÓ, J. **A era dos vagalumes: o florescer de uma nova cultura política**. Canoas: Ulbra, 2006.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CABRAL, F. G. S. Patrimônio cultural e desenvolvimento nacional. O potencial dos bens de natureza Imaterial. In: BRAGA, C.; LAGES, V.; MORELLI, G. **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CANCLINI, N. G. **A Globalização imaginada**. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CARPENTER, S.; WALKER, B.; ANDERIES, J.; ABEL, N. From metaphor to measurement: resilience of what to what? **Ecosystems**, v. 4, p. 765-781, 2001.

CAPRA, F. **Creativity and leadership in learning communities**. Berkeley: Center for Ecoliteracy, 1997.

CAPRARA, B. S.; LUCHESE, T. A. **Bento Gonçalves: história e memória**. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2005.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, J.; LASTRES H.; SZAPIRO, M. Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. **NT 27 - Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas**. Rio de Janeiro, 2000.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**. II – Os domínios do homem. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, C. C. **Manejo ambiental e restauração de áreas degradadas**. 2. ed. São Paulo: Fundação Cargill, 2007.

CAVALCANTE, E. G. **Sustentabilidade do desenvolvimento: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

CAZELLA, A. A. Développement local et agriculture familiale: lês enjeux territoriaux dans lê département de láude. **Trierval-Grignon, INRA, Mémoires et Theses**, n. 36, 2002.

_____. A base de serviços rurais estratégicos à promoção do desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise prospectiva. XLV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Londrina: Sober, 2007.

_____. Especificação Territorial e Mediação de Conflitos: desafios para o desenho de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Anais...** Organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília. 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CUNHA, M. I. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: JM Editora, 2002.

DALLABRIDA, V. R. Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento. **DRD – Desenvolvimento Regional em Debate**. Ano 2, n.1, Jul. 2012.

DAVIDSON-HUNT, I. J. & BERKES, F. Nature and society through the lens of resilience: toward a human-in-ecosystem perspective. In: BERKES, F. COLDING, J. & FOLKE, C. (Eds.). **Navigating social-ecological systems**. Building resilience for complexity and change. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro: OPPA, 2007.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 219-236.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Educação ambiental**. Princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. In: DADOS – **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 38, nº 3, 1995. p. 385-415.

DOWBOR, L.; MARTINS, L. **A Comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local**. Instituto Polis, 2000. Disponível em: <<http://dowbor.org//00comunint.doc>>. Acesso em: 18/03/13.

_____. **Democracia econômica: alternativas de gestão social**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ECHEVERRI, R. **Articulación de políticas y participación social**. San Jose: IICA, 2007.

ESTEVA, J. S. Limites e possibilidades do desenvolvimento local. **Sinais Sociais**, SESC. set./dez. 2000.

FAO/INCRA. **O novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 11/11/2014.

FERNANDES, P. V. **Impacto ambiental**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FERREIRA, L. F. Iluminando o lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, jan/julho de 2002. v. 22, n. 1. p. 43-72.

FERRER, A. Hechos y Ficciones de La Globalización. **Em Sela, Capítulos**, n. 53. Caracas. Enero – Julio, 1998, p. 158 – 164.

FLORES, M. X. **Da Solidariedade Social ao individualismo**: um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na serra gaúcha. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2007.

_____. Desenvolvimento Territorial Rural. Uma proposta de estudo para apoio à formulação de políticas públicas. In: BRAGA, C.; LAGES, V.; MORELLI, G. **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

FONTE, M. **Desarrollo Rural e Identidad Cultural – Reflexiones Teóricas y Casos Empíricos**. Cuzco: Rimisp, 2006.

FOLK, C. *Et al.* Resilience: the emergence of a perspective for social – ecological systems analyses. **Global Environmental Change**. 16, p. 253-267, 2002.

FRANCO, A. de. Terceiro setor: a nova sociedade civil e seu papel estratégico para o desenvolvimento. **Coleção para debater**, Brasília, v.1, AED, 2003.

_____. **O lugar mais desenvolvido do mundo**: investindo no capital social. Brasília: AED, 2004.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALTUNG, J. **O caminho é a meta**. São Paulo: Palas Athena, 1998.

GARCIA, R. Interdisciplinaridad y sistemas complejos. In: LEFF, E. (Org.) **Ciencias Sociales y Formación Ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

GLAESER, B. & VYASULU, V. The obsolescence of ecodevelopment? In: GLAESER, B. (Ed.) Ecodevelopment. Concepts, projects, strategies. **Pergamon Press**, Oxford: 1984.

GODET, M. From forecasting to 'la prospective': a new way of looking at futures. **Journal of Forecasting**, 1, 3: 293-301, 1982.

GONÇALVES, D. A. **Encruzilhadas ao desenvolvimento**: o estudo de uma problemática socioambiental na região de São Joaquim – SC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis, 2007. 158p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

GONÇALVES, A. **O conceito de governança**. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/1432/GovernanA_a100913.pdf>. Acesso em: 13/ 12/13.

GUMUCHIAN, H.; PECQUEUR, B. **La resource territoriale**. Paris: Economica/Anthropos, 2007.

GUNDERSON, L. H.; HOLLING, C. S. Panarchy. Understanding transformations. Human and natural systems. **Island Press**, Washington: 2002.

HADDAD, P. **Desenvolvimento endógeno**. Projeto Áridas. Brasília: SEPLAN/YPEA, 1994.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, D. **The condition of post-modernity**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HELD, D. *et al.* **Global transformations**. Cambridge: Polity Press, 1999.

HERRERA, A. R.; UGARTE, H. A. **Claves de la innovación social em América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: CEPAL, 2008.

HOLLING, C. S.; BERKES, F.; FOLKE, C. Science, Sustainability and Resource Management. In: BERKES, F.; FOLKE, C. (Eds) **Linking social and ecological systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HOLLING, C. S. Surprise for Science, Resilience for Ecosystems and a Incentives for People. **Ecological Applications**, n.3, 1996.

_____. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematics**, 4, p. 2 – 23, 1973.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: **Território**. Rio de Janeiro: Garamond – LAGET/UFRJ, 1997, n. 03, p. 77-85.

HURTUBIA, J. *et al.* Hacia una conceptualización del ecodesarrollo. In: LEFF, E. (Org.) **Memória del primer Simpósio sobre Ecodesarrollo**. México: UNAM, 1976.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ILLICH, I. Pobreza planejada: o resultado final da assistência técnica. In: **Libertar o futuro**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1973.

IMAGUIRE JÚNIOR, K. Um Brasil eslavo. In: LAROCCA Jr, Joel; LAROCCA, Píer Luigi; LIMA, Clarissa de Almeida. **Casa Esquivo-Paranaense: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do sul do Paraná**. Ponta Grossa: Editora Larocca Associados, 2008.

JOHNSON, B. B.; MARCOVITCH, J. Uses and applications of technology futures in national development: the Brazilian Experience. **Technological Forecasting and Social Change**, v.45, p.1-30, 1994.

JOLLIVET, M.; PAVÉ, A. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (orgs) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

KAPP, K. W. Environmental disruption and social costs: a challenge to economics. In: **Political economy and environment. Problems of method**. Paris: MSH, 1972.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence**. Nova Iorque: Longman, 2001.

KLUCKHOHN, C. **Antropologia: um espelho para o homem**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.

KRONENBERGER, D. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: SENAC, 2011.

KUPER, A. **Culture: the anthropologist's account**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LAREDO, I. M. Globalización – Fragmentación – Regionalización. In: LIMA, M. C. (Org.). **O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.

LAROCCA Jr, Joel; LAROCCA, Píer Luigi; LIMA, Clarissa de Almeida. **Casa Eslavo-Paranaense: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do sul do Paraná**. Ponta Grossa: Editora Larocca Associados, 2008.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. ISSN 1678-7730, n. 73, Florianópolis, Agosto de 2005.

LEIS, H. R.; VIOLA, E. Mudanças na direção de uma globalização multidimensional complexa. In: LEIS, H. R.; ALVES, C. F. (Orgs). **Condição Humana e Modernidade no Cone Sul**. Elementos para pensar Brasil e Argentina. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

LIMA, E. L. **Geometria analítica e álgebra linear**. Rio de Janeiro: IMPA, 2005.

LOWI, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUTHAR, S.S.; CICHETTI, D.; BECKER, B. The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. **Child Development**, 2000 May – Jun, Vol. 71 (3): 543 – 562.

MAKRIDAKIS, S. G.; WHEELWRIGHT, S. C. **Forecasting methods for management**. 5. ed. New York: Wiley, 1989.

MATO, D. On the theory, epistemology, and politics of the social construction of cultural identities in the age of globalization: introductory remarks to going debates. **Culture and Power**, n. 3, out. 1996.

MAROCHI, M. A. **Imigrantes 1870-1950: Os europeus em São José dos Pinhais**. Curitiba, Travessa dos Editores, 2006.

MARTINS, J. P. S. **Depois do arco-íris: uma proposta ecológica.** São Paulo: FTD, 1991.

MCGREW, A. A Global Society? In: HALL, S.; HELD, P.; MCGREW, T. (Orgs). **Modernity and its futures.** Cambridge: Polity Press, 1992.

MEADOWS, D.L., MEADOWS, D. H. RANDERS, J. & BEHRENS, W. W. **Limites do crescimento.** Um relatório para o projeto Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Guia informativo das ações de trabalho e renda no âmbito do governo federal.** Brasília: MDS, 2006.

MOISÉS, M. **Dicionário de termos literários.** 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

MOLANO, O. L. **La identidad cultural, uno de los detonantes del desarrollo territorial.** Cuzco: Rimisp, 2006.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. **O método.** Porto Alegre: Editora Sulinas, 2000.

MUNIZ, A.; SANT'ANA JR., C. M. Desenvolvimento Local: concepções, estratégias e elementos para avaliação em processos. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge University Press: Cambridge, 1990.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia.** 13. ed. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, S. L. **Sociologia das organizações.** São Paulo: Pioneira, 2002.

ORCHANHESKI, H.; MAYER, V. L. O. **Os imigrantes poloneses e seus descendentes**. Algumas histórias. Palmeira: Vila Velha, 2006.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PAGNONCELLI, D.; AUMOND, C. W. **Cidades, capital social e planejamento estratégico**: o caso de Joinville. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004.

PASSERON, J. C. **Le raisonnement sociologique**: pespace nonpoppérien du raisonnement naturel. Paris: Nathan, 1991.

PAULA, J. de. **Desenvolvimento local**: textos selecionados. Brasília: SEBRAE, 2008.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos**. São Carlos: Rima Editora da UFSCar, 2000.

PECQUEUR, B. **Dynamiques territoriales et mutations économiques**. Paris: L'Harmattan, 1996.

_____. **Le développement local**. Paris: Syros, 1989.

_____. **Le Développement Territorial**: une nouvelle approche des processus de développment pour lês economies du sud. France: [s.n.], 2004.

_____. Qualite et développement – l'hypothese du panier de biens. In: SYMPOSIUM SUR LE DÉVELOPPEMENT REGIONAL. INRA-DADP. **Anais...** Montpellier, 2000.

_____. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Florianópolis, v. 24, n.1-2, p. 10-22, 2005.

PERRAUD, D. Le soutien de l'agriculture: politiques agricoles et territories. In: LAURENT, C.; THINON, P. (Eds.). **Agricultures et Territoires**. Paris: Lavoisier, 2005.

PHILIPPI JR, A.; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. São Paulo: Manole, 2011.

PORTER, M. **Atitudes, valores, crenças e a microeconomia da prosperidade**. A cultura importa os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion, 1980.

RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa, 2002.

SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa, 2002.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**. Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: FUNDAP, 1993.

_____. **Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento**. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~nmd/do_crescimento_economico_ao_ecod.htm>. Acesso em: 12 jan. 2013.

_____. A la recherche de nouvelles stratégies de développement. 2. ed. **Enjeux du Sommet Social**. Paris: UNESCO, 2007.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia**. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAMPAIO, C. A. C. **Desenvolvimento sustentável e turismo:** implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística. Blumenau: Editora FURB, 2004.

SANTOS, M. H. de C. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós- Constituinte. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.

SANTOS, B. (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, F. T. **Resiliência estratégica para um desenvolvimento regional sustentável.** Disponível em: <<http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER20/20.3.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SCHEREN-WARREN, I. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In: **Sociedade e Estado.** Vol. XIII, n.1: EDUNB, 1998.

SCHIMANSKI, E.; BRONOSKY, M. E. (Orgs). **Meio ambiente, crise e cidadania**. Tensões e articulações no debate ecológico. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2011.

SCHLITHLER, C. R. B. Redes de desenvolvimento comunitário: iniciativas para a transformação social. **Coleção Investimento Social**. São Paulo: Global/Idis, 2004.

SCHRODER, P. Antropologia e Desenvolvimento: balanço crítico de uma relação problemática. I Círculo de Debates Acadêmicos. II CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO. **Anais...** CODE, 2011.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENCEBE, Y. **Les territoires de développement em France: Analyse des référentiels de La décentralisation et de leurs traductions locales dans lês espaces ruraux**. Colóqui Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis, agosto de 2007.

SENRA, K.V. **Desenvolvimento e território**. Pesquisa exploratória sobre políticas e instituições para desenvolvimento econômico territorial – DET. O caso do Brasil. Santiago, Chile: CEPAL-ILPES/GTZ, 2007.

SHIKI, S. F. N. Alguns elementos para o debate: desenvolvimento local sustentável. In: RUSCHEINSKY, A. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

SILVA, R. S.; MAGALHÃES, H. Ecotécnicas urbanas. In: **Ciência & Ambiente**. Santa Maria, EUFSAM, 1993.

SILVEIRA, L. M. Do Diagnóstico à experimentação. In: GOMES, W.; CARNEIRO, M. (Orgs.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais**. São Paulo: EMBRAPA, 2002.

SOLARTE LINDO, G. **Redes Institucionales y cooperación local**: nuevos abordajes em la lucha contra la pobreza rural. san jose: iica, 2006.

SOROS, G. Hacia una sociedad abierta global. **El País**, 23 dez. 1997, p. 15-16.

STECA, L. C.; FLORES, M. M. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: Editora UEL, 2002.

TINOCO, J. E.P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

VALDUGA, R. **Sonho de um imigrante**. Bento Gonçalves: Grafite, 2005.

VEIGA, J. E. **Variações espaciais de empreendedorismo no Brasil rural**. Disponível em: <www.econ.usp.br/zeeli>. Acesso em: 9 nov. 2014.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A. (Orgs.) **Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa “Desenvolvimento territorial sustentável**: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina”. Florianópolis: [s.n.], 2004.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/ APED, 2005.

VIEIRA, P. F. & WEBER, J. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (Orgs). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, P. F. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil. In: Tecnologia e cidadania. 8º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO AGRÍCOLA. **Anais...** Camboriú, SC, 30-31 de outubro de 2002.

_____. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. In: Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**. n. 14. abr. 2009, p. 27-75.

_____. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **INTERthesis**. v. 10, n.2, p. 119-141, Florianópolis, Jul./Dez. 2013.

VILLAÇA, F. **As Ilusões do plano diretor**. São Paulo: FAPESP, 2005.

WALKER, B. *Et al.* Resilience, adaptability and transformability in social – ecological systems. **Ecology and Society**, 9, 2004.

WALLERSTEIN, I. **The capitalist economy**. Cambridge: University Press, 1979.

_____. The national and the Universal. In: KING, A. (Org.). **Culture, Globalization and the World System**. Londres: MacMillan, 1991.

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (Orgs) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Curitiba: Ed. UFPR, 1969.

WILSON, P. Le développement économique communautaire aux états-unis et en Amérique Latine. In: DEMAZIERE, C. (Éd.). **Du local au global: Les initiatives locales pour le développement économique en Europe et en Amérique.** Paris: L'Harmattan, 1996.

ZAIDAN FILHO, M. Globalização e política. In: LIMA, M. C. (Org.). **O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial.** São Paulo: Cortez, 2001.

ZAOUAL, H. **Socioéconomie de la proximité:** du global au local. Paris: L'Harmattan, 2005.

ANEXO 1

MODELO DE ANÁLISE ADAPTADO

Modelo de análise adaptado do projeto de pesquisa “Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina” – Projeto CAPES/COFECUB n° 449/04 – Coordenação: Prof. Paulo Freire Vieira (PPSP/UFSC) e Ademir Antonio Cazella (PPAGR/UFSC).

1. Conjuntos de informações relevantes para a análise sobre o desenvolvimento territorial.

Neste modelo de análise, dois componentes são importantes para a análise do processo de desenvolvimento da região em estudo. O primeiro seria a descrição e compreensão da trajetória desse desenvolvimento, incluindo-se o cenário atual. O segundo componente seria a análise do que se poderia chamar de “jogo dos atores”, buscando entender seus posicionamentos diante desse cenário atual e das perspectivas futuras, procurando analisar os conflitos e os processos de definição de estratégias de desenvolvimento.

2. A trajetória do desenvolvimento.

Um primeiro passo para a análise dos fatores favoráveis e os obstáculos para a construção de um processo sustentável de desenvolvimento territorial é o levantamento de informações que permita a elaboração de um diagnóstico, e de sua compreensão, sobre a trajetória do desenvolvimento. Isso estaria representado por informações que permitam o resgate de quais foram, e como foram, elaboradas as estratégias e as políticas de desenvolvimento, até chegar a possibilidade de elaboração de um cenário que represente o momento atual do desenvolvimento. Nesse diagnóstico deve-se buscar identificar os momentos importantes de transformações institucionais, socioeconômicas,

ecológicas e culturais pelos quais passou o território em estudo. Desse modo, é importante a elaboração de conjuntos de variáveis que possam orientar a busca das lógicas de intervenção do setor governamental, do setor privado e do terceiro setor. Para facilitar a formatação dos conjuntos de variáveis que afetam o desenvolvimento, apresentam-se os seguintes conjuntos de aspectos:

a) Político-institucionais:

- formas de planejamento e gestão do território, relações institucionais transescalares (diferentes níveis – local, estadual, nacional);
- existência de programas de fomento de ação coletiva para a implementação de estratégias de desenvolvimento local integrado e sustentável;
- nível de descentralização política;
- formas de participação dos diferentes grupos sociais;
- formas de elaboração e implementação de políticas públicas;
- normas formais e informais sobre manejo do patrimônio sociocultural/natural e das ações de agente e instituições econômicas;
- formas de intervenção de diferentes organizações estatais e para-estatais;
- modalidades de ação do Estado Nacional no contexto territorial (tipos de estimulação/restrição econômica pela via da regulamentação jurídica, meios de financiamento, sistemas de controle do funcionamento das coletividades territoriais, modalidades de prestação de assessoria técnica);
- domínios de intervenção das coletividades territoriais⁴⁷: infraestrutura, atividades produtivas, organização de serviços sociais, gestão socioambiental;
- grau de autonomia das coletividades territoriais em relação a instituições situadas em outros níveis territoriais e suas

⁴⁷ Instituições políticas que representam uma parte do território e exercem um conjunto de atribuições políticas, administrativas, financeiras e econômicas na região. Por exemplo, a gestão de serviços públicos, o fomento do desenvolvimento de pequenas e médias empresas, a representação política, etc.

modalidades de atuação (regras jurídicas, fontes de financiamento, natureza das intervenções).

b) Sociais:

- informações sobre educação (acesso à escola, analfabetismo), saúde, saneamento e comunicações;
- níveis de pobreza existentes e estratégias implementadas para seu combate;
- nível de dinamismo de diferentes grupos sociais;
- força política de associações, sindicatos, instituições religiosas e movimentos sociais;
- forma que os trabalhadores costumam se organizar para fazer valer os seus interesses e direitos, nível de participação nos debates sobre desenvolvimento e meio ambiente, e grau e modo de internalização nas organizações sindicais da questão socioambiental;
- nível de participação de organizações não-governamentais.

c) Econômicos:

- informações sobre os sistemas ou arranjos produtivos locais, sua forma de relação com a população e papel das empresas na geração de inovações tecnológicas e na formação/capacitação profissional;
- formas de organização das atividades econômicas existentes;
- comportamento das grandes empresas em relação ao fomento do espaço local de desenvolvimento, à difusão de inovações tecnológicas e à prestação de serviços à população;
- circuitos econômicos locais;
- nível de informalidade das atividades econômicas;
- tipos de mercado alcançados pela atividade econômica e o grau de dependência de mercados externos;
- modalidades de economia solidária, associativismo e cooperativismo;
- nível de organização da poupança local para financiamento de ações de desenvolvimento;
- nível de emprego e desemprego;
- utilização de tecnologias apropriadas (social, econômica e ecologicamente);

d) Ecológicos:

- existência de movimentos ou organizações não-governamentais e de partidos políticos envolvidos com a temática ecológica;
- principais recursos naturais e mecanismos de gestão;
- níveis de degradação ambiental;
- diagnósticos sobre a situação ambiental e de ações para a superação dos problemas;
- principais fontes poluidoras e principais danos causados;
- grau de coerção da legislação em termos ambientais e normas técnicas.

e) Culturais:

- mecanismos de integração cultural (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais);
- formas de valorização do saber e da cultura local;
- existência de articulações culturais trans-escalares;
- existência de patrimônio cultural e arquitetônico.

3. O jogo dos atores.

Algumas informações muito importantes para a análise dos fatores favoráveis e os obstáculos à construção da sustentabilidade do desenvolvimento são relativas ao posicionamento dos diferentes grupos de atores locais, suas relações com agentes de intervenção externa, os conflitos existentes e suas formas de negociação, a formulação de processos de cooperação, o funcionamento dos sistemas institucionais locais e suas interrelações externas, dentre outros. Dessa forma, diversas informações são importantes de serem obtidas a partir de como se colocam os diferentes grupos de atores.

Do mesmo modo, tais informações podem ser organizadas dentro dos cinco aspectos citados anteriormente, agrupando um conjunto de variáveis que podem ser utilizadas para a compreensão de como funciona o “jogo dos atores” em relação ao desenvolvimento do território. A seguir, são apresentados os

conjuntos de variáveis a serem buscadas, cujas especificidades locais devem ser consideradas:

a) Político-institucionais.

- Os mecanismos de planejamento de gestão do patrimônio natural, socioeconômico e cultural existentes no território e sua efetividade;
- A atuação dos Governos Municipal, Estadual ou Nacional em relação ao desenvolvimento e à promoção das comunidades na elaboração e execução das de estratégias e ações. Identificação do tipo de política local quanto a atuação autoritária ou clientelista;
- Existência e efetiva participação de Conselhos (ou outras formas de participação social) na elaboração e execução de políticas públicas. Sua efetiva influência nas decisões sobre políticas de desenvolvimento;
- Nível em que os interesses das comunidades locais contemplados nas políticas de Governo;
- Existência de espaço de negociação entre empresas e agentes de desenvolvimento (setor público e ONG's), sobre estratégias de desenvolvimento sustentável da localidade;
- Existência de formas de valorização coletiva do conjunto de produtos e serviços oferecidos e de que forma se relacionam com outros aspectos do desenvolvimento sustentável (ecologia, cultura, equidade);
- Existência de formas de cooperação entre os diferentes grupos de atores;
- Existência de formas de administração dos recursos naturais e dos valores culturais e históricos;
- Existência de diferenciação dos partidos políticos locais em relação às propostas para o desenvolvimento;
- Identificação dos grupos da sociedade civil mais dinâmicos;
- Identificação dos tipos de ações voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável, ou com potencial de se tornarem mais abrangentes que têm sido executadas por organizações de ação mais abrangente que o território. Existência de conexões com os setores governamental e econômico em torno dessas ações. Identificação das missões dessas organizações (prospectiva, elaboração de propostas, animação, programação de ações,

responsabilidade em projetos de desenvolvimento, etc.). Repercussão das ações em outros níveis territoriais. Disponibilidades e fonte de recursos materiais e financeiros, de meios de comunicação próprios e possibilidades de acesso à informação que possuem essas organizações;

- Força real das associações, sindicatos, instituições religiosas e dos movimentos sociais;
- Identificação da relação da atuação de ONG's com os efetivos interesses da maioria da população;
- Grau de autonomia das ONG's em suas ações em favor do desenvolvimento sustentável ou grau de sua cooptação por segmentos políticos ou produtivos.

b) Sociais.

• Importância do combate à pobreza na região. Grau de efetivação das ações de combate à pobreza na sua aplicação. Tipo de caráter dessas políticas quanto ao assistencialismo ou a promoção social das famílias;

• Atuação das empresas quanto à forma de sua relação com o fomento do desenvolvimento. Tipos de serviços que prestam à população;

• Participação dos trabalhadores no debate sobre desenvolvimento. Papéis desempenhados pelas organizações sindicais de trabalhadores no debate sobre desenvolvimento sustentável;

• Atendimento das necessidades específicas da região pelas políticas de educação e saúde;

• Existência de uma formação técnica com princípios que orientem para um desenvolvimento baseado na precaução ecológica e na qualidade de vida da população.

c) Econômicos.

• Nível de ajustamento dos sistemas produtivos locais quanto à satisfação das necessidades básicas da população local;

• Nível de valorização dos recursos locais pelas ações produtivas;

- Identificação dos recursos naturais mais importantes para serem utilizados economicamente, sua adequação na forma de utilização e preocupação com preservação para o futuro;
- Existência de mecanismos que possam se caracterizar como componentes de uma economia solidária;
- Identificação das estratégias dos segmentos produtivos para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados;
- Identificação das estratégias dos segmentos produtivos para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades;
- Nível de atendimento às expectativas dos participantes de sistemas associativistas e cooperativistas existentes;
- Mecanismos locais que fortalecem a qualidade e competitividade dos produtos locais. Tipos de sistemas de gestão existentes;
- Grau de adequação das tecnologias empregadas quanto às condições socioeconômicas e ecológicas locais.

d) Ecológicos.

- Importância do nível de degradação ambiental na localidade;
- Os recursos mais ameaçados;
- Identificação dos principais sinais de danificação do meio ambiente;
- Principais poluidores ou que mais degradam os recursos naturais. Existência de iniciativas quanto a uma redução desses efeitos;
- Atividades que mais criam problemas para o meio ambiente;
- Grupos sociais que mais sofrem com a degradação ambiental;
- Recursos naturais mais ameaçados e os tipos de danos que vêm sendo causados;
- Tipos de problemas que a poluição e a destruição do meio ambiente criam para a economia e para a vida das comunidades;
- O nível de debate existente sobre a questão ecológica nos espaços político institucionais de discussão sobre desenvolvimento;
- Existência de diagnósticos e ações para a superação dos principais problemas;

- Importância dada à questão ecológica por ONG's, partidos políticos, empresas e trabalhadores;
- Existência de algum tipo de gestão ambiental e de iniciativas para a sua melhora;
- Existência de discussões dos diferentes atores locais com o Governo Municipal ou Estadual sobre os problemas causados ao meio ambiente e seus resultados;
- Existência de iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente e seus resultados.

e) Culturais.

- Existência de processos de valorização do saber e da cultura local e a forma com que ocorrem (através dos sistemas produtivos, de atividades culturais) e suas inter-relações;
- Existência de mecanismos de integração dos indivíduos e comunidades;
- Impactos causados por políticas elaboradas externamente à região em relação à valorização do saber e da cultura local;
- Mecanismos de articulação das atividades culturais locais com outras externas ao território;
- Existência de mecanismos de gestão do patrimônio cultural, paisagístico e arquitetônico e o tipo de envolvimento dos diferentes grupos de atores;
- Existência de políticas de Governo ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura, da paisagem rural, da história das comunidades, da arquitetura. Importância dada a esse tipo de ação;
- Mecanismos utilizados para a valorização dos conhecimentos e da cultura das comunidades e de como são utilizados nas atividades produtivas;
- Existência de atividades culturais nas comunidades e de relações entre produção e atividades culturais;
- Existência de formas de se promover uma integração entre os membros das comunidades e como elas funcionam.

4. Formas de obtenção das informações.

O processo de busca de informações pode conter duas etapas, que são complementares, e que ajudarão no aprofundamento da análise sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis para a sustentabilidade do desenvolvimento territorial, a saber:

4.1 Dados secundários e entrevistas não-estruturadas.

Essas informações deverão ser buscadas tanto em documentos oficiais (políticas de governo, dados estatísticos, documentos históricos), como em organizações privadas e não-governamentais, associações, sindicatos, dentre outras. Devem ser obtidas de tal forma que permitam a compreensão da trajetória do desenvolvimento da localidade, buscando-se perceber as especificidades da região dentro dos cinco aspectos citados acima: político-institucional, social, econômico, ecológico e cultural.

Alguns indicadores podem ser úteis para ajudar na construção do processo de desenvolvimento que vem ocorrendo na região, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e suas variações como o IDH-M, o Índice de Exclusão, o Grau de Empreendedorismo, o Índice de Renda per capita, podem ajudar a compreensão da trajetória de desenvolvimento. Apesar da limitação do alcance de todos esses índices, eles podem dar indicações importantes para a análise.

Outro importante método para a obtenção de informações relevantes para a estruturação da trajetória de desenvolvimento, e que também pode proporcionar indicações importantes para o avanço sobre o conhecimento dos fatores que possam ser favoráveis ou obstáculos para a sustentabilidade do desenvolvimento, é o de realizar entrevistas não estruturadas com atores locais com presença significativa como agente ou observador do desenvolvimento da região. Essas informações podem também ser relevantes para a definição de outros fatores mais específicos para a localidade, dentro dos cinco aspectos apresentados acima.

4.2 Entrevistas semi-estruturadas.

O aprofundamento do levantamento de informações relevantes sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis para a sustentabilidade do desenvolvimento pode ter uma segunda etapa importante, através de entrevistas com atores-chave, correspondendo a uma análise do “jogo dos atores”. Essas entrevistas devem permitir a obtenção de informações complementares às obtidas pelo processo apresentado como primeira etapa, e que revelam como os diferentes atores compreendem e atuam diante do processo de desenvolvimento. Também devem ser elaboradas buscando compreender os conflitos, as negociações e as cooperações criadas no âmbito do território, e entre esse e outras instâncias relevantes, abordando as diferentes perspectivas dos atores, que podem ser determinantes para a análise da perspectiva de sucesso ou insucesso na busca de um desenvolvimento sustentável. Da mesma forma que na etapa anterior, é conveniente a manutenção da estrutura dos cinco aspectos do desenvolvimento.

Outro mecanismo importante que pode contribuir para a compreensão do “jogo dos atores”, e de como isso se traduz em aspectos favoráveis e obstáculos para a sustentabilidade do desenvolvimento, é o de promover entrevistas em grupo, buscando a presença de uma diversidade de atores que permita analisar os diferentes comportamentos diante do confronto direto proporcionado pelas diferentes posições quanto às questões apresentadas. E ainda, a participação como observador de reuniões locais, sejam de organizações do setor privado, de Conselhos ou outras instâncias de participação da sociedade junto ao poder público, de associações comunitárias ou sindicatos, e de instâncias de gestão territorial, onde possam ser percebidos os conflitos e a forma das proposições resultantes.

ANEXO 2

ESTRUTURA DAS ENTREVISTAS

I. Viticultores

Caráter político-institucional

1. As empresas e os territórios com atividades econômicas localizadas em Santa Bárbara participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?
3. Existe o interesse da comunidade em participar? Porque isso acontece?
4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento de Santa Bárbara? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?

9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento da região de Santa Bárbara? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?

11. Quando há a comercialização de produtos e serviços, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?

12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade dos produtos e serviços? E pelas formas de valorizar a imagem da Colônia Santa Bárbara?

13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?

14. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da atividade econômica local? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade de monocultura? Entre investir na produção pluricultural e aproveitar o crescimento do preço da terra na monocultura, qual a sua opção?

15. Existem alternativas para os agricultores no território? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?

16. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?

17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?

18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades na região de Santa Bárbara? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?

20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

23. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar a vida da colônia?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas da própria comunidade ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história da comunidade? E de sua arquitetura?

26. Existem atividades culturais na comunidade? Qual a importância na sua preservação?

27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros da comunidade? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar “Santa Bárbara”? Ela fortalece as relações comunitárias?

29. Os agricultores compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem de Santa Bárbara como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

II. Agricultores (monocultura)

Caráter político-institucional

1. As empresas e os territórios com atividades econômicas localizadas em Santa Bárbara participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?

2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?

3. Existe o interesse da comunidade em participar? Porque isso acontece?

4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento de Santa Bárbara? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?

5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?

6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?

7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?

8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?

9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento da região de Santa Bárbara? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?

11. Quando há a comercialização de produtos e serviços, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?

12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade dos produtos e serviços? E pelas formas de valorizar a imagem da Colônia Santa Bárbara?

13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?

14. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da atividade econômica local? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade de monocultura? Entre investir na produção pluricultural e aproveitar o crescimento do preço da terra na monocultura, qual a sua opção?

15. Existem alternativas para os agricultores no território? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?

16. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?

17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?

18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades na região de Santa Bárbara? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?

20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

23. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar a vida da colônia?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas da própria comunidade ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história da comunidade? E de sua arquitetura?

26. Existem atividades culturais na comunidade? Qual a importância na sua preservação?

27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros da comunidade? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar “Santa Bárbara”? Ela fortalece as relações comunitárias?

29. Os agricultores compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem de Santa Bárbara como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

III. Agricultores com atividades turísticas

Caráter político-institucional

1. As empresas e os territórios com finalidade econômica localizadas em Santa Bárbara participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?

2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?

3. Existe o interesse da comunidade em participar? Porque isso acontece?
4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento de Santa Bárbara? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento da região de Santa Bárbara?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento da colônia Santa Bárbara? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?
11. Quando há a comercialização de produtos, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?
12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade dos produtos e serviços? E pelas formas de valorizar a imagem da colônia Santa Bárbara?

13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?

14. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?

15. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da atividade econômica local? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade mono/pluricultural? Entre investir na produção pruricultural e aproveitar o crescimento do preço da terra para a monocultura, qual a sua opção?

16. Existem alternativas para os agricultores no território? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?

17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?

18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades em Santa Bárbara? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?

20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

23. Existem iniciativas envolvendo a comunidade, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar a vida na colônia?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas da própria comunidade ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história da comunidade? E de sua arquitetura?

26. Existem atividades culturais na comunidade? Qual a importância na sua preservação?

27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros da comunidade? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar "Santa Bárbara"? Ela fortalece as relações comunitárias?

29. Os agricultores compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem de Santa Bárbara como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

IV. Vinicultores

Caráter político-institucional

1. As empresas e os territórios com práticas econômicas localizadas em Santa Bárbara participam da definição das políticas públicas para o desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Quem participa delas? Como ocorre a participação dos indivíduos na formulação das políticas de desenvolvimento e na administração da região de Santa Bárbara?
3. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento de Santa Bárbara? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
4. Os interesses das comunidades locais são atendidos nas políticas da Prefeitura?
5. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
6. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento da colônia de Santa Bárbara?
7. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
8. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Qual?

Caráter socioeconômico

9. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da atividade econômica local? Quais seus maiores desafios? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade agrícola (monocultura)?

10. As empresas deverão concentrar suas estratégias na valorização da imagem de Santa Bárbara agora e no futuro?

11. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade dos produtos e serviços da comunidade? E pelas formas de valorizar a imagem de Bárbara?

12. Quando há a comercialização dos produtos, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?

13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores (apoio a outras explorações econômicas)? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?

14. Existem alternativas de produção para os agricultores? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?

15. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?

16. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

17. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades na região de Santa Bárbara? Quais os danos que vêm

sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?

18. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

19. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

20. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

21. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

22. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar a vida na comunidade?

Caráter cultural

23. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas da própria comunidade ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história da comunidade? E de sua arquitetura?

24. Existem atividades culturais na comunidade? Qual a importância na sua preservação? As empresas colaboram? De que modo?

25. Existem formas de se promover uma integração entre os membros da comunidade? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

26. Existe uma relação de pertencimento ao lugar "Santa Bárbara"? Ela fortalece as relações comunitárias?

27. Os agricultores e empresários compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem da Colônia Santa Bárbara como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

V. Agricultores (policultura)

Caráter político-institucional

1. As empresas e os territórios com atividades econômicas localizadas em Santa Bárbara participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?
2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?
3. Existe o interesse da comunidade em participar? Porque isso acontece?
4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento de Santa Bárbara? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?
5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?

9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento da região de Santa Bárbara? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?

11. Quando há a comercialização de produtos e serviços, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?

12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade dos produtos e serviços? E pelas formas de valorizar a imagem da Colônia Santa Bárbara?

13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?

14. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da atividade econômica local? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade de monocultura? Entre investir na produção pluricultural e aproveitar o crescimento do preço da terra na monocultura, qual a sua opção?

15. Existem alternativas para os agricultores no território? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?

16. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?

17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?

18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades na região de Santa Bárbara? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?

20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

23. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar a vida da colônia?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas da própria comunidade ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história da comunidade? E de sua arquitetura?

26. Existem atividades culturais na comunidade? Qual a importância na sua preservação?

27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros da comunidade? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar “Santa Bárbara”? Ela fortalece as relações comunitárias?

29. Os agricultores compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem de Santa Bárbara como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

VI. Organizações não-governamentais

Caráter político-institucional

1. As empresas e territórios com fins lucrativos localizadas na região de Santa Bárbara participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?

2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?

3. Existe o interesse da comunidade em participar? Porque isso acontece?

4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento de Santa Bárbara? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?

5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?

6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?

7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento da região de Santa Bárbara?

8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?

9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Quais os recursos naturais mais importantes para serem utilizados economicamente?

Eles são utilizados de forma adequada? Eles serão preservados para o futuro?

11. As tecnologias utilizadas pelos agricultores e demais prestadores de serviços são adequadas à forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?

12. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro das atividades econômicas estabelecidas na região de Santa Bárbara?

13. O turismo tem tido alguma importância econômica e social para a comunidade? Quais são os benefícios ou problemas causados?

14. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida da comunidade e ao meio ambiente?

Caráter ecológico

15. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades em Santa Bárbara? Quais os danos que vêm sendo

causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?

16. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

17. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

18. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

19. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

20. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar a vida da comunidade local?

Caráter cultural

21. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas da própria comunidade ou empresa para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história da comunidade? E de sua arquitetura?

22. Existem atividades culturais na comunidade? Qual a importância na sua preservação? Quais suas relações com as questões ambientais?

23. Existem formas de se promover uma integração entre os membros da comunidade? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

24. Existe uma relação de pertencimento ao lugar “Santa Bárbara”? Ela fortalece as relações comunitárias?

25. A comunidade compreende que há um esforço para se divulgar uma imagem de Santa Bárbara como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

VII. Sindicato dos trabalhadores rurais

Caráter político-institucional

1. As empresas e territórios com fins lucrativos localizadas na região de Santa Bárbara participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?

2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?

3. Existe o interesse da comunidade em participar? Porque isso acontece?

4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento de Santa Bárbara? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?

5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?

6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?

7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento da região de Santa Bárbara?

8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?

9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas na comunidade para aumentar a renda de seus membros?

11. Quando há a comercialização de produtos e serviços, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?

12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade dos produtos e serviços? E pelas formas de valorizar a imagem do local?

13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?

14. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro da atividade econômica da região? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade agrícola? Entre investir na produção de policulturas e aproveitar o crescimento do preço da terra para a monocultura, qual a opção dos agricultores?

15. Existem alternativas para os agricultores no campo? Estas alternativas poderiam ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?

16. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?

17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?

18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida da comunidade?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades na região de Santa Bárbara? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?

20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

23. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar a vida da comunidade?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas da própria comunidade ou empresas para preservação da cultura? E da

paisagem rural? E da história da comunidade? E de sua arquitetura?

26. Existem atividades culturais na comunidade? Qual a importância da sua preservação?

27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros da comunidade? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar “Santa Bárbara”? Ela fortalece as relações comunitárias?

29. Os agricultores compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem do Santa Bárbara como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?

VIII. Poder público

Caráter político-institucional

1. As empresas e os territórios com finalidades econômicas localizadas em Santa Bárbara participam de negociações com órgãos públicos para discussão sobre estratégias de desenvolvimento da região? E os agricultores participam?

2. Como são tomadas decisões importantes sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Quem participa delas? Como ocorre a participação de membros da comunidade?

3. Existe o interesse da comunidade em participar? Porque isso acontece?

4. A Prefeitura tem atuação importante para o desenvolvimento de Santa Bárbara? As ações da Prefeitura promovem a participação das comunidades para discutir e implementar políticas públicas?

5. Os interesses das comunidades locais são contemplados nas políticas da Prefeitura?
6. A Prefeitura atua no sentido de favorecer negociações econômicas entre os agricultores e empresas para que os benefícios do mercado sejam mais bem distribuídos?
7. Os partidos políticos locais se diferenciam nas propostas para o desenvolvimento do da Colônia de Santa Bárbara?
8. Existem formas de cooperação entre os agricultores? E entre os agricultores e as empresas? Que tipo de cooperação?
9. A Igreja e organizações das comunidades ou dos agricultores têm tido papel importante nas discussões sobre o desenvolvimento de Santa Bárbara? Qual?

Caráter socioeconômico

10. Como fazem os agricultores para que tenham uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades? Como fazem para dar maior valor a seus produtos e encontrar melhores mercados? Existem iniciativas conjuntas nas comunidades para aumentar a renda de seus membros?
11. Quando há a comercialização de produtos e serviços, a negociação entre os agricultores e empresários ocorre de forma a que todos saiam ganhando? Há alguma forma de cooperação nessa negociação?
12. Os agricultores são beneficiados pelo esforço para melhorar a qualidade dos produtos e serviços? E pelas formas de valorizar a imagem do local?
13. Existe preocupação das empresas com a renda dos agricultores? Isso promove algum tipo de cooperação entre empresas e agricultores?
14. Como está no presente e qual a possibilidade no futuro das atividades econômicas? Qual a viabilidade econômica dos agricultores na atividade agrícola? Entre investir na produção de

policulturas e aproveitar o crescimento do preço da terra, em relação as monoculturas, qual a opção dos agricultores?

15. Existem alternativas para os agricultores dentro da colônia, em se tratando de fatores econômicos de produção? Isso poderia ajudar na viabilidade econômica dos agricultores? As empresas têm algum papel na formação dessas alternativas? O que falta para a sua implementação?

16. As tecnologias utilizadas pelos agricultores são adequadas à sua forma de produzir, às condições de vida de sua família e ao meio ambiente?

17. O turismo tem tido alguma importância econômica para os agricultores? Quais são os benefícios ou problemas causados?

18. Que tipo de apoio ou serviços prestam as empresas para a população, em relação à qualidade de vida das comunidades?

Caráter ecológico

19. Dos recursos naturais, quais são os mais ameaçados pelas atividades na Colônia de Santa Bárbara? Quais os danos que vêm sendo causados? Quais são os principais poluidores ou os que mais destroem o meio ambiente?

20. Quem paga pela poluição ou destruição causada? Quem mais sofre com a poluição ou destruição ambiental? Quais os principais problemas causados?

21. Existem discussões com a Prefeitura sobre os problemas causados ao meio ambiente? Quais são os resultados dessas discussões?

22. Existem ONG's que defendem a proteção do meio ambiente? E os partidos políticos fazem essa defesa? E as empresas? E os agricultores? Essas ações prejudicam o desenvolvimento?

23. Existem iniciativas envolvendo as comunidades, empresas e Governos para enfrentar os problemas causados ao meio ambiente? Quem participa dessas iniciativas? Existem resultados positivos?

24. De que forma a degradação do meio ambiente que está ocorrendo pode afetar a vida dos colonos?

Caráter cultural

25. Existem políticas da Prefeitura ou iniciativas das próprias comunidades ou empresas para preservação da cultura? E da paisagem rural? E da história da comunidade? E de sua arquitetura?

26. Existem atividades culturais nas comunidades? Qual a importância na sua preservação?

27. Existem formas de se promover uma integração entre os membros da comunidade? Quais são essas formas? Como elas funcionam?

28. Existe uma relação de pertencimento ao lugar “Santa Bárbara”? Ela fortalece as relações comunitárias?

29. Os agricultores e empresários compreendem que há um esforço para se divulgar uma imagem de Santa Bárbara como um local diferente e agradável e com bons produtos e serviços para consumo? Qual o benefício que esse esforço traz e para quem? Isso é importante para os agricultores? Com isso há valorização da cultura local?